

LUIS FERNANDO ASSUNÇÃO

**O PROCESSO INVESTIGATIVO
DO JORNALISTA NILSON MARIANO**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
SÃO LEOPOLDO/RS**

2005

LUIS FERNANDO ASSUNÇÃO

O PROCESSO INVESTIGATIVO DO JORNALISTA NILSON MARIANO

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), como exigência para a obtenção do título de MESTRE em Comunicação, sob orientação do Prof Drº Ronaldo Henn.

São Leopoldo

2005

Prof° Dr° Ronaldo Henn

Para
Cláudia, Ícaro e Yuri

Para
Mãe Cledi

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas torceram pela realização e concretização desta pesquisa. Como é impossível mencionar a todas, cito especialmente ao professor-orientador Ronaldo Henn, que desde o primeiro momento mostrou-se interessado e entusiasmado pela idéia de investigação e, ao longo destes dois anos de pesquisa, conduziu a orientação de forma tranqüila, equilibrada e compreensiva. Ao jornalista Nilson Mariano, que desde o início colocou confiança para ceder seus arquivos pessoais, especialmente os cadernos de anotações que deram origem às reportagens e ao livro-reportagem. Pela gentileza em sempre retornar pedidos e solicitações, além das entrevistas em meio à atribulação da sua prática profissional.

Agradeço aos meus colegas de Unisinos que, junto comigo, viveram momentos de tensão, mas ou mesmo tempo de muito aprendizado, ao aderir ao programa de Pós-graduação na área de Comunicação. Agradeço também à Capes pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

O jornalista Nilson Mariano, acostumado a desvendar mistérios e transformar fatos em informação, tem neste trabalho o seu processo de investigação parcialmente revelado. A análise segue um caminho de revelação interpretativa dos cadernos de anotações do jornalista, matéria-prima para a publicação do livro-reportagem *As garras do condor*. Toda a documentação foi analisada com o auxílio de teorias semióticas, do jornalismo e dos estudos sobre processos criativos.

Palavras-chave: **Livro-reportagem, jornalismo investigativo, Nilson Mariano – As garras do condor**

SUMÁRIO

Introdução	8
1. CONTANDO HISTÓRIAS VEROSSÍMEIS.....	17
1.1 Um novo paradigma jornalístico.....	18
1.2 Uma tentativa de classificar gêneros.....	19
1.3 O real do ponto de vista semiótico.....	24
1.4 Reportagem: o refinamento do jornalismo de relato.....	27
1.5 Subjetividade: a perda da fé nos fatos.....	30
1.6 As limitações para a notícia.....	32
1.6.1 Tirania do tempo, controle e rotinização.....	35
1.6.2 Estrutura sobre o tempo.....	37
1.7 Narrativas da notícia e literatura do jornalismo.....	39
1.7.1 Notícia como mercadoria.....	41
1.7.2 Histórias sobre a realidade.....	42
1.7.3 Reportagem se apropria do fazer literário.....	45
1.7.4 A reportagem no new journalism.....	48
1.7.5 A grande reportagem no Brasil.....	53
1.8 Jornalismo investigativo.....	59
1.9 O livro-reportagem como extensão.....	62
2. JORNALISMO E SEMIOSE.....	66
2.1 Experiência colateral.....	71
2.2 Causação final.....	74
2.3 A crítica genética no jornalismo.....	75

2.4	Gênese na obra jornalística.....	79
3.	O MÉTODO DE NILSON MARIANO.....	81
3.1	Procedimentos investigativos.....	92
3.2	O espaço.....	96
3.3	O tempo.....	101
3.4	Interlocução com si mesmo.....	104
3.5	Linguagens inter cruzadas.....	107
3.6	Diálogo interno no processo comunicativo.....	109
3.7	Observação real e crítica.....	112
	Conclusão.....	117
	Bibliografia.....	123

Introdução

A curiosidade em saber o que poderiam revelar documentos usados por um jornalista em sua captação, apuração e investigação e de que forma eles são utilizados como matéria-prima no gênero jornalístico livro-reportagem foi o motivador desta pesquisa. A idéia surgiu depois da observação de que os estudos dos fenômenos jornalísticos, em sua maioria, abordam o jornalismo sob o ponto de vista de seus produtos, dos materiais já editados e apresentados ao público. E muito pouco – ou quase nada – sobre o processo de criação do jornalista, ou seja, da gênese de seu produto final¹.

Sabe-se que entre a ocorrência e o relato no jornal há uma série de mediações que, via de regra, o texto publicado não é capaz de revelar. Assim, este trabalho tentará elucidar algumas questões, sobretudo as referentes ao processo genético² a partir de fichas, roteiros e anotações utilizadas pelo jornalista Nilson Mariano durante o trabalho de concepção de seus livros-reportagem que abordam o período mais sangrento dos regimes de exceção no Sul da América do Sul, especificamente um projeto de cooperação desenvolvido pelos governos militares denominado “Operação Condor”.

O estudo sob a perspectiva processual é muito utilizado na literatura, onde os críticos analisam a fundo anotações, diários, rascunhos, na busca incessante de revelar o processo de criação autoral. A possibilidade de se estudar pautas e cadernos de anotações de jornalistas se abriu a partir da proposta da pesquisadora Cecília Almeida Salles, com a ampliação do conceito de manuscrito para documentos de processos, definidos por ela como todo e qualquer registro do processo criador.

Para Salles (2000), esses documentos, independente de sua materialidade, contêm sempre a idéia de registro. Na impossibilidade de ter acesso ao estado mental do artista e,

¹ Mesmo que existam pesquisas consolidadas sobre rotinas de produção na perspectiva do gatekeeper e newsmaking, o processo de criação propriamente dito é pouco exporado.

² Conforme apropriação da metodologia da Crítica Genética, voltada originalmente para os processos literários mas já aplicada em outras formas produtivas em mídias.

portanto, ao processo como um todo, esses documentos funcionariam como índices, testemunho material de uma criação em processo. De um modo geral, os documentos desempenham importantes funções ao longo do percurso criativo, como o armazenamento e a experimentação. A primeira, seria auxiliar na concretização da obra; a segunda o teste de hipóteses de naturezas diversas.

Para fundamentar seu estudo, Salles utilizou-se da semiótica de Charles Peirce, como instrumento teórico que possibilitasse olhar para o movimento geral da criação como um processo sógnico. Sendo assim, os fenômenos processuais podem ser considerados fenômenos comunicativos, uma vez que se traduzem a partir dos signos. A perspectiva adotada por Salles vai ao encontro da opção desta pesquisa, que é a de acompanhar uma investigação jornalística em movimento, compreendendo as relações internas que se estabelecem ao longo do trabalho jornalístico. Assim, cada um dos rastros deixados por Nilson Mariano nos fornece informações sobre os caminhos diferentes adotados por ele durante o processo de investigação. Nesta pesquisa, será feito um aproveitamento da fundamentação teórica que norteou o trabalho de Salles, mais especificamente a idéia de semiose como um processo constante de geração, interpretação e expansão de signos. Trabalhamos com a hipótese de que os documentos de processo nos levarão a entender a rede de linguagens e os seus intercruzamentos presentes na investigação do jornalista.

A escolha de instrumentos teóricos leva-nos a colocar o nosso objeto em diálogo com outras vertentes. Por estar inserido no campo jornalístico, nosso objeto deverá ser compreendido mediante teorias específicas da área, especialmente as que trazem definições do jornalismo investigativo e do livro-reportagem em cujas bases se dá o trabalho de Nilson Mariano em seu trabalho de pesquisa para a elaboração de uma grande reportagem. Fundamentações teóricas como as empreendidas pelos pesquisadores Nelson Traquina, Gaye Tuchman, Rodrigo Alsina, entre outros, serão utilizadas. Nesse aspecto, esta pesquisa identificou os processos dialógicos existentes entre os gêneros jornalísticos, a saber a grande reportagem de investigação e o livro-reportagem, a partir de um mapeamento dos processos internos e externos na confecção dos textos jornalísticos.

A produção de notícias, falando em relação ao jornalismo, configura-se como semiose complexa, formada por interpretantes que já se estabelecem na própria construção do acontecimento. Ao se transformarem em notícias, dão forma à ocorrência e trazem embutidas as características produtivas e dos códigos da atividade, como critérios de noticiabilidade, valores-notícias e normas de redação e edição do texto jornalístico. E a partir de sua veiculação, estão aptas a produzir interpretantes, materializados pela formação de opinião sobre determinados episódios e até mesmo pela geração de ações concretas na sociedade.

A compreensão semiótica do processamento da notícia soma-se às perspectivas construcionistas e interacionistas que trouxeram novas abordagens teóricas aos estudos do jornalismo, que estavam ainda reféns de teorias como a do espelho, sustentada na crença de um reflexo de realidade objetiva e às problemáticas dos efeitos dos mídias noticiosos na sociedade. Torna-se, portanto, impossível uma distinção radical entre realidade e os mídias noticiosos que deveriam refleti-la na medida em que estes próprios mídias atuam na constituição desta realidade.

Toda a organização do trabalho jornalístico e as culturas profissionais inseridas nas redações são fatores que interferem naquilo que os jornalistas entendem como notícia e mesmo realidade. Além disso, a notícia tem a sua própria realidade interna que se estende, neste trabalho, como a sua natureza semiótica. Alsina dá uma certa ênfase a este caráter semiótico ao defender que os acontecimentos são conhecidos graças aos meios e se constroem por sua atividade discursiva, ou seja, “o processo de construção de realidade depende totalmente da prática produtiva do jornalismo”. Os desvendamentos dos caminhos da produção, a partir desta proposta, propiciaria a revelação da construção da notícia que, ao mesmo tempo, não estariam desvinculadas do consumo informativo. Estariam conectadas a uma mesma rede semiótica que tem no poder de tematização ou agendamento a força constituinte de interpretantes que se estabelecem no cotidiano público.

Mariano enfrentou toda a sorte de obstáculos para concluir a sua obra. Atuando de forma conjunta na concepção do livro e em suas tarefas diárias no jornal Zero Hora, de

Porto Alegre, precisou desdobrar-se em dois artistas para levar adiante o projeto: de dia era jornalista do “factual”; de noite, o jornalista-escritor. Nos finais de semana em que não estivesse escalado para o plantão, trabalhava em sua obra desde o escritório de sua residência, em Porto Alegre. Levou quase 10 anos para concluir sua obra, que na verdade são duas versões não-idênticas: uma escrita em espanhol, publicada em 1998, e outra em português, lançada em 2003. No caso desta pesquisa, a análise das anotações se deterá apenas na consecução da edição brasileira do livro.

O jornalista publicou os livros com o mesmo tema e com semelhante processo de criação e investigação. O segundo livro, em português, porém, recebeu ampliação, mas manteve a sua essência: uma radiografia das ditaduras militares do Cone Sul, a partir do tratado de cooperação entre os países, conhecido como Operação Condor. A primeira publicação, em espanhol, chamou-se *Operación Condor – Terrorismo de Estado em el Cono Sur*. A segunda, objeto de análise desta pesquisa, em português, *As garras do condor*.

Os livros tratam sobre as ditaduras militares que dominaram países da América do Sul entre as décadas de 1970 e 1980. E como Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil e Bolívia se uniram para caçar adversários políticos além-fronteiras através de uma operação que interligou os aparatos de repressão. Eram tempos sem lei, de fúria e insanidade, onde vigorava o terrorismo do Estado. Entre os presos e torturados, não apenas militantes políticos de esquerda. Agricultores, sindicalistas, artistas, estudantes, jornalistas foram atingidos pela mão pesada e parcial da tirania institucionalizada.

Esse período sombrio da história teve três etapas, todas relatadas por Mariano em suas publicações: A primeira, as convulsões internas que resultaram na sucessão quase simultânea de golpes de Estado. A segunda, os governos armados que prenderam, torturaram e ocultaram cadáveres, além de forçar a expulsão de milhares de pessoas. A terceira – foco principal dos livros de Mariano e pano de fundo para as histórias dos sobreviventes e dos que tombaram diante do terrorismo de Estado –, a derrubada das

fronteiras políticas e geográficas na perseguição aos que haviam se refugiado em outros países.

O trabalho investigativo de Mariano se baseia, principalmente, no testemunho de familiares das vítimas e dos sobreviventes dos porões de tortura. Durante 10 anos, o jornalista percorreu os países atingidos pela operação, analisou documentos confidenciais dos exércitos, realizou entrevistas, confrontou dados, mergulhou em uma vasta literatura sobre os anos de exceção na América do Sul. O jornalista também teve acesso a arquivos de documentos e fotografias das famílias que tiveram parentes torturados, mortos ou desaparecidos durante os regimes ditatoriais. Todos os materiais obtidos foram importantes para a consecução de seu projeto de livro-reportagem.

Alguns episódios descobertos – e descritos no livro – o repórter Mariano diz que parecem improváveis ou ilógicos, pela maldade exposta dos personagens envolvidos. “*É como se fosse uma alucinação real*”, define. Numa dessas revelações, o jornalista descreve a violação de uma jovem – violações de mulheres eram comuns nos porões das ditaduras – que foi estuprada por dois guardas, em ocasiões diferentes, em uma prisão da Polícia Federal de Buenos Aires. Ela contou como foi a segunda vez:

Na mesma manhã, ingressou outro homem na cela, dando ordens, “fica quieta, tira a roupa”, empurrando-me contra a parede e voltando a me violar (...). No domingo à noite, o mesmo homem me obrigou a jogar cartas com ele. Depois, entrou na cela e me violou pela segunda vez (...).

O interesse do jornalista pelo tema surgiu em 1993. Mariano foi designado pelo jornal *Zero Hora* para cobrir as eleições no Paraguai, as primeiras democráticas depois de um longo período ditatorial. Justamente durante o processo de eleição – que culminou com a eleição de Juan Carlos Wasmosy para presidente – foram descobertos arquivos secretos do governo do ditador Alfredo Stroessner, na cidade de Lambaré (distante 20 quilômetros da capital, Assunção). Em meio a uma montanha de papéis, fichas, pastas e fotografias, Mariano acabou realizando, paralelamente à reportagem sobre as eleições, uma matéria

sobre a participação do Brasil na repressão paraguaia. Estava aberto o caminho para uma pesquisa mais profunda sobre o tema.

Dois anos depois, Mariano, ainda com sede de descobertas sobre os porões das tiranias fardadas, propôs uma reportagem sobre a herança das ditaduras no Cone Sul, o que foi aceito pelo jornal. A viagem resultou na série de reportagem sobre a Operação Condor. Mariano pesquisou no Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. A apuração demorou 30 dias. Para convencer o jornal a fazer o investimento, Mariano se propôs a voltar ao Paraguai para cobrir uma reunião do Mercosul, entre os presidentes dos países, e ainda trazer algum material sobre o chamado “terrorismo de fronteira”. Nos intervalos da apuração para essas matérias factuais exigidas pelo jornal, o jornalista pesquisava sobre a Operação Condor nos arquivos secretos do governo paraguaio.

Para continuar as pesquisas nos demais países – Uruguai, Argentina e Chile – o jornalista negociava com o jornal outras pautas. Nas horas de folga, pesquisava e fazia entrevistas sobre a Operação Condor. Depois da série de reportagens, surgiu a idéia de publicar o material em livro. O jornalista começou a escrever aos poucos o que seria o livro, nas suas folgas, nas manhãs em que não estava a serviço do jornal, e nos finais de semana. O embrião de tudo era reportagens publicadas, mas o jornalista procurava agregar documentos, ampliar o material utilizado pelo jornal. Em 1997, já com o original pronto, Mariano procurou a Editora Vozes, que não se interessou pelo material. O livro acabou publicado pela Editora Lohlé-Lumen, de Buenos Aires, com o título *Operación Condor – Terrorismo de Estado em el Cono Sur*, em 1998.

Mariano continuou a pesquisa, mesmo depois do livro. O jornalista contactou instituições estrangeiras que pudessem auxiliar financeiramente na pesquisa. Conseguiu aporte financeiro do *The Fund for Investigative Journalism* (Fundo para o Jornalismo Investigativo), com sede em Washington. Nessa segunda parte, Mariano agregou histórias ausentes nas reportagens anteriores.

Mariano iniciou então o trabalho para a publicação da edição brasileira do livro. Trabalho aos sábados, à noite, às manhãs ou quando tivesse folga no jornal diário tornou-se a rotina do jornalista-pesquisador. Ao finalizar o texto, Mariano enviou os originais para algumas editoras. Todas rejeitaram o projeto argumentando que o livro contava com páginas em excesso, o que traria um alto custo para a publicação. O jornalista não aceitou as propostas de redução do texto. Foi então que uma das entrevistadas do jornalista, a argentina Claudia Allegrini, angariou recursos juntos a organizações não-governamentais da Itália e auxiliou na impressão do livro, pela Editora Vozes, em junho de 2003.

No arquivo pessoal de Mariano sobre as ditaduras do Cone Sul constam documentos como cadernos de anotações – o jornalista preservou todos eles, desde 1995 –, fichas, recortes de jornais, cópias de processos e documentos sigilosos das ditaduras – separados por países e disponibilizados em pastas –, laudos, livros sobre o tema, além de material jornalístico mostrando a repercussão do livro no Brasil e no exterior. Mariano cedeu toda a documentação disponível para esta pesquisa. Para este trabalho, entretanto, a análise estará centrada basicamente nos quatro cadernos de anotações do jornalista: dois produzidos em outubro de 1995; e dois no mês de março de 1999.

Diante da documentação este pesquisador optou por analisar os cadernos de anotações com as entrevistas de Mariano, que deram origem a todo o material dos livros. Dada a extensão do material encontrado e dos limites de sistematização, os cadernos tornaram-se objeto para a análise por condensarem os processos reveladores da lógica de produção do autor. O exame desse material norteou a pesquisa. Na primeira parte da pesquisa, o objetivo foi perceber os principais obstáculos que a rotina jornalística impõem aos profissionais, como a ‘tirania’ do tempo, o imediatismo, a eterna discussão sobre os limites entre jornalismo e literatura, o *new journalism*. Na segunda parte, a pesquisa discorre basicamente sobre a análise genética da obra do jornalista Nilson Mariano, a partir de conceitos de semiótica e teorias de Charles Peirce e Cecília Salles.

O caderno de anotações do jornalista transformou-se em um material inestimável para definir, com certo grau de segurança, os procedimentos utilizados por Mariano em sua apuração e investigação. As observações nas anotações nos levaram a definir critérios de análise do material. Em princípio, esses critérios seriam a partir da importância e dramaticidade dos fatos posteriormente relatados no livro, a partir das anotações. Com o desenrolar da análise, entretanto, se optou por destacar os aspectos das anotações que se encaixassem com as hipóteses desta pesquisa, quais sejam, temporalidade, espaço, critérios investigativos, entre outros.

O exame cuidadoso deste material resultou nesta dissertação, que é dividida em três capítulos. O primeiro, reúne as conceituações e características do jornalismo, passando um pouco pela história e chegando nos principais entraves do profissional em sua prática diária e que limitam sua atuação, como o tempo exíguo de apuração, os valores-notícia, os critérios de escolha e o viés comercial de algumas definições de notícias. Vai até a relação do jornalismo com a literatura parando na definição do livro-reportagem como extensão para a amplitude das reportagens com maior teor investigativo.

O segundo capítulo discorre sobre as possibilidades da semiótica nas investigações jornalísticas, a partir de conceitos de semiótica de Charles Peirce. É nesse momento, também, que estão definidas as necessidades de utilização da crítica genética, a partir de formulações propostas por Cecília Salles.

No capítulo final, é estudado o processo investigativo propriamente dito do jornalista. Desse modo, foram analisados os cadernos de anotações do jornalista desde 1995 até 1999, um ano depois da publicação da versão argentina do livro. Também nesse momento se faz uma relação das teorias de Peirce, a saber abdução, indução, dedução, experiência colateral. Também, nessa parte da dissertação, trata-se do processo investigativo de Nilson Mariano como uma prática marcada pelo estabelecimento de relações comunicativas em que o repórter dialoga consigo mesmo e com suas fontes de informação. Buscou-se, para tanto, analisar os cadernos de anotações. Além disso, partimos

da perspectiva de intercruzamento de linguagens, como uma escritura que em certo momento se coloca entre a linguagem jornalística e literária. Embora a investigação seja marcada por elementos de referencialidade e precisão, traços do jornalismo, o processo oferece pistas que o jornalista selecionou para entrar no terreno da esfera íntima de seus personagens, como registros de sensações e sentimentos. Um tipo de informação mais próximo do universo do escritor do que propriamente do jornalista.

Sobre Nilson Mariano

Nascido na cidade gaúcha de Candelária, em 1958, Mariano formou-se em jornalismo pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), foi repórter do jornal *Folha da Tarde*, da empresa jornalística Caldas Júnior e atualmente trabalha no jornal *Zero Hora*, do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). Em seu trabalho, é considerado pesquisador-investigador, com ênfase em investigações sobre os períodos totalitários na América do Sul. É um dos mais reconhecidos e premiados repórteres gaúchos contemporâneos. Antes de formado, foi revisor de texto na Zero Hora (1979-80) e aprendiz de diagramação e desenho de página na Coojornal (jornal da Cooperativa de Jornalistas).

O jornalista pesquisa sobre a cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul desde 1993. Por seus trabalhos, obteve alguns dos principais prêmios jornalísticos do Brasil, como o Eso (Regional Sul), Vladimir Herzog, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Libero Badaró, Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Sociedade Interamericana de Imprensa. Mesmo com a publicação das séries de reportagens e de dois livros-reportagem sobre a Operação Condor e o período totalitário nos países do Cone Sul, Mariano não considera esgotado o seu trabalho de pesquisa sobre o assunto. Atualmente mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC), seu objeto de pesquisa é a vida do militante argentino Lorenzo Ismael Viñas, desaparecido durante o regime militar na Argentina.

1. Contando histórias verossímeis

O trabalho do jornalista é contar histórias mais ou menos verossímeis – aqui no sentido de “provável”, nem mais, nem menos do que isso –, dentro de critérios estabelecidos na profissão, nos processos, nas suas rotinas. Essas histórias, ou notícias, são influenciadas por fatores que podem ser vistos como construções amparadas em critérios como noticiabilidade, características tecnológicas dos meios noticiosos, logísticas de produção jornalística, estrangimentos orçamentários, inibições legais, disponibilidade de informação de fontes, narrativas utilizadas para contar histórias e formas de aparência dos próprios acontecimentos (TRAQUINA, 1993).

No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente do que se fala, o efeito da realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero de significação (RODRIGUES, 1993). Diante disso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas os fatos são soberanos. Mas nem sempre foi assim. O jornalismo em seus primórdios era ainda despido de uma face profissional, de sua organização empresarial hoje formada e consolidada, de seu furor pela objetividade, da procura pela verdade e da valorização da imparcialidade e, tanto quanto possível, da tentativa de uma construção da realidade a partir dos fatos.

O jornalismo tal como se apresenta atualmente – até onde for possível nivelar formas de fazer jornalismo em diferentes regiões no mundo – tem suas raízes em meados do século 19. Nesse período verificou-se o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A expansão dos jornais neste século da história permitiu o início da profissionalização, com cada vez mais pessoas empregando-se na função, dedicando-se quase que exclusivamente à profissão. Um novo paradigma formador de modelos hoje usuais, como conceito de notícia, objetividade e noções de serviço ao público – um balaio de idéias dando forma a uma inovadora visão do “pólo intelectual” do campo jornalístico.

Paralelo, o crescente aumento de tiragem dos jornais da época, mesmo que ainda sob resquícios da antiga fórmula de venda, estreitamente identificada com causas políticas. Aos poucos, porém, os jornais começam a ser encarados como um negócio que poderia render lucros, tentando fornecer informação e não propaganda. Ou seja, um novo produto, baseado em uma nova premissa: notícias baseadas em “fatos” e não em “opiniões” (TRAQUINA, 2004). A introdução da estenografia foi considerada por pesquisadores a responsável pela transformação de uma notícia de jornal em “uma espécie de ciência”, como conceitua Smith (1978), citado em Traquina (2004:89). *“A primeira de uma longa série de técnicas jornalísticas que a princípio, ao apresentar ao leitor a ípsissima verba de um discurso, pareceu prometer ao leitor a recuperação completa de alguma semelhança com a realidade”*.

1.1. Um novo paradigma jornalístico

No século 19 surge um novo paradigma assimilado aos poucos pela sociedade. A constituição de um novo grupo social, os jornalistas – que reivindicam o monopólio do saber e passam a gerir a informação como mercadoria – marcado especialmente por duas modificações que viriam traçar o futuro da profissão em anos posteriores: a comercialização dos fatos e a profissionalização do ofício. O jornalismo transformou-se em um negócio rentável, com um número crescente de investidores começando a publicar jornais para obter lucros e expandir a circulação. A emergência do jornalismo consolidou-se com a independência econômica – a partir do desligamento dos interesses políticos. As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas de publicidade e os crescentes rendimentos das vendas dos jornais permitiram a despolitização da imprensa, fundamental para o novo paradigma: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, o jornalismo que privilegiaria a notícia (TRAQUINA, 2004).

O surgimento desse novo jornalismo não ocorre de forma isolada do contexto social e intelectual do século 19. Era época de um positivismo dominante, onde todo o esforço intelectual na ciência e na filosofia e, mais tarde, na sociologia, valorizava estudos para

atingir a perfeição. O positivismo representava uma reação ao apriorismo, ao idealismo, exigindo mais importância para a experiência e os dados positivos. Além de ser uma reação contra o idealismo, o positivismo surgiu com mais força a partir do crescimento das ciências naturais, particularmente das biológicas e fisiológicas. Tenta-se aplicar os princípios e os métodos daquelas ciências à filosofia, como resolvidora do problema do mundo e da vida. E, no jornalismo, essa perfeição materializa-se no culto aos fatos. O comentário é livre, mas os fatos são sagrados (citado por ELLIOTT, 1978). Nesse contexto, a figura do repórter surge para ocupar um lugar mítico e romântico na profissão emergente, com um esforço até então supremo de recolher, montar e divulgar os fatos, em uma tentativa de espelhar a realidade.

A caça aos fatos forneceu ao repórter uma categoria comparável à de um cientista, de um explorador, de um historiador. “*O mundo cansou de pregadores e sermões. Hoje o mundo pede fatos. Está cansado de fadas e anjos, pede carne e sangue*” (citado em TRAQUINA, 2004:67). O impacto tecnológico, com a invenção do telégrafo e da máquina fotográfica, fazia surgir preocupações quanto ao tempo de fechamento dos jornais, trazendo um valor central da cultura do jornalismo atual, o imediatismo, ou seja, a transmissão direta e imediata do acontecimento. A objetividade então buscada seria questionada décadas mais tarde, gerando outras alternativas ao “fazer jornalístico”, como veremos mais adiante.

1.2. Uma tentativa de classificar gêneros

Classificar gêneros é uma tentativa antiga. Na Grécia, Platão propôs uma classificação binária, entre gênero sério, que incluía a epopéia e a tragédia; e gênero burlesco, com a comédia e a sátira. Platão também lançou o fundamento da tripartida dos gêneros literários – que seria sistematizado posteriormente por Aristóteles. Gêneros vêm da raiz *gen*, de que provém o verbo latino *gigno*, conexas a forma, igualmente latina, *genus* quer com a idéia de sexo, quer com a de estirpe ou de linhagem, enquanto princípio de classificação: temos assim, entre os usos literários das palavras, *genus scribendi* ‘estilo’, e

os *genera* literários, agrupamentos comparáveis aos da ciência, onde subsiste também uma diferença de generalização (*genus*, por oposição a *species*).

Jacques Derrida em seu trabalho sobre a lei do gênero, afirma que os gêneros não podem ser misturados. Para ele, “*os gêneros não devem ser um voto de obediência, como um voto de compromisso ou fidelidade, sendo assim, fiel à lei do gênero, ou seja, à lei da pureza*” (DERRIDA, 1980:35). Em seguida, desmente essa informação, lembrando que a lei do gênero, da pureza, é impossível de ser praticada. Diz que é impossível não misturar gêneros, surgindo uma nova lei, a da impureza, o princípio da contaminação. Para Derrida, o grande enigma dos gêneros é trabalhar com os seus limites: até que ponto um gênero não pode ser contaminado por outro gênero?

No âmbito jornalístico, os gêneros são discursivos. Os dicionários apresentam dois significados principais para o discurso: o de exposição, de determinado assunto, escrito ou proferida em público; ou o ato de discorrer, o ato de comunicação lingüística. O segundo parece ser o mais aplicável na noção de jornalismo.

As diversas esferas da atividade humana estão relacionadas com o uso da língua, e este uso, nas formas de enunciados, sejam eles orais ou escritos. Os enunciados refletem as condições específicas e o objeto de cada um dessas esferas, não só pelo seu conteúdo e pelo seu estilo verbal, ou seja, pela seleção dos recursos léxicos e gramaticais da língua, mas sim, antes de tudo, pela sua composição ou estruturação. O conteúdo temático, o estilo e a composição estão vinculados na totalidade do enunciado e se determina pela especificidade de uma esfera dada de comunicação. Cada enunciado separado é individual, mas cada esfera do uso da língua elabora seus tipos estáveis de enunciado, que são gêneros discursivos. Assim, a língua participa da vida através de enunciados concretos que os realizam, como a vida participa da linguagem através dos enunciados. (BAKHTIN, 2000:138).

O discurso é um processo e produto da interação verbal, e o enunciado sua unidade real. Segundo Bakhtin, a enunciação é o produto de interação de dois sujeitos socialmente organizados. O discurso se molda à forma do enunciado, que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. O discurso, então, pode ser entendido como uma linguagem em funcionamento numa determinada situação ou um processo de produção de significação, sendo a língua o instrumento dessa produção.

Para se manifestar, o discurso usa o texto, que pode ser definido como toda e qualquer manifestação da capacidade humana, realizada mediante um sistema de signos. É através do texto que a história do pensamento, orientada para o pensamento, o sentido e o significado do outro se manifestam e se apresentam. Texto é uma modalidade composicional, produto comunicativo, unidade de informação vinculado à vida interativa. Gêneros são articulações discursivas que organizam e definem a textualidade. Os gêneros são inconcebíveis fora do texto; sem os gêneros, o texto se esfarela (MACHADO, 1999). O texto é a manifestação do discurso por um meio de um plano de expressão. Bakhtin escreve que, ainda que para haver a comunicação verbal, o sujeito tem à sua disposição uma imensa variedade de gêneros discursivos, elegendo uma das formas dos enunciados em função do objeto que está diretamente ligado à esfera discursiva, ou pelo tema, ou pela situação da comunicação ou pela orientação do locutor consigo mesmo e com o outro. O sujeito aprende a falar utilizando os gêneros do enunciado.

Classificar gêneros jornalísticos é um desafio, como define Marques de Melo:

Classificar gêneros é o maior desafio no jornalismo, como campo de conhecimento, é sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-se indiretamente perceptível. (MARQUES DE MELO, 1998:96).

Os gêneros midiáticos se entendem como sistemas de regras aos quais se faz referência, explícita ou implicitamente, para realizar processos comunicativos, seja do ponto de vista da produção ou da recepção, ou ainda mais, o gênero dá pautas precisas para a criação dos textos e permite que um determinado texto realize facilmente o processo comunicativo (WOLF, 1995). Ou seja, que o produtor escreve um texto, que por sua vez se acople ao veículo de comunicação por onde vai ser transmitido e, finalmente, que o leitor receba e consiga decodificá-lo.

O gênero não é só um referente no processo de comunicação. É também um gerador de sentido e um mecanismo de produção de textos. Os gêneros jornalísticos são formas que buscam os jornalistas para se expressarem. Seus traços definidores estão no estilo, no manejo da língua. São formas jornalístico-literárias, porque seu objetivo é o relato da informação e não necessariamente o prazer estético, embora em determinados momentos isso não seja totalmente descartado no “fazer jornalístico”.

Uma visão que questiona os fundamentos teóricos da velha “convenção” – de origem anglo-saxônica e defendida por Marques de Mello – nos parece a mais adequada para as pretensões desta pesquisa. O jornalista Carlos Chaparro (2000) coloca em discussão a velha premissa que divide o jornalismo em gêneros de informação e gêneros de opinião – “espécie de matriz que há quase três séculos regula as convicções conceituais que organizam e explicam o jornalismo” (CHAPARRO, 2000). O autor percorre e critica as classificações de gêneros jornalísticos de muitos autores – espanhóis e brasileiros, em especial – para concluir que não é pertinente “explicar e entender a ação discursiva do jornalismo” na base dessa dicotomia tradicional, visto que “as fronteiras entre opinião e informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo, tanto no relato quanto no comentário da atualidade” (CHAPARRO, 2000).

Chaparro questiona o paradigma definido e introduzido por Samuel Buckley, diretor do jornal inglês *The Daily Courant* que definiu, em 1702, o conceito de objetividade. Tornou-se o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos, tratando as notícias como notícias, sem comentários³. O modelo resistiu aos tempos, mesmo após a morte do *The Daily*, em 1735. No campo da teoria, a cultura jornalística criou o paradigma que até hoje divide o jornalismo entre opinião e informação. Embora a dicotomia opinião/informação se tenha transformado, pela tradição, em uma espécie de matriz que há

³ A então proprietária do *The Daily Courant*, Elizabeth Mallet, chamou Buckley e confiou-lhe a missão de salvar o jornal. O novo diretor criou uma estratégia e um estilo que influenciaram todo o jornalismo mundial: separou as notícias dos artigos – *news* de um lado, preponderantes, *comments* do outro, para não “contaminar” as informações, porque “os leitores são capazes de refletir sobre eles próprios”.

quase três séculos regula convicções conceituais que organizam e explicam o jornalismo, o modelo de Buckley, enquanto descoberta, nem pretensão científica teve (CHAPARRO, 2000). Já o contexto da justificação, engendrado pelos pensadores do jornalismo, acabou por criar uma “lei” que produziu especialistas, recheou livros e consolidou raízes, tanto nas redações quanto nos meios acadêmicos.

Dogmatizado o paradigma, desenvolveram-se, como valores definitivos, conceitos que iludem os leitores, como esse de levá-los a acreditar que a paginação diferenciada dos artigos garante notícias com informações purificadas, livres de pontos de vista, produzida pela devoção à objetividade. O paradigma opinião/informação tem condicionado e balizado, há décadas, a discussão sobre gêneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores que tratam do assunto. A conservação dessa matriz reguladora esparrama efeitos que superficializam o ensino e a discussão do jornalismo e tornam cínica a sua prática profissional. *“Trata-se de um falso paradigma, porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informação e opiniões. Além de falso está enrugado pela velhice de três séculos”* (CHAPARRO, 2000:100).

As rugas citadas por Chaparro para explicar o caduco conceito de objetividade e gêneros não absorveram elixires de jovialidade trazidos por inovações e modificações no jornalismo ao longo dos últimos séculos. Surgiram e desenvolveram-se a entrevista e o fotojornalismo, técnicas de relato cuja eficácia, tal como acontece na reportagem, baseia-se na aptidão de associar os fatos às idéias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à observação. O próprio desenvolvimento da diagramação e da infografia, com a utilização de modernos recursos eletrônicos de edição gráfica, cria a ampla campos de relação interativa, dialética, entre informação e opinião. E disso resultam ganhos significativos para a apreensão e/ou atribuição de significados na realidade, entendida, na sua totalidade, como sinônimo de mundo, espaço que existe e acontece e do que falta e não acontece (CHAPARRO, 2000).

Não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em informativos e opinativos – até por serem recursos de esferas diferenciadas: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (artigo, notícia, reportagem, entrevista, crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas, identificando formas; já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como substâncias da natureza do jornalismo, no sentido em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da ação jornalística, quer se relate ou se comente a atualidade. A apuração e a depuração, indispensáveis ao bom relato, são intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos interesses e pontos de vista estabelecidos. Como noticiar ou deixar de noticiar algum fato sem a componente opinativa? Por outro lado, o comentário – explicativo ou crítico – será ineficaz se não partir dos fatos e dados confiáveis, rigorosamente apurados.

1.3. O real do ponto de vista semiótico

Podemos analisar o real do ponto de vista semiótico. O jornalismo ainda se ancora na postulação clássica de lidar com a realidade como uma matéria-prima virtual, localizando no relato idôneo e objetivo dessa realidade sua função. Objetividade no sentido de que o repórter, ao produzir o relato de uma ocorrência, deve libertar-se de qualquer interferência de cunho subjetivo e ser o mais fidedigno possível aos fatos. Sua mediação seria neutra, como se os fatos pudessem falar por si próprios a despeito de qualquer interferência. Em contrapartida, a maioria das críticas que se faz ao jornalismo acaba sendo uma derivação desta mesma noção, já que, fundamentalmente, cataloga-o como uma prática que falseia a realidade. O que os críticos estão exigindo é um jornalismo objetivo, no sentido tradicional. Mas o problema da objetividade não está na questão do falseamento em si, mas no tipo de enfoque a que está amarrada à linguagem jornalística (HENN, 1996).

Diante disso Marc Paillet introduz algumas perguntas:

Que realidade é essa que se quer falar que poderia ser traída pela reprodução jornalística? Esse fantástico *continuum* espaço temporal, entrelaçamento de idéias e fatos? Quem não percebe que para fazer um relato desta realidade em toda a sua complexidade, origens e prolongamentos incluídos, seria necessário a cada instante um jornal mais extenso do que a Terra, geograficamente falando? (PAILLET, 1986:11).

Na mesma direção, Alsina (1989), propõe que o acontecimento social do cotidiano, definido como atualidade e consubstanciado no saber que o jornalismo julga transmitir, seja prontamente desmistificado. Embora se conceitue atualidade, não como tudo aquilo que ocorre no mundo e que poderia ser transformado em notícia, mas somente como acontecimentos a que têm acesso os meios de comunicação, mesmo assim a “atualidade” transmitida em forma de notícia não é mais do que uma pequena parte dos acontecimentos. Sendo a notícia um signo, ela jamais poderá representar o objeto de forma precisa e completa. Representa-o em certa medida e em certos aspectos. Aspectos que passarão pelo crivo de uma seleção previamente codificada a partir de um fato qualquer. Por outro lado, a questão do falseamento é inerente à própria condição signíca da notícia.

Retornando para a discussão de gêneros, sob outra análise, conforme Guimarães (1990), quando a atenção se volta fundamentalmente para as estruturas internas de determinado texto, se estabelece uma tipologia de acordo com sua forma de estruturação. O texto pertence a uma das três matrizes de gêneros: dissertativo, narrativo e descritivo. Cada matriz – Guimarães denomina-a, como Van Dijk, de superestrutura – é um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e se compõe de uma série de categorias, cujas possibilidades de combinação se baseiam em regras convencionais (GUIMARÃES, 1990).

A autora alerta que embora haja sempre num texto uma estrutura dominante, aquela que representa seu esquema fundamental, pode haver também parte de uma outra estrutura, adquirindo, nesse caso, uma conformação de texto misto. Ou seja, um texto que, mesmo pertencendo a outra matriz – a narrativa, por exemplo –, contém partes de outras matrizes – da descritiva e/ou dissertativa, conseqüentemente. Diante de determinado texto, portanto, é preciso captar um certo número de constantes. Essas constantes é que permitirão classificar um texto como pertencente a um gênero ou a outro (COIMBRA, 1993).

A dissertação tem como propósito principal expor ou explanar, explicar ou interpretar idéias. A argumentação visa convencer, persuadir ou influenciar o leitor. Guimarães (1990) defende a sinergia entre dissertação e argumentação, como sinônimos. Como na reportagem dissertativa a função de informar é inseparável do esforço de convencer o leitor a aceitar a informação num contexto de raciocínio que se pretende correto, é óbvia a presença nela de argumentação. Elisa Guimarães conclui que no discurso argumentado há um componente lógico que desempenha função essencial. Esse componente lógico é integrado em uma instância de raciocínio, a qual, por sua vez, se integra na relação mantida entre argumentador e auditório. Em outras palavras, o raciocínio depende também da pessoa – isto é, a situação social ou psicológica – a quem ela se destina. O discurso argumentativo tem profundas ligações com o raciocínio dedutivo, aquele que na linha do geral para o particular procura fazer aceitável a conclusão, a partir de hipóteses ou premissas anteriores.

O texto narrativo ostenta uma dimensão temporal: os comportamentos que nele se processam têm relações mútuas de anterioridade e de posterioridade. Sua característica fundamental, no entanto, é sua referência primordial a ações de pessoas, às quais ficam subordinadas a descrições de circunstâncias e de objetos. Uma breve história da narrativa é feita por Walter Benjamin, no ensaio “O narrador”, publicado em *Textos escolhidos* (1980). Benjamin diz que a extensão real do âmbito das narrativas, em sua plenitude histórica total, não pode ser pensada sem a íntima interpretação de dois tipos arcaicos: 1) no lavrador sedentário, que vivendo honestamente de seu trabalho ficou em casa e conhece as histórias e tradições de sua terra; 2) no marinheiro mercante, que tem alguma coisa para contar porque viaja e vem de longe. Assim, só quem faz idéia de ambos é que a figura do narrador adquire plena materialidade.

Esses dois tipos arcaicos representam grupos que se cruzam de maneiras diversas entre os narradores anônimos. A fonte onde beberam todos os narradores é a experiência que anda de boca em boca. Por isso, o romance – cuja difusão só se tornou possível com a invenção da imprensa – se distingue de todas as outras formas de criação literária

anteriores, como o conto de fadas, a saga e a novela: não deriva da tradição oral nem entra para ela. O romancista, ao contrário dos narradores que o antecederam, não colhe aquilo que narra na experiência, própria ou relatada, transformando isso, outra vez, em experiência dos que ouvem sua história. O romancista segregou-se, constata Benjamin. O local de nascimento do romance é o indivíduo em sua solidão.

Então, para Benjamin, embora a informação não seja mais exata do que fora a notícia de séculos precedentes, necessariamente deve soar plausível. Com isso, mostra-se incompatível com o espírito de narrativa. Como o ensaio de Benjamin foi escrito antes da 2ª Guerra Mundial, acrescentemos que o desenvolvimento posterior da imprensa levou-a a incorporar o modelo de esquema narrativo para veiculação de informações. O jornalista passou a poder colher o que narra na experiência própria ou na que lhe foi relatada. Com o jornalismo de vivência, sobretudo, a experiência subiu novamente de cotação (COIMBRA, 1993).

O texto descritivo, segundo Guimarães (1990), apresenta viabilidades de se amoldar a categorias constitutivas de uma estrutura. O que quer dizer que também para esse tipo de texto há modos e recursos de articulação. Entretanto, desenvolvendo-se como parte de uma outra estrutura de texto – a narrativa ou dissertativa –, a descrição sujeita-se às finalidades dessa outra estrutura. O texto descritivo, por sua característica estrutural de expansão ou digressão, quando situado dentro da estrutura do texto narrativo, serve para retardar o relato de determinado acontecimento (GUIMARÃES, 1990).

1.4. Reportagem: o refinamento do jornalismo de relato

A divisão e a especialização do jornalismo e do trabalho do repórter levou ao surgimento de uma nova técnica de estenografia, transformando o trabalho de coleta de informações numa espécie de ciência. Uma ciência que valorizava a investigação, a checagem e a confrontação de dados, um rebuscamento no tratamento das palavras que dariam um contorno final ao texto. A reportagem entrava com força numa concepção, já em

meados do século 20, de fortalecimento de técnicas jornalísticas, com “*a promessa ao leitor da recuperação completa de alguma semelhança com a realidade. Parecia, no início, que a reportagem era capaz de fornecer um verdadeiro espelho da realidade*” (SMITH,1980:161), citado em Traquina (2004). No final da década de 1910, a imprensa norte-americana enfrentava um dilema. Já existia o telégrafo e as agências noticiosas quando eclode a 1ª Guerra Mundial. Descobre-se então que a imprensa estava presa apenas aos fatos, ao relato de ocorrências, sendo incapaz de costurar uma ligação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos. (LIMA, 2004).

Na cobertura da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), a presença de repórteres proporcionou aos leitores acesso a notícias das batalhas, o desempenho dos generais, estratégias militares, vida nos acampamentos e comportamento (TRAQUINA, 2004). Os jornalistas incorporavam novas técnicas de apuração, como a descrição de testemunhas e cenários, recorrendo mais às entrevistas com pessoas para obtenção dos fatos, numa tentativa de construção da realidade vista nos campos da guerra. O desenvolvimento da reportagem marcou inovações no jornalismo de final do século 19 e começo do 20, como a utilização da técnica de descrição de depoimentos de testemunhas oculares da história.

A partir da deficiência de aprofundamento nas notícias, o público passa a esperar um tratamento informativo de maior qualidade. Surgiam publicações pelo mundo que tentavam dar um tratamento diferenciado dos fatos, como a revista norte-americana *Times*, voltada para o relato dos bastidores e na busca de conexões entre os acontecimentos. O modelo acabou bem sucedido e hoje no mundo é possível enumerar publicações que seguiram o rastro da publicação norte-americana, como a *Der Spiegel*, na Alemanha, *L'Express* na França, *L'Europeo* na Itália. Bem antes disso, entretanto, um estudo já mostrava classificações do jornalismo, entre elas o interpretativo. Michael Schudson pesquisou a cobertura jornalística do “Discurso à nação” dos presidentes norte-americanos ao congresso desde 1790 até 1978, demonstrando que as formas narrativas não são aquisições imutáveis. Schudson mostrou que os aspectos do acontecimento que são selecionados para fazer parte da notícia também são mutáveis ao longo do tempo: a inclusão ou não de referências às

reações dos congressistas, as reações na imprensa estrangeira, ao espetáculo do encontro, a utilização ou não de entrevistas, a constituição do próprio presidente como um ator – um ator principal –, a existência de interpretações sobre o conteúdo da mensagem e de comparações com outras mensagens.

As notícias sobre os “Discursos à nação” tomaram três formatos básicos: o registro estenográfico do discurso, de 1790 a 1850; cronologia e comentário sobre o acontecimento, de 1850 a 1900; e a reportagem das mensagens, com a utilização da “pirâmide invertida”, a partir de 1900. O relato estritamente cronológico do acontecimento deu lugar a um relato em que a utilização do lide tornou-se uma prática corrente no jornalismo norte-americano. Isso demonstrava o crescente sentimento de autoridade por parte dos jornalistas em decidir quais os acontecimentos mais importantes que mereceriam figurar no lide e qual a estrutura da notícia a partir do fato mais importante até aos menos interessantes, já figurando na base do texto da reportagem (TRAQUINA, 2004).

O jornalismo interpretativo vai ser, ao longo dos anos, importante ferramenta para o surgimento de outros gêneros jornalísticos, entre elas a reportagem e o livro-reportagem, como veremos mais adiante. O jornalismo interpretativo amplia o leque de possibilidades de textos jornalísticos, trazendo mais ângulos, mais visões de um acontecimento antes espremido entre a necessidade da objetividade, de um lado, e o cumprimento de regras impostas pelo jornalismo convencional, como o lide e a pirâmide invertida. No jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se definem, num circuito mais amplo.

A elucidação que estaria mal explicada se esclarece mediante a inclusão de que Lima (2004) classificou de ingredientes: o contexto, os antecedentes, o suporte especializado, a projeção e o perfil. Para Marques de Melo, a notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Já a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (1985). A reportagem e a grande reportagem são,

portanto, gêneros jornalísticos que, segundo Juan Gargurevich (1982:12), usadas como “*formas que busca o jornalista para se expressar*”.

1.5. Subjetividade: perda da fé nos fatos

Valor incorporado à cultura jornalística, a objetividade serviu para dimensionar a atuação dos profissionais e balizar as perspectivas empresariais em meados do século 19 e em todo o século 20 até os dias atuais. A objetividade como valor jornalístico pode ser contada a partir das formulações que estabeleceram a primazia dos fatos em relação à opinião. E o surgimento do conceito de objetividade no jornalismo norte-americano entre as décadas de 20 e 30 não foi expressão final de uma fé que já existia no culto dos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam total confiança.

O ideal da objetividade no jornalismo, para Schudson (1978) foi fundado numa confiança de que a perda da fé nos fatos era irreversível. Os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam e precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga de suas próprias convicções profundas de dúvidas e incertezas. Com a objetividade, os jornalistas substituíram a certeza nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida. Além disso, a objetividade pode ser verificada como um “ritual estratégico” (TUCHMAN, 1993).

A objetividade seria uma adesão aos procedimentos de rotina, prevenção às críticas, mitigar pressões como prazos curtos, repressão de superiores hierárquicos. A justificativa: o trabalho é objetivo, imparcial, onde foram seguidos procedimentos, regras. “*Atacados devido a uma controversa apresentação dos fatos, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe o colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos*” (TUCHMAN, 1993:75).

Ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas contam com um repertório limitado com o qual definem e defendem a sua objetividade. O cientista social ocupa-se da análise epistemológica reflexiva (SCHULTZ, 1962). O jornalista não. Ele precisa tomar decisões imediatas relativas à validade, fiabilidade e verdade a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza de sua tarefa – o processamento de informação que dá pelo nome de notícia, um produto de consumo diário.

O processamento da notícia não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. A menos que o repórter esteja investigando um fato há mais tempo, ele geralmente tem até o final do dia de trabalho para se familiarizar com o acontecimento, para recolher informações e escrever a reportagem. O repórter sabe que seu trabalho escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes, embora em determinados momentos tenha a possibilidade de atuar como *gate* e “derrubar” possíveis pautas ou possíveis assuntos que poderiam virar notícia no dia seguinte – como por exemplo, o repórter de plantão do jornal *Zero Hora* que, ao saber de um acontecimento durante a ronda policial teve a chance de avaliar em curto espaço de tempo se valia ou não como notícia, e a descartou sob o argumento de que o fato não era “inusitado”⁴.

O repórter faz “conjeturas” sobre as preferências do editor e mesmo do leitor, em determinados momentos, numa cadeia de conjeturas que vai desde o redator até o editor maior de uma redação. “*Todos criticarão a notícia após a sua publicação*” (TUCHMAN, 1993:78). Em suma, cada notícia acarreta perigos para o corpo editorial e para a organização jornalística. Cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, afeta sua reputação perante aos superiores e tem influência nos lucros da empresa. Os jornalistas lutam contra essas pressões ao realçar a objetividade, argumentando que os perigos podem ser minimizados se forem seguidas as

⁴ Durante três dias, em novembro de 2004, foi realizada uma observação na rotina produtiva do jornal Zero Hora, em Porto Alegre. Foram acompanhados dois repórteres, das editorias de geral e de polícia. O acompanhamento mostrou toda a rotina dos jornalistas, desde a chegada ao jornal até a finalização da matéria (s) e entrega do material para o editor. A observação foi realizada como trabalho da disciplina Mídia e Produção, do professor Ronaldo Henn.

estratégias de trabalho identificadas como notícias objetivas. Entre as estratégias para isso, levantadas por Tuchman, estão a apresentação de possibilidades conflituais; apresentação de provas auxiliares; uso judicioso das aspas; e a estruturação das informações em uma seqüência apropriada.

1.6. As limitações para a notícia

A produção de notícias configura-se como semiose complexa, movimentada por interpretantes que já se estabelecem na própria construção do acontecimento. Ao se transformarem em notícias propriamente ditas, além de darem forma às ocorrências, trazem embutidas as interveniências produtivas e os circunstanciamentos dos códigos que regem a atividade, que vão desde os critérios de noticiabilidade (como o *gatekeeper*, que veremos a seguir) e valores notícias, até as próprias normas de redação e edição do texto jornalístico. E a partir de sua veiculação estão aptas a produzir interpretantes diversificados, materializados pela formação de opinião sobre determinados episódios e até mesmo pela geração de ações concretas na sociedade.

As notícias apresentam-se como resultado interpretante de um processo. Desde a ocorrência e a sua transformação em acontecimento, se estabelecem umas séries de mediações que coloca o próprio acontecimento na condição de signo, na medida em que ele é, no mínimo, socialmente produzido pelas fontes. Mesmo em ocorrências consideradas mais factuais, são sempre os testemunhos que formarão os relatos que os repórteres produzirão.

Fenômeno importante nos estudos mais recentes dos media, o *gatekeeper* desvendou um pouco os meandros do poder numa redação e as escolhas que são feitas até que a notícia chegue ao leitor. O cientista social Kurt Lewin que, em seu último artigo (LEWIN, 1947) defendeu que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação dependia do fato de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates*. Levando a analogia ainda mais longe, Lewin afirmou que certos setores dos *gates* são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo no poder tomar a decisão de “deixar entrar” ou de

“rejeitar”. Compreender o funcionamento do *gate* seria equivalente a compreender os fatores que determinam as decisões dos *gatekeepers*.

Na literatura acadêmica do jornalismo, o estudo surgiu com força através de pesquisas de David Manning White, o primeiro a aplicar o conceito ao jornalismo. Assim, falando de jornalismo, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias precisa passar pelos *gates* ou portões em toda a cadeia que envolve a redação. O *gatekeeper* vai escolher entre esta ou aquela informação que poderá ou não virar notícia no dia seguinte. Se a decisão for pelo sim, a notícia passa pelo “portão”. Se não, é impedida a sua progressão, ou sua “morte” antes mesmo de sua publicação.

White afirmou em suas pesquisas que o processo de decisão é subjetivo e arbitrário, provando através de números a pouca “flexibilidade” desse portão de entrada das notícias. White analisou o trabalho de “Mr. Gates”, um editor telegráfico responsável pela seleção de materiais recebidos de agências noticiosas de um matutino com tiragem média de Midwest, nos Estados Unidos. Nesse processo de estudo, White constatou a alta subjetividade na escolha das notícias, desde os gostos particulares do “Mr. Gates” até a escrita mais conservadora do texto escolhido.

Mas a principal conclusão do estudo é a avalanche de textos que vão para a “geladeira” e não utilizados. Apenas um décimo das notícias recebidas foram impressas no jornal do dia seguinte, com a justificativa de “sem espaço”, “propaganda”, “demasiado comunista”, “serviria”, “tardia”. *“É interessante observar que quanto mais tarde do dia chegaram as notícias, maior era a proporção da anotação ‘sem espaço’ ou ‘serviria’* (WHITE, 1993:147). As análises dos *gates*, entretanto, o faz apenas a partir de quem o produz, ou seja, o jornalista. Por isso limita seus estudos às escolhas feitas pelo profissional, minimizando outras dimensões do processo de produção de notícias. Em outros estudos, particularmente os realizados por Hirsch (1977), há conclusões de que, a partir de uma outra análise das escolhas de “Mr. Gates”, que ele exerceu a sua liberdade

dentro de uma latitude limitada e que a grande maioria das razões apresentadas pelo jornalista refletiu o peso de normas profissionais e não razões subjetivas.

Diante do exposto, podemos aferir que as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui de seu próprio conteúdo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência da mídia sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante, varia segundo os temas tratados. Em outros termos, os meios noticiosos podem não influenciar os receptores a ponto de determinarem aquilo que devem fazer mas, com certeza, estabelecem os temas com os quais a sociedade envolve-se e pensa durante algum período de tempo (BENTO e FRAZIER, 1976).

Isso não quer dizer que exista um fluxo unidirecional no processo de produção e de consumo da notícia. Este interpretante em grande escala, que seria a tematização propriamente dita, e os ambientes semióticos em que ela se delinea, geram interpretantes específicos provenientes de outras redes semióticas (cultura, laços comunitários, familiares, de escolaridade e tantos outros, que estariam na categoria de mediações, segundo reivindica Martin Barbero), propiciando uma pluralidade de sentidos ou apropriações de sentidos. Por outro lado, há mecanismos interativos, não só por conta de facilidades tecnológicas, mas pela própria repercussão de determinados temas ou acontecimentos, que podem colocar os consumidores de notícias também como agentes do agendamento, lembrando do *agenda setting* (McCOMBS, SHAW, 1972), cuja postulação original aponta que os mídias noticiosos fornecem mais do que um certo número de notícias, mas também estipulam as categorias através das quais os consumidores podem tematizá-las.

Em estudo com 16 jornalistas com as mesmas responsabilidades de “Mr. Gates”, Gieber (1956) refuta as conclusões de White. Gieber definiu que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista que entravam no processo de seleção. As notícias, portanto, só podem ser compreendidas se houver uma clareza das “forças sociais” que

influenciam a sua produção. A pesquisa de White foi realizada na década de 50 e, obviamente, outras pesquisas seriam feitas para solidificar ou contrapor suas conclusões.

O primeiro deles foi definir que valores subjetivos também são levados em conta na construção da notícia. O segundo, mesmo subliminarmente, que as rotinas e os processos internos da redação – pressões, limitações de tempo e espaço, etc – interferem diretamente no trabalho do jornalista. “*As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento*”, Traquina (2003:85). O primeiro poder do jornalista é a decisão última de dizer o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos.

O segundo poder dos jornalistas é a última palavra sobre a construção dos acontecimentos como notícia. As notícias são construções, narrativas, histórias contadas. As notícias são elaboradas com a utilização de padrões industrializados, ou seja, formas específicas que são aplicadas ao acontecimento, como por exemplo, a pirâmide invertida. “*O poder dos media não está (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem*”. (SCHUDSON, 1982:279). Assim, o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre *o que pensar* mas também *como pensar*.

1.6.1. Tirania do tempo, controle e rotinização

A profissionalização do jornalismo e a transformação da notícia em mercadoria vendável e digerível às pessoas trouxeram conseqüências e características ao meio produtivo. Um deles foi a rotinização do trabalho. O conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de histórias noticiosas permite ao repórter trabalhar com maior eficácia (TUCHMAN, 1978). Significativamente, os repórteres e editores abordados em pesquisas identificam esse conhecimento com profissionalismo. O profissionalismo, visto como método de controle do trabalho, consiste em dominar as técnicas da escrita, mas

também o domínio de saber quem contatar e que perguntas fazer, ou seja, ter o saber de procedimento.

Em um estudo sobre a cobertura jornalística de uma eleição legislativa na Grã-Bretanha efetuada pela BBC, Gurevitch e Blumler (1982/1993), citado em Traquina (2003), demonstram a importância das rotinas como fator determinante na produção jornalística. Os pesquisadores identificaram três aspectos fundamentais do produto jornalístico. Um deles é o enquadramento legal do sistema audiovisual britânico e as obrigações da televisão pública. Há normas externas que pretendem assegurar um equilíbrio entre os partidos políticos no noticiário da televisão pública. Essas normas criam uma tensão constante com os critérios profissionais de noticiabilidade obrigados a ser corrigidos com a utilização de um sistema cronométrico para assegurar equidade matemática numa proporção bem específica.

Segundo aspecto constatado demonstra claramente que as notícias são construídas. Os pesquisadores verificaram que todo o processo de produção é marcado pelo objetivo de produzir um “pacote” unido, numa construção coerente. Assim, o “centro” procurava a elaboração de um noticiário que incorporasse um tema geral e uma das principais preocupações da equipe era a busca de uma linha de narração unificadora. Mesmo sem tema, outra preocupação na construção do produto jornalístico era a de fornecer elos de ligação adequados para dar impressão de unidade. Também a necessidade de responder às normas externas demonstra a qualidade construída do noticiário porque, segundo Gurevitch e Blumler, contribuiu inevitavelmente para moldar as formas do noticiário. Os jornalistas confrontavam-se constantemente com o problema de como justapor diversos ingredientes partidários num pacote profissional. A partir da observação participante no “centro” da “fábrica” os pesquisadores descrevem a natureza bifacetada do trabalho jornalístico em que sobressai como pano de fundo permanente uma tensão constante entre o caos e a ordem; a incerteza e a rotina; a criatividade e o constrangimento; a liberdade e o controle.

Gurevitch e Blumler consideram que um padrão emerge e reflete a necessidade de fornecer um boletim diário (o peso do fator tempo), a existência de convenções bem estabelecidas, a instituição de uma rotina fortemente organizada, a obrigação de respeitar as normas estabelecidas externamente, o trabalho de “promoção” das fontes, os critérios ligados às narrativas específicas do jornalismo televisivo e o conceito de uma “boa história”. Assim, os jornalistas confrontaram-se com a avalanche de acontecimentos e a escassez de tempo, lutando para impor ordem no espaço e no tempo. Pressionadas pela tirania da “hora do fechamento”, as empresas do campo jornalístico são obrigadas a elaborar estratégias para fazer face ao desafio colocado pela dupla natureza da sua matéria-prima: 1) os acontecimentos (a matéria-prima preponderante do trabalho jornalístico) podem surgir em qualquer lugar; 2) face à imprevisibilidade, as empresas jornalísticas precisam impor ordem nesse espaço e tempo (TRAQUINA, 2001).

Segundo Gaye Tuchman (1978), as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço, estendendo uma rede noticiosa para “capturar” os acontecimentos. A consequência é que acontecimentos noticiáveis ocorrem em certas localidades e não em outras. Como impor ordem no espaço? Para cobrir o espaço, Tuchman apresenta três estratégias que as empresas jornalísticas utilizam: 1) a territorialidade geográfica – as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional – as empresas jornalísticas estabelecem “sentinelas” em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados como noticiabilidade; 3) a especialização em termos de temas – as empresas jornalísticas se auto-dividem por seções, que enchem certas “rubricas” do jornal.

1.6.2. Estrutura sobre o tempo

As empresas jornalísticas tentam igualmente impor uma estrutura sobre o tempo, que permita levar a cabo o seu trabalho diário. A produção jornalística tem lapsos temporais. Tal como se espera que acontecimentos julgados com valor-notícia ocorram em alguns locais institucionais, mas não em outros locais, também se espera que os

acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. Durante essas horas, as organizações jornalísticas têm o grosso de seus repórteres e fotógrafos disponíveis para a cobertura dos fatos. A ocorrência de um acontecimento antes ou depois destas horas tem que apresentar uma evidência clara de caracterização como acontecimento com valor-notícia para justificar o deslocamento de um repórter até o local. A empresa jornalística também tenta planejar o futuro através de serviços de agenda, que elabora a lista de acontecimentos previstos, permitindo assim a organização do seu próprio trabalho com uma certa antecedência.

O ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas. Os acontecimentos estão enterrados na teia da faticidade (TUCHMAN, 1978), ou seja, o tradicional quem, o que, quando, onde, como e por que do lide tradicional. Os acontecimentos são mais facilmente observáveis porque estão definidos no espaço e no tempo. No espaço, através de reportagens pré-determinadas, com tamanhos definidos, tornando-se uma camisa de força à criatividade profissional. No tempo, pela tirania do relógio, do prazo de fechamento, pressões por produção em determinado período, práticas levadas a cabo para responder à estrutura criada pelo fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa e, às vezes, do próprio dono, pelos imperativos do jornalismo como negócio, pela insaciável competitividade, pelas ações de agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite.

Os jornalistas são obrigados a criar uma rotina do inesperado (TUCHMAN, 1978), tendo como consequência, devido aos critérios profissionais que utilizam na avaliação das fontes, a dependência dos canais de rotina. Essa dependência poderá ter resultados negativos sobre o trabalho jornalístico. Quando as fontes e os jornalistas fazem parte da mesma rotina de uma forma regular, podem estabelecer uma dependência. Quando os jornalistas ficam dependentes das fontes, podem ficar orientados para a fonte e, assim, ceder às tentações de escrever para a fonte e não para o público. A interdependência facilita

também as “fugas” de informação, em particular o lançamento de “balões de ensaio” (TRAQUINA, 2003).

O controle do trabalho jornalístico também é outra característica marcante encontrada no funcionamento das redações. A linha editorial da empresa jornalística é geralmente seguida e a descrição da dinâmica situação sócio-cultural da redação sugerirá explicações para um conformismo evidente, segundo Breed (1955/1993). Um “ditatorialismo” organizacional seria, entretanto, de difícil implementação devido à natureza do trabalho jornalístico e a um mínimo de autonomia profissional que ela exige.

Qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política constituiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalista. Outros estudos apontam para uma autonomia “consentida” dos jornalistas. Ou seja, a autonomia do jornalista é permitida quando for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística. Assim, as notícias são o resultado de um processo de interação que tem lugar dentro da empresa. O jornalista sabe que seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle.

O jornalista tem que se antecipar às expectativas de seus superiores para evitar os retoques em seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas – dois meios que fazem parte do sistema de controle e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha de suas tarefas, e a sua promoção. Quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional.

1.7 Narrativas da notícia e literatura do jornalismo

O gênero jornalístico pode ser considerado um tipo específico de sistema simbólico. A partir do reconhecimento de as notícias como narrativas e histórias, surge uma relação

nem um pouco pacífica entre a própria realidade e as histórias sobre a realidade. Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior, afetando ou sendo afetadas pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática. Introduce uma outra dimensão às notícias, na qual as histórias transcendem as suas funções tradicionais de informar e explicar.

A notícia foi alvo de muitas definições. Mas a maioria técnicas, ou seja, definições mais preocupadas em auxiliar o profissional a perceber o que pode ou não ter caráter noticiável. As definições têm como pressuposto a existência de critérios para que algo ganhe estatuto de notícia, já se tratando, de antemão, de um exercício de pauta. Uma notícia, por exemplo, pode ser algo surpreendente – um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí então, a notícia é sensacional (Alberto Cumming); ou tudo aquilo que o público necessita saber, que deseja falar (Colliers Weekly); ou que é toda informação atual e verdadeira (Luís Amaral). São definições que não se esgotam, e suscitam discussões. A de que a notícia é algo surpreendente, inédito, nem sempre é defensável. Relatos sobre acontecimentos cíclicos, como o mercado financeiro ou previsão do tempo, são notícias mesmo sem um abalo inédito ou estrondoso.

A proposta de que a notícia é tudo aquilo que o público necessita saber suscita algumas dúvidas. O que se veicula como notícia atende irremediavelmente às necessidades do público? E que necessidades são essas? Quem as define e hierarquiza? São necessidades ligadas a coisas básicas em termos de sobrevivência biológica ou são necessidades simbólicas? Certas necessidades tidas como importantes não são justamente impostas pela veiculação de algumas notícias em detrimento de outras? E por fim, a ideia de notícia como informação atual e verdadeira. Primeiro: a notícia não é, a rigor, informação. Como qualquer mensagem, ela porta informação em diversos níveis. Também não precisa ser necessariamente atual. Mais correto seria pensar notícia como um meio através do qual acontecimentos são atualizados. A questão da verdade da notícia é algo questionável. Existem notícias falsas e isso não lhe retira o estatuto de notícia. Ela é um relato e não o fato em si.

1.7.1. Notícia como mercadoria

Há visões mais críticas sobre a notícia. Como aquela influenciada pela Escola de Frankfurt, que sustenta que notícia é a informação transformada em mercadoria. A informação sofre um tratamento que a adapta às normas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Em outras palavras, a notícia pertence ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio dessa lógica (MARCONDES, 1989). A proposta de Marcondes, mesmo desmascarando o aparato ideológico que cerca a visão corrente da notícia, restringe sua compreensão já que, para ele, jornalismo não passa de uma atividade do capitalismo e só pode ser pensado em termos de mercado. Mesmo pressuposto de Cremilda Medina (1978). A pesquisadora identifica a mensagem jornalística com atividades urbanas e industriais, plasmada no universo da comunicação de massa. Preocupa-se, entretanto, com a articulação da mensagem no embate de forças inerentes à sociedade industrializada, sem uma condenação *a priori*.

Alsina também insere a notícia como um produto da industrialização informativa, destacando que, tal como a comunicação de massa, é uma realidade complexa, diversa e móvel. Todavia, ele não propõe uma definição que reduza a notícia à sua feição mercadológica, mas busca delimitar melhor com que tipo de mercado está tratando. Ele define: *Notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível* (ALSINA, 1989:185). Alsina situa a notícia na sua função fundamental de ser mediação de algo. Valoriza sua condição de signo. É um signo que age, fruto da produção institucional com a capacidade de gerar todo um universo social. Alsina enfatiza a semiótica da notícia e seu poder de construir um mundo semiosférico.

Na maioria das propostas teóricas ou técnicas que definem notícia, há um consenso: o de que a notícia é o principal produto jornalístico. Um jornal pode prescindir de artigos, anúncios ou ilustrações. Como diz Erbolato (1979:58), *as notícias são a matéria-prima do*

jornalismo, pois somente depois de conhecidas ou divulgadas é que os assuntos aos quais se referem podem ser comentados, interpretados ou pesquisados, servindo também de motivo para gráficos ou charges.

Ou como concorda Marcondes (1989:39): *Definir notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página, ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas. É sobre a notícia que se centra o interesse principal do jornalismo.* Já Henn, entre as muitas vertentes divergentes, diz que *a notícia é uma arena signica onde as forças da sociedade se digladiam; um produto de consumo como qualquer outro, mas com características particulares, por se tratar de um ser de linguagem a processar recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o e hierarquizando-o.* E o entendimento de que notícia é um signo parece óbvia (HENN, 1996). Trata-se da representação de um fato e, até mesmo, do fator de mediação dos receptores com a realidade.

1.7.2. Histórias sobre a realidade

Os leitores apreendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os fatos, nomes e números que os jornalistas tentam apresentar com exatidão. Esses pormenores – significantes e insignificantes – contribuem para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem (BIRD/DARDENE, 1993). Os fatos, nomes, números, se modificam quase que diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura. E poderia se argumentar que a totalidade das notícias como sistema simbólico duradouro ensina os públicos mais do que qualquer de suas partes componentes, mesmo se essas partes tivessem como finalidade informar ou entreter.

Contar a história, narrar o acontecimento é uma das qualidades que estão ligadas ao jornalismo. Embora as notícias não sejam ficção, são histórias sobre a realidade. Devido ao seu estatuto privilegiado como representação da realidade e da verdade, os poderes

sedutores de sua narrativa são particularmente significantes. As formas narrativas são mais do que construções literárias. Elas conferem às pessoas um esquema para perspectivarem o mundo e viverem a sua vida. As notícias têm a função de fazer o registro e fazem-no como pano de fundo de narrativas que recontam os acontecimentos noticiáveis, escritos para ninguém necessitar de ler para além do lide.

O registro situa e ordena o dia-a-dia, garantindo harmonia e normalidade continuadas. Os jornalistas sabem que os acontecimentos parecem mais reais aos leitores quando são relatados em forma de histórias. A preparação dos jornalistas, sempre enlevados com a realidade objetiva, leva-os a exprimir uma voz narrativa. Há uma forma de apropriação do fazer literário, ao contar uma história. O jornalismo e a literatura estão juntos desde os primórdios, ainda quando o jornalismo não privilegiava a notícia e quando a literatura privilegiava o contar histórias. O jornalismo com a falsa retórica de objetividade, um jornalismo que ainda não percebeu o quão difícil é chegar à realidade dos fatos, citado por Gabriel García Márquez (2002:102) como uma vontade de mudança na narrativa jornalística. *“O ideal seria que a poesia fosse cada vez mais informativa e o jornalismo cada vez mais poético. Um ideal que, como pode se observar nos bons criadores do jornalismo moderno, parece haver-se cumprido”*.

Um jornalismo, com García Márquez concordando com Roman Jakobson, que desenvolva o “interpretante energético”, o leitor. Jakobson (1975) delimitou seis funções de linguagem fundamentando-as nos fatores que ele considerava constitutivos de todo o processo lingüístico. Utilizando-se do modelo da Teoria da Informação, classificou esses fatores como remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e contato ou carnal. Conforme a prevalência de um desses fatores na linguagem, ela terá a predominância de uma função específica: emotiva ou expressiva (centrada no remetente), conativa (orientada para o destinatário), fática (que pende para o canal), metalingüística (centrada no próprio código), poética (voltada para a mensagem em si) e referencial (que se remete ao contexto).

Sempre que se fala em linguagem jornalística, enfatiza-se a predominância da função referencial já que o signo jornalístico caracteriza-se pela factualidade. Entretanto, as

outras funções também participam das mensagens e muitas vezes com predominância. Quando a notícia tem uma angulação pessoal intensa, a função expressiva se sobrepõe, já que o autor do texto tende a centrar a mensagem em si. Ao efetivarem mudanças gráficas e editoriais, os jornais produzem pilotos e utilização da função fática. Os jornais sensacionalistas exploram a função conativa. A metalinguagem também surge, sobretudo, nos suplementos de variedades e esportes. A função poética pode aparecer na titulação das matérias, que chamam a atenção do leitor para a recepção da notícia, obedecendo a uma métrica, rígida. Muitos títulos revelam grande criatividade principalmente pela predominância do poético na sua confecção (HENN, 1996).

A ruptura entre jornalismo e literatura que significou mudanças de paradigma da profissão, em final do século 19, poderia ter trazido desconhecimento de narrativas para os profissionais da imprensa, na análise de Juremir Machado da Silva:

Houve uma fase em que a ruptura com o modelo literário se impunha e significou uma libertação para o texto jornalístico. Hoje, o fosso existente determina, cada vez mais, um desconhecimento, pelo jornalista, da textura literária das palavras. A ambigüidade esconde-se, travessa, na superfície dos textos que dizem a seus autores o que eles não podem interpretar. (MACHADO DA SILVA, 2004:89).

Reavivada a discussão centrada no jornalismo e na literatura como duas formas narrativas, teóricos defendem a necessidade de se estabelecer, em sociedade, novos padrões éticos cognitivos que resistam à “tirania da comunicação” e à fragmentação do pensamento (GALENO, 2004). Um novo padrão ético e um novo diálogo na cultura. Nesse diálogo, não importam apenas os recursos técnicos midiáticos, mas também os valores subjetivos que acompanham experiências culturais dos indivíduos. Resgatar o verdadeiro objetivo do diálogo é penetrar no processo de pensamento e transformar o próprio processo de pensamento.

A palavra comunicação deve ser praticada como o dizer, o fazer e o transmitir conjuntamente com o outro. Será uma nova ética comunicacional, que para Morin significa religar domínios separados do conhecimento e contribuir para a reforma do pensamento. Um tipo de pensamento que pratica o abraço e inaugura uma ética da solidariedade. (GALENO, 2004:105).

1.7.3. Reportagem se apropria do fazer literário

Antes de realizar uma reflexão sobre os caminhos da reportagem, é prudente assumir conceitos do que seja reportagem e dos que seja notícia, dado que os limites dessa fronteira invariavelmente estão contidas nas discussões acerca das características do jornalismo de maior fôlego. Ao não estabelecer fronteiras de forma entre a notícia e a reportagem, podemos trabalhar o termo notícia como sinônimo genérico de informação, e numa perspectiva que nada tem a ver com a estrutura do texto: fato verdadeiro, inédito ou atual, de interesse geral, que se comunica a um público que pode considerar-se massivo, uma vez que haja sido recolhido, interpretado e valorado por jornalistas.

Vivaldi (1987) considera a reportagem como gênero jornalístico por excelência, já que tudo o que não seja comentário, crônica ou artigo é reportagem que, em sentido lato, equivale à informação. No campo do relato, Vivaldi abre exceção para aquilo que chama de “estrita notícia”, que, quase sempre, se amplia e desenvolve em crônicas e reportagens. Marques de Melo também deixa implícita uma relação entre reportagem e notícia, quando define que reportagem é o relato ampliado de um acontecimento, convidando a supor que notícia seja um relato não ampliado.

Aceitemos, portanto: notícia é um resumo informativo para a descrição jornalística de um fato relevante que se esgota em si mesmo, e para cuja compreensão bastam as informações que o próprio fato contém. A partir do entendimento do que seja notícia, podemos então definir reportagem como o relato jornalístico que expande a notícia, para desvendamentos ou explicações que tornam mais ampla a atribuição de significados a acontecimentos ocorridos ou em processo de ocorrência. Nesse sentido, desvenda contextos de situações, falas, fatos, atos, saberes e serviços que alteram, definem, explicam ou questionam a atualidade. Trata-se, portanto, da representação de um fato e, até mesmo, do fator de mediação dos receptores com a realidade.

De todas as formas de jornalismo, a reportagem é a que mais se apropria do fazer literário. O jornalismo impresso e a literatura se aproximam, e isso não se pode negar, desde os primórdios, especialmente a partir das feições industriais da imprensa no século 19. À medida que o texto jornalístico evoluiu da notícia para a reportagem, surgiu a necessidade de modificações nas técnicas de tratamento da mensagem dirigida ao leitor. Os jornalistas sentiam-se inclinados a se inspirar na arte literária para encontrar os seus próprios caminhos de construção da realidade. Muitos escritores encontraram no jornalismo, de outro lado, um eventual meio de subsistência e um canal para aprimoramento e promoção do talento literário.

No Brasil, por exemplo, Machado de Assis começou a vida profissional como aprendiz de tipógrafo e revisor de jornal, enquanto praticava a arte literária em versos e novelas. E não apenas ele. A partir de 1850 até o final do século 19, trabalharam em jornais alguns escritores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Antônio de Almeida. A literatura e a imprensa confundem-se até os primeiros anos do século 20. Muitos jornais abriam espaço para a literatura, produzindo folhetins, suplementos literários. Como diz Werneck Sodré:

Os homens das letras buscavam encontrar nos jornais o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. O *Jornal do Comércio* pagava as colaborações entre 30 e 40 mil réis; o *Correio da Manhã*, a 50. Bilac e Medeiros de Albuquerque, em 1907, tinham ordenados mensais, pelas crônicas que faziam para a *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente; em 1906, Adolfo Araújo oferecia 400 mil réis por mês a Alphonsus de Guimaraens para ser redator de *A Gazeta*, em São Paulo. No inquérito organizado por Paulo Barreto, e depois reunido no volume *Momento Literário*, uma das perguntas era essa: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” A maioria respondeu que bom, naturalmente. Felix Pacheco esclareceu com exatidão: “Toda a melhor literatura brasileira nos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”. Medeiros de Albuquerque viu outros aspectos da questão: “É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que chama a “cozinha” dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomem muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. (WERNECK SODRÉ, 1977:78)

A confluência entre jornalismo e literatura repousava na boemia artística. Mas foi uma época em que o jornalismo absorveu elementos do fazer literário transformando-os,

aproveitando-os para incorporar às técnicas de redação. Segundo Lima (2004), é possível estabelecer hoje três categorias de obras quanto ao emprego de recursos literários: as puramente de ficção, que tratam de produtos imaginários elaborados pelo escritor; as jornalísticas, que se apropriam dos recursos literários para reportar melhor a realidade; e as que mesclam a ficção e o factual. Tom Wolfe (1973) fala de uma literatura denominada de realismo social, onde o escritor engloba elementos reais e ficcionais, amparado em experiências da vida cotidiana. Nessa linha, cita como exemplos Balzac, Dickens, Mark Twain, Dostoievski, Tolstói. Os romancistas do realismo social realizavam, na visão de Wolfe, um verdadeiro trabalho de captação do real, como se fossem repórteres de seu tempo:

Os romancistas aceitavam rotineiramente a desconfortável tarefa de fazer reportagem, “cavando” a realidade simplesmente para reproduzi-la direito. Isso era parte do processo de escrever romances. Dickens viaja a três cidades do Yorkshire, usando nome falso e fingindo estar procurando escola para o filho de um amigo viúvo, a fim de entrar nos mala-famados internatos do Yorkshire para coletar material para o livro *Nicholas Nickleby*.. (WOLFE, 1973:121).

O romance de realismo social da época exercia um papel de reprodução do real de forma semelhante ao da reportagem de hoje. A imprensa europeia e norte-americana do período de 1840 a 1870 ainda estava evoluindo e a reportagem surgiria mais à frente, voltada à presentificação, ancorada no relato da informação factual, como extensão da notícia (LIMA, 2004). A literatura era, então, o canal de transmissão e da construção do real. O relato dos acontecimentos, o acompanhamento do cotidiano, a elucidação do que acontece com uma sociedade em constante transformação, os efeitos das mudanças nos indivíduos e nos grupos sociais.

Esse viés de realismo social se deu especialmente na capital do Império, Rio de Janeiro. A cidade estava em ebulição política e social. A grande migração causada pela abolição da escravatura e a crise cafeeira desencadeou uma enorme mobilização de pessoas, boa parte afluindo para o Rio de Janeiro, onde se fundiam com um já volumoso contingente de escravos recém-libertados, além dos sucessivos magotes de estrangeiros, “*que a previdência dos proprietários pressagiosos da Abolição e as vicissitudes européias arrastavam vacilantes para o porto do Rio*” (CEVCENKO, 1989:115). A própria

especulação fiduciária que se seguiu à instalação da República atuou como catalisador populacional, atraindo aventureiros e mão-de-obra desocupada de toda a parte. Isso trouxe problemas sociais gravíssimos, como o aviltamento dos salários, falta de moradias e condições sanitárias, fome, desemprego, miséria. Um cenário perfeito para o surgimento de textos ácidos, irônicos, críticos, levados aos jornais da época e personificados por jornalistas e escritores como João do Rio e Lima Barreto (como veremos mais adiante).

Tanto no Brasil, quanto na Europa, principalmente, os escritores haviam conseguido desenvolver uma receita em que os costumes, a linguagem, os personagens eram descritos apoiados por um realismo detalhado, extraído do cotidiano. Essa tradição do realismo social definharia na Europa a partir de 1870, já que parte da comunidade literária se inquietaria porque o romance estava se tornando muito limitado ao cotidiano e perdendo uma missão maior, moral, mítica, que teria a cumprir. A agonia iria até por volta de 1920. Curiosamente, do outro lado do Atlântico o realismo social voltou a criar raízes, após a 1ª Guerra Mundial, atingindo seu auge na década de 30, por meio de nomes como William Faulkner, John Steinbeck, Ernest Hemingway, William Saroyan. Em final de análise, esse burilamento da característica européia trazida além-mar seria o embrião dos que muitos defendem como um novo gênero jornalístico, o livro-reportagem.

1.7.4. A reportagem no *new journalism*

O jornalismo literário designava a narrativa jornalística que empregava recursos literários para contar histórias reais. A vertente do realismo social contribuiu para o desenvolvimento do jornalismo literário e do nascimento do livro-reportagem. Do grupo de escritores que seguiram nessa linha, Ernest Hemingway jamais negou que tenha sofrido influência estilística do jornalismo, que marcaria sua produção literária. Ficou famosa sua entrevista a George Plimpton, em que atribuiu seu sucesso como escritor à experiência jornalística no início da carreira, no *Kansas City Star*: “No *Star* você era forçado a escrever uma frase declarativa simples. Isso é útil a qualquer um. O trabalho no jornal não prejudicaria um escritor jovem e poderiam auxiliá-lo, se sáísse fora a tempo”. A conduta

de Hemingway era a do escritor que alimenta seu enfoque inicial nas fontes do realismo social literário, mas que ia buscar no jornalismo o aperfeiçoamento do processo de captação e a lapidação da técnica de expressão. No início, era o jornalismo inspirando-se na literatura. Depois, era a literatura utilizando o jornalismo.

Era uma relação de amor e ódio entre o literato e o jornalista, mesmo que sendo a mesma pessoa. Gustave Flaubert escreveu: “*Considero como uma das felicidades de minha vida não escrever nos jornais: isto faz mal a meu bolso, mas faz bem à minha consciência*”. Marcel Proust não emitia opinião diferente: “*O que censuro aos jornais é fazermos prestar atenção todos os dias a coisas insignificantes, ao passo que nós lemos três ou quatro vezes na vida os livros em que há coisas essenciais*”. Mas uma opinião recorrente era de que não se acreditava no escritor se este não tivesse passado por uma redação de jornal. Gabriel Garcia Marques que o diga. Antes de virar autor aclamado pela crítica e laureado pelo Prêmio Nobel de Literatura (1982), exerceu o jornalismo, profissão que faz questão de lembrar sempre que discorre sobre suas origens literárias.

Tom Wolfe, Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese, entre outros, foram os primeiros que difundiram no jornalismo a tendência de introduzir técnicas ficcionais na descrição de fatos reais. Essa corrente denominou-se *new journalism*. As bases são as técnicas de descrição, de narração, dos escritores de romances e contos, como Balzac, Zola, Dickens e Guy de Maussapant, que se apropriavam de recursos literários para relatar eventos reais. Os adeptos da corrente não excluíram, também, da realidade da literatura americana do século 20, apoiados na linguagem de Ernest Hemingway, William Faulkner, John Steinbeck e John Reed. Os adeptos do *new journalism* se apropriaram, em especial, de quatro técnicas básicas: cena a cena, diálogo, símbolos do estatus de vida e ponto de vista.

A descrição cena por cena consistia em contar a história a cada detalhe, a cada passagem, recorrendo o menos possível à narração histórica. A transcrição fiel dos diálogos captava a realidade de forma mais completa e apresentava personagens de maneira mais eficaz que qualquer outro procedimento. O ponto de vista em terceira pessoa apresentava

cenar através dos olhos da personagem, fazendo o leitor experimentar emoções até então não passadas em relatos jornalísticos. Enfim, uma tentativa de mostrar o mundo mais real ao leitor.

A utilização de técnicas literárias no jornalismo não era novidade. O jornalista John Reed escreveu duas grandes obras no início do século e marcou profundamente a fusão jornalismo-literatura: *México Rebelde*, um relato sobre a revolução zapatista, e *Dez dias que abalaram o mundo*, sobre a revolução bolchevique que instaurou o comunismo na Rússia. Em 1946 a revista *The New Yorker* publicou a reportagem *Hiroshima*, de John Hersey, outro exemplo de jornalismo com literatura. Mas foi na década de 60 que essa tentativa de fusão entre relatos jornalísticos e técnicas literárias chegou para fazer escola. Foi uma alternativa ao modelo de *pirâmide invertida* criado nos Estados Unidos no século 19 para facilitar a cobertura da Guerra da Secessão.

Na época, havia muitos jornalistas e poucas linhas de telégrafo disponíveis para a transmissão das matérias. Por isso, os operadores das máquinas determinaram que cada um dos jornalistas poderia ditar um parágrafo, o mais importante. Depois que todos transmitiam o primeiro parágrafo, era transmitido o segundo, o terceiro, e assim por diante. Surgiu o lide, instrumento que se tornou necessário para a uniformização das matérias, separando informação de opinião e privilegiando a objetividade no trato da notícia.

Os jornalistas da década de 60 foram mais radicais na utilização de técnicas literárias e no tipo de informação que colocavam em suas matérias. Gay Talese, por exemplo, para escrever um perfil de determinada personagem, poderia entrevistar por horas, dias, semanas até. Captava os diálogos paralelos, os gestos, as expressões faciais. Como disse Tom Wolfe, “*A idéia era oferecer uma descrição objetiva completa, mais algo que os leitores sempre tinham que buscar nos romances ou contos: a vida subjetiva e emocional dos personagens*” (1973:106). A chance que o jornalismo poderia ter de se igualar, em qualidade narrativa, com a literatura, seria aperfeiçoando meios sem jamais

perder sua especificidade. O *new journalism* resgataria, para essa última metade do século 20, a tradição do jornalismo literário o conduzindo para uma revitalização.

Mesmo no Brasil é possível admitir que o *novo jornalismo* americano tenha influenciado dois veículos lançados em 1966, se notabilizando exatamente por uma estética renovadora: a revista *Realidade* e o *Jornal da Tarde*. Segundo Lima (2004), dois fatores combinam-se para formar a nova linha de produção de reportagens. Num canto, está a crescente divisão, dentro das redações, entre os jornalistas que cobrem o dia-a-dia, produzindo matérias quentes, e os que se dedicam ao *feature*, escrevendo matérias frias. As primeiras obtinham espaço nobre nos jornais, eram razão da competição entre veículos – e entre os profissionais de diferentes veículos – na perseguição do furo de reportagem, da descoberta do ângulo inédito, da declaração exclusiva. As frias caíam sob o rótulo de matérias de interesse humano, o que poderia significar qualquer assunto menos atraente do que a cobertura da grande tragédia ou de importante evento político. Em compensação, os jornalistas que produziam *features* tinham um certo espaço livre para experimentar com o jornalismo literário. Muitos deles, aspirando à produção literária, tentavam fazer o que Hemingway fizera: passar pelo jornalismo apenas o tempo suficiente para dominar seu instrumento, de modo a maturá-lo e adaptá-lo ao fazer literário.

Em outra parte do espaço, o paradoxo do romance americano da época. Dos anos 1940 até o início da década de 1960, reina o romance com o orgulho da criação literária. O romance seria a obra literária por excelência e o romancista escritor por excelência. Muitos dos grandes romancistas que despontam a partir de 1930 nos Estados Unidos reforçam também o mito do sonho americano. Estafetas de jornais, lavadores de pratos, catadores de frutas que viraram, da noite para o dia, grandes escritores (LIMA, 2004). Por isso, havia uma coqueluche no país de gente de todas as áreas profissionais, mas sobretudo aquelas ligadas à indústria cultural e à comunidade acadêmica de literatura, aspirando escrever o seu grande romance que o lançasse para o olimpo literário. E aí entra o paradoxo do momento vivido pelos norte-americanos nesse período da década de 1960: consciência negra, liberação sexual, movimento hippie. E por aí foram penetrando, aos poucos, os

primeiros adeptos do *novo jornalismo*. Começam pelos jornais – *Herald Tribune*, *Daily News*, *The New York Times* –, crescem nas revistas dominicais de alguns periódicos, amadurecem em revistas independentes e por fim alcançam a possibilidade de abrangência narrativa do livro-reportagem, tendo como marco o lançamento de *A sangue frio*, de Truman Capote, em 1966.

Consolidava-se a ligação bem-sucedida de jornalismo e literatura, entremeando cenas, diálogos e modos de vida. Um texto de Gay Talese sobre o ex-campeão mundial de peso-pesado Joe Louis demonstra bem essa sinergia. A matéria abre com a cena de Louis chegando de viagem, em Los Angeles. E termina com a cena em que a segunda ex-mulher de pugilista, Rose Morgan, assiste em casa, na companhia de amigos e do atual marido, ao *tape* da luta de Louis com Billy Conn (LIMA, 2004:124).

Rose parecia entusiasmada em ver Joe no auge da forma e toda vez que um murro de Louis golpeava Conn, ela fazia “Pann!” (soco). “Pann!” (soco). “Pann!” (soco). Billy Conn impressionava bem, na luta, mas, quando a tela anunciou o assalto 13, alguém disse:

“É aqui que Conn vai cometer seu erro; vai querer sair na força bruta para cima de Joe Louis”. O marido de Rose ficou quieto, saboreando seu *scotch*. Quando os golpes combinados de Joe começaram a encaixar, Rose começou, “Pann! Paann!”, e então o corpo pálido de Conn começou a cair no tablado.

Billy Conn começou lentamente a se levantar. O juiz contava. Suspendeu uma perna, depois as duas, depois já estava de pé – mas o juiz o forçou de volta. Era tarde demais.

E então, pela primeira vez, do fundo da sala, subindo, como em ondas crescentes, desde as felpudas almofadas do sofá, surge a voz do atual marido – *essa droga de Joe Louis outra vez*.

“Acho que o Conn levantou a tempo”, disse, “mas o juiz não o deixou continuar”.

Rose não disse nada – apenas tomou o resto de sua bebida.

O grande trunfo do *new journalism* acabou por ser o seu ponto mais vulnerável. Pelo fluxo de consciência e pelo diálogo levado ao extremo das possibilidades na reprodução do real é que surgem as primeiras dúvidas da comunidade literária e dos profissionais jornalistas. Poucos acreditam que os diálogos sejam verdadeiros, acusam que tamanha precisão só poderia surgir da elaboração ficcional. Os editores mais conservadores rejeitam os pontos de vista diferenciados – em primeira pessoa, ou o autobiográfico em terceira pessoa –, acusam os novos jornalistas de criarem personagens e cenas. O fato é que no final

dos anos 70 o vigor do *new journalism* enfraquece, em parte também porque o painel histórico pelo qual trabalham tem o seu fim. Não há mais movimento *hippie*. E a própria imprensa aproveita o experimentalismo exacerbado dos novos jornalistas dando origem a uma fase renovada do jornalismo literário, que acaba por deixar de lado o delírio estilístico antes utilizado.

1.7.5. A grande reportagem no Brasil

O jornalismo brasileiro na virada dos séculos 19 e 20 mostraria uma outra face, voltada às tentativas de modernização verificadas em partes dos campos sociais. A narrativa jornalística, em reportagem, ensaia os primeiros passos em relação à independência da literatura. Um dos expoentes da transição entre o literário e a narrativa factual no Brasil é Euclides da Cunha. Quando lançou sua obra-prima, em 1902, ele simbolizou o profissional que procurava o meio-termo entre o registro do fato e o relato ficcional, construindo um texto marcado pela profundidade. Euclides da Cunha utilizou um acontecimento ainda no século anterior, a Guerra de Canudos, e o transformou numa série de reportagens que depois se configuraria em um marco do jornalismo brasileiro: o livro *Os Sertões*.

Em agosto de 1897, Euclides é enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para cobrir o conflito de Canudos. Ele leva na bagagem algo que o diferencia essencialmente dos demais correspondentes: a habilidade para situar o evento no contexto que o cerca, demonstrando ao leitor o sentido mais profundo e humano do que retrata no texto. No segundo despacho que envia ao jornal, sem ter ainda chegado ao *front*, Euclides já abre o foco para a dimensão ampliada do episódio, alargando-se em torno dos espaços e das condições imediatas que cercam o conflito, revelando um cuidado de documentação que seria típico aos bons repórteres de profundidade. Mesmo antes de partir, Euclides procura entender cientificamente o que se passava no interior do país.

A busca das raízes em Canudos tinha, para Euclides, um objetivo mais elevado do que apenas entendê-lo. O pano de fundo com o qual o autor está preocupado é um país em formação, sua nacionalidade e sua identidade. Euclides tenta penetrar na sua descoberta e isso só poderia ser feito com a entrada de maneira visceral na realidade do sertão nordestino. Um encontro cara-a-cara com a realidade, nua e crua. *Sertões* talvez não seja classificado em gêneros, talvez não seja reconhecido como um livro-reportagem no sentido estrito do termo (LIMA, 2004), mas trouxe mudanças no tratamento jornalístico da época e que marcou outras gerações de repórteres. A crueza das descrições, a emocionalidade do humano, a sensibilidade diante da realidade. Como no momento em que ele descreve um menino sem nome, uma moça sem identidade, encontrados no sertão.

Um dos pequenos – franzino e cambaleante – trazia à cabeça, ocultando-a, inteiramente, porque descia até os ombros, um velho quepe reúnio, apanhado no caminho. O quepe, largo e grande demais, oscilava grotescamente a cada passo, sobre o busto esmirrado que ele encobria por um terço. E alguns espectadores tiveram a coragem singular de rir. A criança alçou o rosto, procurando vê-los. Os risos extinguiram-se: a boca era uma chaga aberta de lado a lado por um tiro! As mulheres eram, na maioria, repugnantes. Fisionomias ríspidas, de viragos, de olhos zanagas e maus. Destacava-se, porém, uma. A miséria escavara-lhe a face, sem destruir a mocidade. Uma beleza olímpica ressurgia na moldura firme de um perfil judaico, perturbados embora os traços impecáveis pela angulosidade dos ossos apontando duramente no rosto emagrecido e pálido, aclarado de olhos grandes e negros, cheios de tristeza soberana e profunda. Esta satisfez a ânsia curiosa contando uma história simples. Uma tragédia de meia dúzia de palavras. Um drama a bem dizer trivial, então, com o epílogo invariável de uma bala ou de um estilhaço de granada. Postas na saleta térrea de casebre comprimido, junto ao largo, as infelizes, rodeadas pelos grupos insistentes, foram vítimas de perguntas intermináveis. Estas deslocaram-se por fim às crianças. Procurava-se a sinceridade na ingenuidade infantil. (OS SERTÕES, Pág. 179).

Se Euclides desbravou o sertão em busca da construção da realidade, João do Rio reconstruiu o cenário urbano em busca de histórias verossímeis. Pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto, João do Rio foi um profissional que dominou o cenário jornalístico do Rio de Janeiro entre 1900 e 1920, exatamente no período de transformação da cidade em direção à suposta modernidade. As transformações urbanas, a disseminação do uso do automóvel, a chegada do cinema, a alteração do cenário literário, o fim da boemia – “*e essa coisa nojenta que os imbecis divinizaram, chamada boemia, acabou-se*”, sentenciou João

do Rio em uma de suas matérias –, a imprensa em rápida expansão para se tornar indústria. João do Rio começa a publicar suas reportagens na *Gazeta de Notícias* e depois desfia, em livros, os temas que o atormentam.

João do Rio marcou não tanto pelo tratamento estilístico de seu realismo social, mas observação participante detalhada, pela coleta de informações por meio de entrevistas, superando o jornalismo imediato por um jornalismo mais humano e observador das mazelas da sociedade. Sem querer, João do Rio lançava no Brasil embriões de alguns elementos que constituiriam mais tarde as vigas do jornalismo investigativo: a contextualização, a busca de antecedentes e a humanização (LIMA, 2004).

O Rio de Janeiro do final do século 19 e começo do 20 apresentava um cenário ideal para reportagens baseadas no realismo social, bem representada no texto de João do Rio. A sociedade da época já apresentava uma clara divisão entre as regiões burguesas, bem próximas ao centro, e os locais onde miseráveis e desempregados se acotovelavam “...em velhos becos imundos que se originam na rua da Misericórdia e vão morrer na rua Dom Manuel e largo do Moura (...)”, descrevia João do Rio em uma de suas reportagens. Efeito drástico da imigração contingente e alvorotada, essa situação foi agravada particularmente pelas demolições conduzidas pelo governo do Distrito Federal para as obras da reforma do porto e construção do cais, iniciadas a partir de 1892 (CEVCENKO, 1989). Data daí o início da febre demolitória na área central que culminaria com a Regeneração de 1904, sempre acompanhada pela especulação imobiliária particular.

João do Rio soube como poucos jornalistas mostrar em linguagem crua as condições sub-humanas vividas por parte da população do Rio. Como a descrição feita depois de uma visita, em plena noite, em companhia de autoridades, a um dos tantos casarões adaptados como “depósito de gente”, hospedarias baratas, batizadas como “zungas”. A descrição do jornalista se deu nos três andares.

E começamos a ver o rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbadas com lençóis encardidos, em que dormia de beijo aberto, babando,

marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus (...)

No segundo andar:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta e, à luz da vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros...um mundo vário e sombrio, gargolejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala de esteiras, em que se dorme por 800 réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo. Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras, atiradas ao assoalho...

No terceiro andar:

Havia, com efeito, mais um andar, mas quase não se podia chegar lá, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebenaríamos. Para que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnara-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo os paíóis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levasse ao cepo do labor, e que empedra o cérebro e rebenta os músculos. Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade...Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano (A ALMA ENCATADORA DAS RUAS, Pág. 39, 1951).

Depois de João do Rio, surgiu um hiato na grande reportagem no Brasil. E que só foi suprido em meados da década de 1960, com o surgimento da revista *Realidade*. Publicação mensal, primeira experiência da Editora Abril na área de revistas de informação

geral, tem seu número-piloto em novembro de 1965. Era um número experimental de cinco mil exemplares. Esse número foi crescendo gradativamente, com uma espantosa aceitação do público leitor pelo novo jornalismo que aparecia nas páginas da revista. Chegou a atingir o recorde de 505 mil exemplares vendidos, um número imbatível para a época.

A revista *Realidade* foi um marco na história do jornalismo brasileiro. Sob qualquer ângulo que seja estudada, produzida durante 10 anos consecutivos, representava para os profissionais da imprensa e para os estudiosos da vida cultural brasileira um momento obrigatório de referência, tanto pela abrangência dos temas que reportou quanto pela forma como o fez. J.S. Faro em suas pesquisas sobre a publicação, definiu a revista como um modelo de vinculação entre a produção do texto jornalístico e o conjunto de manifestações políticas e culturais vividas no período, no Brasil e no exterior.

O caráter verticalizado adquirido pelas reportagens de *Realidade* guardou estreita ligação com o discurso transgressor produzido em meados dos anos 60 e que abarcou, em sua formulação, a ordem dos valores burgueses, a ordem do Estado e a ordem da estrutura social (FARO, 1999). A leitura das reportagens permite identificar um sentido hegemonicamente revelador na investigação jornalística que conduzia sua produção para além dos limites da linguagem convencional da imprensa: no confronto com a materialidade das questões que seus profissionais abordaram, os recursos discursivos da revista resvalaram para formas literárias e ficcionais de narrativa que ampliaram sua penetração junto ao leitor, transformando-a numa fonte de conhecimento e disseminação dos novos padrões culturais da época em que existiu.

Realidade ajudou o brasileiro a descobrir o Brasil. Através de reportagens em diferentes regiões, seus repórteres mergulhavam numa tentativa insaciável de mostrar o país como ele era, sem maquiagem, sem delongas, mas com de um rigor humanístico até então nunca experimentado pela imprensa brasileira. Desvendava como se faziam as coisas – a telenovela, o jornal do dia, o preparo dos campeões de boxe, a corrida contra a morte no pronto-socorro -, mostrando quem são os brasileiros do dia-a-dia. Lança também uma

escola de perfis humanizados: o palhaço Arrelia e o jóquei Dendico, o pequeno Grande Otelo e o médium curador Zé Arigó. E traz o mundo com olhares estrangeiros: Oriana Fallaci expondo Julie Christie e os brasileiros José Hamilton Ribeiro, no Vietnã, Milton Coelho e Geraldo Mori no Haiti, Carlos Azevedo na América do Norte, Domingos Meireles na Bolívia.

Realidade mostrava um texto solto, rompendo com as fórmulas tradicionais do jornalismo brasileiro. Não chegou à ousadia experimental do *novo jornalismo* norte-americano mas deu nova conformação à maneira de fazer jornalismo no Brasil. Teve o mérito de encontrar uma expressão literária própria, ajustada ao relato do real. Não havia padrão uniforme de textos.

Por isso as reportagens tinham toques de individualidade do seu autor, sempre em direção a uma experimentação estética. *Realidade* era uma revista com reportagens que tinham “molho”, com sabor, reproduzindo o contato visceral entre o repórter, a fonte, e a vida. Por isso, o texto literário valia. E inclusive narrar os fatos em primeira pessoa, como nesta reportagem de Narciso Kalili e Odacir de Mattos, “Existe preconceito de cor no Brasil”:

Pouco depois das cinco horas da manhã, chegamos a Belém. Íamos ficar no Hotel Grão Pará, o melhor da cidade. Eu me hospedaria com Mamprim, Odacir, sozinho. Tomamos táxis separados. Nosso motorista, um caboclo de bigodes, foi nos mostrando a cidade. Falou muito, ofereceu-nos distrações noturnas e eu perguntei se em Belém havia muitos pretos:

- Aqui, negro tem pouco. É os que têm, a gente não gosta. Estão espalhados nessas construções como pedreiros. São gente muito ruim”. (REALIDADE, II, 19, 1967).

Realidade particulariza para revelar aos leitores a reportagem. Elabora literariamente em dimensão muito superior ao jornal convencional. Cinco ou seis páginas, em média, para as matérias mais longas. Corta para um protagonista e limita seu mundo para dali focar a perspectiva sobre o outro mundo, o externo. Como na reportagem “Estamos em pleno Rio”, do repórter José Carlos Marão.

- João! Tô com a dor, João. É hoje.

João Pereira sentiu que era verdade. À meia-noite, conseguiu sair da terceira e procurou um tripulante. À meia-noite e quinze, Manuel, o enfermeiro de bordo, ex-enfermeiro da FEB, entrou na terceira classe, olhou Luiza e levou-a para a enfermaria. Toda a viagem acontece isso. Dá sorte nascer a bordo. À uma hora da manhã, nasceu, sem despesas de parto, o filho de João e Luiza, que se chamou Ivan Augusto, homenagem ao navio. (REALIDADE, II, 15, 1967).

1.8. Jornalismo investigativo

O jornalismo investigativo é uma variável do jornalismo que implica em maiores esforços e capacitação do profissional. Aliado aos problemas internos das redações – falta de tempo para complementar as matérias, falta de espaço para a publicação e interferências externas como ligações econômicas e políticas do veículo –, o repórter ainda precisa conviver com a ausência de interesse de grandes jornais, principalmente, em investir em uma reportagem de fôlego mas que, por um motivo ou outro, poderá trazer dores de cabeça à organização empresarial. O jornalista Nilson Mariano enfrentou esses problemas quando decidiu mergulhar na investigação sobre a Operação Condor. Precisou, para tocar a investigação, de muita paciência e jogo de cintura, intercalando suas atividades diárias no jornal *Zero Hora* com os levantamentos que iriam desembocar no livro-reportagem, muitos anos depois.

Paralelo às faltas de condições fornecidas pelos veículos, os jornalistas ainda enfrentam o dilema entre investigar e derrubar as barreiras da indiferença do jornal pela publicação. E, no autêntico trabalho de investigação jornalística, o meio de comunicação precisa ter, segundo dizem especialistas, total independência na relação com as fontes e com possíveis implicações que o tema da investigação possa trazer à empresa. No jornalismo investigativo, a exigência de que o jornalista investigue por conta própria é imperativa. Assim, através de seu trabalho, seu esforço, suas fontes e seu plano de investigação, ele chegará às suas descobertas.

Outro aspecto bastante valorizado no jornalismo investigativo é a independência com relação às chamadas fontes oficiais. Cotidianamente, essas fontes costumam ser sinônimo de credibilidade. Mas no jornalismo investigativo, ao contrário, recomenda-se que o repórter desconfie delas. A tendência de tomar como verdade absoluta a informação oficial tem levado a imprensa brasileira a irresponsabilidades. Muitas pessoas têm suas vidas vasculhadas, expostas e são até condenada por antecipação, sem ter cometido nenhum crime. Um caso simbólico nesse sentido é o da Escola Base, de São Paulo. A imprensa no afã de “furar” e dar a informação em primeira-mão para o leitor, acolheu como verdade absoluta a declaração do delegado Edécio Lemos apontando o indiciamento dos proprietários da escola, sem sequer desconfiar do que estava sendo informado.

Henn (1996) observa que no jornalismo se manifestam dois tipos de fabilismo. Um podendo ser provocado por falhas na cobertura ou na abordagem do repórter, sem que haja uma intenção prévia nesse sentido, ou mesmo por dar crédito a uma fonte que tenha passado informações equivocadas. O episódio da Escola Base ilustra essa teoria. Em março de 1994 sete pessoas, entre proprietários, funcionários e pais de um aluno da Escola de Educação Infantil de Base, foram acusadas de abuso sexual contra crianças de quatro anos. A denúncia foi feita por duas mães de alunos. Sem realizar qualquer investigação, a imprensa divulgou a declaração do delegado Lemos. Essa declaração foi dada com base em um laudo do Instituto Médico Legal (IML), que supostamente comprovaria o abuso sexual.

Mais tarde, após cumprir o percurso de ouvir pais de alunos, realizar exames de corpo delito e avaliação psicológica dos garotos, se revelaria que a acusação não procedia. O processo foi arquivado. Houve erro da polícia na análise do caso. Os signos do laudo, por exemplo, foram interpretados de forma equivocada, já que a irritação anal apontada no primeiro laudo era compatível até com excreção de fezes ressecadas. Mas os prejuízos já eram irreparáveis. Os envolvidos já haviam sido submetidos à execração pública. A escola foi apedrejada, pessoas foram presas. Até hoje os acusados lutam para voltar a ter uma vida normal, depois de perderem bens, amigos, parentes, que acreditaram primeiro na versão da polícia, depois no alarme da imprensa.

Está claro que integrantes de redes de informação – incluindo fontes oficiais e não-oficiais, anônimas ou não – podem proporcionar por iniciativa própria dados para uma investigação. O repórter, então, deve tomar essas primeiras informações como rumores a serem investigados. Esses dados devem ser absorvidos como pistas, cabendo ao jornalista analisá-los, comprová-los. Mesmo que para isso o processo investigativo se estenda por anos. Foi o caso específico de Nilson Mariano, que deteve-se por mais de 10 anos na investigação sobre os documentos da Operação Condor que, apesar de serem oficiais, nesse caso foram abertos aos jornalistas como forma de trazer à tona um episódio obscuro da história da América do Sul, especialmente envolvendo os países do Cone Sul.

O jornalismo investigativo, no Brasil, foi abandonado aos poucos justamente quando os grandes jornais preferiram a linha empresarial, que consistia basicamente em informar sem se comprometer (DINES, 1986). A partir daí, as instituições públicas e privadas passaram a filtrar e divulgar matérias de seu interesse através de notas e *releases*. A era da nota oficial foi consolidada durante o regime militar no Brasil. O jornalista recebia o texto pronto e seu trabalho se restringia a acrescentar o *lead*. O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro como alternativa passou a viver de eventos e levantamentos (DINES, 1986). Aos poucos, em alguns casos isolados como o chamado “Collorgate” – que resultou na derrocada do governo Collor de Melo, em 1992 –, e denúncias contra corrupção no Estado e na Justiça, por exemplo, o jornalismo investigativo retomou fôlego no Brasil. Mas, certamente, o jornalismo investigativo não é uma prática regular na imprensa brasileira.

O sistema de produção no jornalismo investigativo envolve um conceito de tempo mais amplo do que aquele concedido ao repórter para a cobertura diária. Trabalha-se com a noção de que o repórter investigativo deve dispor de mais tempo para se aprofundar nos assuntos escolhidos. Entende-se, então, que essa forma de trabalho estaria alheia às pressões do jornalismo diário. Trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo qual o repórter, em geral, se apaixonou (LAGE, 2001).

Há algumas estratégias do repórter investigativo para conciliar dia-a-dia com investigação jornalística. Mariano, por exemplo, para ganhar mais tempo de investigação, recebia “histórias” menos importantes para fazer rapidamente, factualmente, para suprir a necessidade de rapidez do jornal. E intercalava as investigações sobre a Operação Condor. Fez até viagens para países do Cone Sul para cobrir assuntos factuais. Mas aproveitava as viagens para procurar fontes, pesquisar em arquivos, tocar o assunto que depois virou série de reportagens e, mais tarde, livro. O ideal seria o jornalista se dedicar exclusivamente ao tema pesquisado, mas, na prática, poucos podem fazer isso. As próprias condições de trabalho quase sempre não permitem que um profissional se dedique integralmente à cobertura de um só tema.

A falta de tempo e de dedicação exclusiva é uma queixa freqüente entre os repórteres investigativos latino-americanos, segundo levantamento publicado no livro *Periodismo de investigacion*, escrito por Gerardo Reyes. Os jornalistas pesquisados citaram, além da ausência de dedicação exclusiva, o envolvimento dos meios de comunicação com grupos políticos e econômicos como algumas das principais dificuldades encontradas por eles para o exercício do jornalismo investigativo na América Latina (REYES, 1998). Certamente, se tivesse dedicação exclusiva, Mariano não teria levado os 10 anos de pesquisa para concluir seu livro sobre a Operação Condor.

1.9. O livro-reportagem como extensão

O livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódica que apresenta reportagem em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticas periódicos (LIMA, 2004). Esse grau de amplitude pode ser entendido como maior ênfase de tratamento ao tema – quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos – quer no aspecto de horizontalização do relato, quer no aspecto de aprofundamento. O livro é entendido de acordo com o conceito explícito no *Diário de comunicação*, de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa (28b):

Publicação não-periódica que consiste materialmente na reunião de folhas de papel impresso ou manuscritas, organizadas em *cadernos*, soltas ou presas no processo de *encadernação* e técnicas similares. Distingue-se do *folheto* por possuir maior número de páginas: segundo as normas da Unesco, considera-se livro a publicação com mais de 48 páginas. (RABAÇA, BARBOSA, 28b).

O livro-reportagem distingue-se das demais classificações classificadas como livro por três condições essenciais, segundo Lima (2004). Quando ao conteúdo, o objeto de que trata o livro-reportagem corresponde ao real, ao factual. A veracidade e a verossimilhança são fundamentais. Quanto ao tratamento, compreendendo a linguagem, a montagem e a edição do texto, o livro-reportagem apresenta-se jornalístico. O livro-reportagem obedece às particularidades específicas à linguagem jornalística, identificáveis na mensagem que veicula, com uma maior maleabilidade no tratamento. O trabalho de edição e montagem apresenta muitas vezes os mesmos recursos utilizados para a grande reportagem nas publicações periódicas, aparecendo com frequência o mesmo emprego de ilustrações, por exemplo, num leque de opções que vai da fotografia ao mapa, do diagrama ao Cartum.

Quanto à função, o livro-reportagem pode servir a distintas finalidades típicas do jornalismo, que se desdobram desde o objetivo fundamental de informar, orientar, explicar. O livro-reportagem, apesar de se caracterizar pela universalidade – a temática é tão variada quanto nos jornais e nas revistas – e pela difusão coletiva – também circula publicamente para uma audiência heterogênea –, não apresenta periodicidade, tem quase sempre caráter monográfico, bem como seu conceito de atualidade deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o que se aplica às publicações periódicas. A atualidade, a idéia de tempo presente, ganha diferentes contornos, de acordo com a periodicidade do veículo que é inserida. Assim, no jornal diário o atual é o ocorrido ontem, há poucas horas. Na revista semanal, o atual é a ocorrência social que resiste um pouco mais de tempo, por causar maior impacto público e ter continuidade à medida que suas causas e origens vão sendo descobertas.

No livro-reportagem essa extensão de tempo presente é superior àquele dos periódicos. O espaço ocupado, de certa maneira, preenche o vazio deixado pelas

publicações periódicas, com um teor de maior profundidade e sem a necessidade de uma luta contra o relógio – comum nas redações –, briga com a concorrência, entre outros obstáculos encontrados pelos jornalistas nos periódicos convencionais.

No presente, como no passado, é recorrente entender o livro-reportagem como fruto da inquietude do jornalista “que tem algo a dizer”, como escreveu Narciso Kalili no prefácio do livro *Rota 66*, escrito pelo jornalista Caco Barcellos e que denunciou assassinatos cometidos pela polícia militar de São Paulo. E esse “algo a dizer” não encontraria, por certo, espaço nos periódicos, na imprensa cotidiana. Soma-se a isso o interesse do profissional de procurar realizar um trabalho que lhe permita utilizar o potencial de construtor de narrativas da realidade.

O jornalismo oferece ao profissional numerosas oportunidades de tratamento sensível e aprofundado do texto, que pode ser enriquecido com recursos provenientes, além do jornalismo, da literatura e até do cinema. Essa possibilidade de dar vazão ao talento da escrita também é um fator de motivação que impulsiona profissionais ao livro-reportagem. Certos temas também não agradam ao veículo de imprensa cotidiano, por razões editoriais, ou a falta de um nível de especialização, por parte do veículo, que não justifique uma abordagem mais aprofundada. Nesse aspecto, o livro-reportagem pode ser dividido em duas possibilidades (LIMA, 2004): aquele que se origina de uma grande reportagem ou de uma série de reportagens veiculadas na imprensa cotidiana, em primeira instância. É o caso do livro pesquisa neste trabalho, do jornalista Nilson Mariano, *Operação Condor*, resultando de uma série de reportagens publicadas no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. O livro-reportagem também pode ser originado, desde o começo, de uma concepção e de um projeto elaborado para um livro, como é o caso de *The death of air Índia flight 182* (1986), de Salim Jiwa, sobre o atentado em 1985, sobre o Atlântico, que derrubou um avião indiano em rota de Toronto a Nova Déli.

O livro-reportagem prolonga ainda mais o ciclo de existência dos acontecimentos, a partir de temas conhecidos pelo público, muitas vezes veiculados inicialmente pela

imprensa cotidiana. No calor dos acontecimentos, nem sempre é possível perceber os contornos mais completos de suas implicações. O livro-reportagem permite esse retorno ao que já foi para reposicionar o leitor em termos do o acontecimento representa hoje, transformado, ampliado sob vários outros aspectos. Por isso, é comum às grandes reportagens que se transformam em livro, uma ampliação de seu conteúdo, com mais aprofundamento nas questões, mais entrevistas, mais informações, que certamente não seria possível de ser feito pela corrosão do tempo de um jornal diário.

Quanto à sua difusão, é certo dizer que, pelo menos no Brasil, o livro-reportagem ainda fica aquém do jornal diário, tanto em tiragem quanto em leitura. Em grandes jornais brasileiros, a tiragem média diária fica entre 80 e 300 mil exemplares, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ). No mercado editorial, é muito rara a obra que ultrapassa a média de tiragem, que fica entre três e cinco mil exemplares. No caso norte-americano e de países europeus, o livro-reportagem alcança tiragens superiores, mantendo média de 30 mil exemplares por livro publicado. Alguns figuram entre os mais vendidos. No caso brasileiro, a baixa tiragem e sua circulação limitada a segmentos específicos do grande público pode dar o rótulo de veículo de comunicação coletiva e não propriamente veículo de comunicação de massa.

2. Jornalismo e semiose

É possível analisar a produção, repercussão e veiculação de notícia sob a ótica semiótica, principalmente a partir do modelo proposto por Charles Peirce, a semiose. Definida como ação do signo, constitui a própria essência dos processos comunicativos em diferentes cadeias do jornalismo. E o entendimento de que notícia é um signo parece óbvia (HENN, 1996). Trata-se da representação de um fato e, até mesmo, do fator de mediação dos receptores com a realidade. Mas a simplicidade dessa conexão fica apenas no aparente. A concepção de signo traz em si uma gama de complexidades. E mergulhar a notícia nesse poço leva jornalista a reflexões de um emaranhado de problemas que estão na raiz da construção deste signo. Na sua obra, Peirce ofereceu inúmeras definições sobre signos, cada uma enfatizando aspectos importantes do processo. Uma dessas definições nos parece pertinente para este trabalho:

Um signo intenta representar, em parte, pelo menos um objeto, que é, portanto, num certo sentido, a causa determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é imediatamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo e da qual a causa mediata é o objeto, pode ser chamada de interpretante. (PEIRCE, 1977:38) .

E ainda:

Um signo é qualquer coisa que representa alguma coisa – seu objeto – para qualquer mente que possa interpretá-lo assim. Mais explicitamente, o signo é algo que aparece em lugar de seu objeto, que não aparece por ele mesmo..De forma que o signo é (...) a ‘ aparição’ virtual ou, figurativamente falando, emanando do objeto e capaz de produzir um efeito num ser inteligente. Efeito esse chamado interpretante do signo – que é devido, de alguma forma, ao objeto. É produzido o interpretante que o signo preenche sua própria função – função que o constitui como signo. (PEIRCE, 1977:43).

Na medida em que Peirce a compreendeu, a semiose passou a significar tanto o funcionamento do signo (representação) como, e principalmente, o desencadeamento de novos signos inferidos dos primeiros (interpretantes). O mesmo processo tem uma dimensão representativa e outra interpretativa, podendo resultar em possibilidades infinitas. Essas possibilidades, entretanto, ganham restrições estabelecidas pelas codificações que as linguagens guardam em sua formação. Se a base do funcionamento do signo está na sua capacidade de determinar novos signos, o signo só poderia ser descrito em termos de semiose como um processo (HENN, 2002). Transforma-se, então, em um complexo de relações que se move, que age, que vive.

A idéia de semiose revela um signo que não existe como entidade isolada, mas como um sistema de representação mediada, que só pode ser compreendido dentro de um sistema de representação (SALLES, 1990). Mas o signo não funciona isoladamente e funciona necessariamente na trama triádica com o objeto e o interpretante, que, por ser ele próprio um signo, carrega a possibilidade de gerar outros interpretantes numa cadeia sem fim, conforme definição de Peirce.

Semiose é uma ação ou influência que consiste, ou envolve, a cooperação de três sujeitos: o signo, o objeto, o interpretante, influência trirrelativa essa que não pode, de forma alguma, ser resolvida em ação entre pares. *Semiose*, no período grego ou romano, à época de Cícero, já significa a ação de praticamente qualquer espécie de signo; e a minha definição confere a tudo que assim se comportar a denominação de signo. (PEIRCE, 1977:69).

Esse conceito dota o signo de uma materialidade concreta, podendo se descrever, inclusive, fenômenos físicos e biológicos. Já os fenômenos sociais ganham concretude semiótica, já que têm dimensão sígnica e seus desdobramentos desenrolam-se como semiose (HENN, 2002). O signo só existe em uma relação de três partes, nessas definições. Signo, objeto e interpretante formam o complexo onde o primeiro elemento não teria existência ou razão para se instituir. Santaella (2004) aproximou ainda mais a semiose da comunicação, ao conceituá-la como um complexo processo por meio do qual o signo constrói a representação e torna possível a comunicação.

Semieose designa, enfim, um fenômeno que pressupõe movimento, aceleração, tendencialidades, cristalizações e rupturas. A possibilidade intrínseca ao signo de gerar outro mais desenvolvido sucessivamente e em desdobramentos múltiplos e indefinidos faz da semiose um processo que, ao mesmo tempo em que se engendra no aberto, articula-se e forma sistemas a através dos quais os processos de produção de sentido efetivamente se estabelecem. Desta forma, há pelo menos duas dimensões assimétricas na semiose: uma delas, de caráter essencialmente icônico, é indefinida, imprevisível. A outra, de caráter simbólico, pauta-se pelo fechamento, previsibilidade, unidirecionalidade. Entremeando-se nestas dimensões, impõe-se a concretude da força, que pode ter caráter explosivo e, pela repetição, cristalizar hábitos e a previsibilidade ou, pelo impacto, acionar o icônico imprevisível. (HENN, 2003).

O signo sempre gera um outro signo, seu interpretante, que, sendo signo, tem a potencialidade de criar outros de forma infinita. Peirce estabeleceu três categorias, que são as maneiras mais gerais e universais de como os fenômenos batem à consciência. Três elementos formais de toda e qualquer consciência: 1) na condição de qualidade; 2) na condição de relação; 3) e na condição de representação. Peirce passou a denominar, então, através dos termos primeiridade, secundidade e terceiridade. Na primeiridade, a consciência apreende o fenômeno na sua totalidade, ausente de qualquer impacto ou relação e muito menos de representação. É o modo da possibilidade, apenas. A qualidade instaura-se em si mesma, situação em que o ser humano, movido por um pensamento já articulado na representação, consegue apenas saborear desdobramentos. Peirce ressaltou que nada pode se assemelhar a um sentimento imediato, pois a semelhança pressupõe um desmembramento e recomposição que são totalmente estranhos ao imediato e, em segundo lugar, a memória é um complexo articulado e um produto acabado que se distingue infinitamente e incomensuravelmente do sentimento. Seria o modo de ser do que é tal como é, positivamente e sem referência ao que quer que seja de diferente.

Na secundidade, o fenômeno é apreendido na forma de uma reação, e sua preponderância evidencia-se quando a reação tem características fisicamente impactantes. É

o nível do fato, do feito, do produzido. Seria o modo de ser do que é tal como é em relação a um segundo, mas sem consideração de um terceiro qualquer que ele seja. Envolve esforço, reação, dispêndio. A consciência é tomada pela sensação de um evento real ou ação real:

Há uma intensa realidade sobre esse tipo de experiência, uma aguda separação entre sujeito e objeto. Estou sentado calmamente no escuro, e de repente acendem-se as luzes; nesse momento tenho consciência não de um processo de mudança, mas, todavia, de algo mais que pode ser contido num instante. Tenho a sensação de um salto, de existirem dois lados de um mesmo instante. Consciência de polaridade poderia ser uma frase toleravelmente boa para descrever o que ocorre. A vontade, assim, como um dos grande tipos da consciência, deveria ser por nós substituída pelo sentido de polaridade. (PEIRCE, 1977:88).

A terceiridade manifesta-se no território da mediação, ou melhor, ela é a própria mediação, onde tudo já se organiza na condição de signo. A categoria refere-se a um tipo de consciência, segundo Peirce (1977), que não pode ser imediato, *“pois cobre um certo tempo, e isso não apenas porque continua através de cada instante desse tempo, mas porque não pode ser contraído para caber num instante”*. É o nível da lei, do pensamento – isto é, da abstração. Um terceiro é o que é em virtude de atribuir uma qualidade a reações situadas no futuro, enquanto um segundo está no nível do *foi* e um primeiro, no nível do *é agora*. (Netto, 1996). Seria o modo de ser do que é tal como é pondo em relação recíproca um segundo e um terceiro.

A produção da notícia envolve um processo complexo, que poderia ser denominado semiose. As notícias formam signos cujos objetos são as ocorrências do cotidiano. Estão aptas a produzir interpretantes, que vão desde a formação de opinião sobre determinados episódios até a geração de ações concretas na sociedade (HENN, 2002). As ocorrências, que são alvo de decifrações pelos jornalistas, já se apresentam como signos. Elas são articuladas pelas fontes e estão imbuídas de interesses. Ao produzir a notícia, o repórter opera uma atividade interpretante. É o elo de uma cadeia costurada muito antes de sua intervenção – o acontecimento em si, seu estabelecimento no cotidiano, os envolvimento econômicos e políticos e, sobretudo, a pauta. A notícia seria o resultado interpretante de um processo. A importância desse enfoque é que ele quebra um dos principais mitos que

perseguem o jornalismo moderno e que até hoje sustenta-se pelas redações: o da objetividade da notícia. Entre a notícia e o objeto que ela representa existe uma série de mediações, um desencadeamento de signos interpretantes que irá desembocar na publicação e sua repercussão.

O objeto do signo (notícia), nesse sentido, já é um signo ou passa pela mediação de um signo socialmente produzido pelas fontes. Qualquer ocorrência, mesmo aquelas que tenham, na terminologia peirciana, um nível de secundidade indiscutível – a passagem de um furacão, um incêndio, uma explosão de bombas –, desencadeiam por si só um impacto profundo no mundo e, mesmo assim, para atingir a condição de notícia, passa pela mediação de terceiros. Ao desenvolverem uma cobertura desse tipo, repórteres não se limitam apenas a lançar canais perceptivos para os fatos, registrar as impressões e narrá-las. Eles terão que se valer do testemunho de pessoas e de uma série de dados contextuais que cada ocorrência acaba gerando (HENN, 2002). Paillet (1986:36-48) radicaliza e garante que nenhum jornalista tem contato direto e permanente com os fatos que ele vai relatar. *“Ele se dirige aos informantes, sendo eles próprios de primeira ou de segunda mão: as fontes. E é precisamente aí que se produz o acontecimento essencial do fenômeno informativo”*.

O que existe na produção da notícia é, na verdade, uma rede de mediações que revela uma semiose complexa e repleta de intervenções de diversas ordens. Se o caminho da notícia for refeito, será encontrada em um dos pontos mais críticos do processo a figura do repórter, personagem mitificado no meio jornalístico. É ele que, em tese, teria contato com a realidade e iria narrá-la, com a menor distorção possível, com objetividade e imparcialidade, ao leitor. Mas até que sua matéria estampe a página do jornal impresso, ela enfrentará uma série de ajustes e obstáculos: passar pelo burilamento do editor, a interferência do chefe de reportagem, diagramador e até mesmo do diretor de redação, todos empenhados na tarefa de estabelecer as modificações que julgam convenientes e para as quais evocam princípios codificados na linha editorial ou nos manuais de redação. Esses fatores são os mais detalhados quando se discute manipulação da informação.

Mas há outros mecanismos anteriores. É muito raro o jornalista ficar frente-a-frente com o fato que irá narrar. Há intermediações de fontes. O testemunho de outros, que terá que confiar a passar como realidade ao leitor, filtrada por sua própria compreensão. Um tipo de ocorrência com dimensão de secundidade bastante aparente, como um incêndio, por exemplo, pode mostrar isso. O repórter, mesmo que ele esteja em frente ao prédio em chamas, não bastará para que tenha os subsídios suficientes para a redação da reportagem. Ele terá de buscar o testemunho de muitas pessoas que responderão a certas perguntas necessárias à explicação da ocorrência. A causa do incêndio, a que horas começou, como se alastrou, se havia pessoas no interior do prédio, prejuízos, transtornos no trânsito. Relatos que poderão ser controversos.

Para Alsina (1989) o nexos entre acontecimento-fonte-notícia é central na construção da realidade jornalística. As fontes funcionam como produtoras de notícia e muitas vezes de acontecimentos artificiais que se transformam em notícias. Por outro lado, o jornalista tem a necessidade de recontextualizar rapidamente o acontecimento excepcional, com tendência a privilegiar as interpretações estabelecidas pelo sistema político. Isso o leva a mesclar a relevância pública do acontecimento com a valorização estabelecida por esse sistema. Nesse sentido, a fonte seria o marco com a função de recurso e construção ao mesmo tempo, ao qual o jornalista recorre com diversas intencionalidades para concretizar sua competência contextualizadora do acontecimento/notícia (HENN, 1996).

2.1. Experiência colateral

A semiótica peirceana aponta a relação triádica signos – objeto e interpretante, como sendo fundamental para a compreensão da produção sógnica. O signo é mediação entre o objeto e o interpretante, isto é, a mediação entre o que gerou o próprio signo (o objeto) e o efeito que este signo produz – o interpretante (LINZ, 2003). Gerar interpretante significa gerar outros signos. Na verdade, a autogeração de signos só ocorre porque existe essa capacidade no signo de gerar interpretante. Em relação ao objeto, Peirce aponta uma outra maneira para acessá-lo, além do que já é fornecido pelo próprio signo: a experiência

ou observação colateral. Na definição peirceana, experiência colateral é o conhecimento necessário para entender, completar e fortalecer a compreensão da relação objeto-signo. Colateral é o que está ao lado, paralelo, mas pode significar, também, o que está numa cadeia, numa linha.

Na semiótica, Peirce lembra que observação colateral não quer dizer intimidade (familiaridade) com o sistema de signos. O que assim é inferido não é colateral. Pelo contrário, constitui o pré-requisito para conseguir qualquer idéia significada de signo (PEIRCE, 1992). Por observação colateral ele refere-se à intimidade prévia com aquilo que o signo denota. A experiência colateral diz respeito ao que está fora do signo, ao que está fora do interpretante, mas que pode ajudá-lo na interpretação do interpretante e, como consequência, do signo de seu objeto. Isso ocorre porque, apesar de ser um efeito produzido pelo signo, o que de fato o interpretante procura atingir é o objeto. (SANTAELLA, 2004). É possível, nessa linha de raciocínio peirceano, garantir ao interpretante que o objeto ao qual ele se refere é o mesmo objeto que o signo representa. Peirce apontou três níveis de segurança: o do instinto, o do universo das qualidades, fornecido, por exemplo, pelos sentimentos. O segundo nível seria fornecido pela experiência colateral. O terceiro seria o da forma.

É no campo do objeto e do interpretante dinâmicos, e mais especialmente do objeto dinâmico, que Peirce deu mais ênfase à importância da necessidade da experiência colateral – para ele o objeto dinâmico é apenas indicado pelo signo, uma vez que, por sua própria natureza, o signo não consegue expressá-lo totalmente. Dessa forma, ele deixa de um certo modo para o intérprete a tarefa de descobri-lo, ou pelo menos parte dele, através da experiência colateral. Para que um signo possa ser interpretado, ensina Peirce, é necessário que seu intérprete tenha um conhecimento colateral do objeto (um dos objetos) do signo. Este conhecimento é resultado da experiência, o que corresponde a um estado cognitivo resultante, em última análise, da percepção (PEIRCE, 1977).

Assim, não sendo o objeto em si, mas uma representação, ele acaba sendo marcado, quase sempre, pela vagueza e pela generalidade que poderá ser reduzida através da experiência colateral. Um signo é vago à medida que, deixando sua interpretação parcialmente indefinida, ele reserva a algum outro signo ou experiência possível a função de compreender sua definição (SERSON, 1997). A experiência colateral do objeto, assim, contribuiria para diminuir, em parte, esse grau de generalidade e de vagueza que acompanha o signo, uma vez que estaria reduzindo o campo de diversidade (LINZ, 2003). Nesse processo, então, a experiência colateral desenvolve o papel de um complemento, um elemento a mais na busca de objetos e interpretantes ideais, tentando suprir carências colocadas pela generalidade apresentada pelo signo, que consegue representar apenas uma parte, um aspecto do objeto.

Na comunicação, a experiência colateral apresentada pelos intérpretes mostra-se, quase sempre, fundamental à compreensão do processo sógnico. Um signo como uma palavra, por exemplo, só será capaz de ter um significado para nós quando somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento a outros e na medida em que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos (PEIRCE, 1977). Muitas vezes esse significado só é possível de ser apreendido se intérprete e emissor compartilham de interpretantes e experiências colaterais comuns.

Do mesmo modo que uma designação não pode denotar nada a não ser que a mente interpretadora esteja familiarizada com o que ela denota. Privilegiando a semiótica sobre a notícia – quando esta é identificada como um signo e produtora de semiose –, ela se desenvolve em dois sentidos: como consequência da geração de signos sobre um determinado fato; e como produtora de novos signos, de novas semioses, que irão estabelecer no interior do discurso jornalístico e na recepção da notícia, revelando-se um processo intenso e complexo, gerador de signos infinitamente. (LINZ, 2003).

A experiência colateral garante o elemento segurança através do qual é possível diminuir o grau de diversidade existente entre objeto e signo. Por meio de informações

colaterais, pelo ambiente empírico que envolve o signo, interpretantes e, sobretudo, o intérprete, terão mais de uma fonte, além do próprio signo, para buscar a representação do objeto. Baseado nesse elemento a mais, o interpretante terá maiores chances de interpretações equivocadas. A experiência colateral destaca-se em dois níveis (LINZ, 2003): na semiose porque ela não é só produto, mas também produtora de novos signos. E na comunicação, porque o próprio universo do processo comunicativo requer, como pré-requisito, a existência de repertório, de contextos para sua existência. Nesse aspecto, a experiência colateral torna-se imprescindível.

2.2. Causação final

Integrante e atuante em uma cadeia semiótica mais ampla, a notícia participa do que Peirce chama de processo de causação final, inerente a qualquer semiose (HENN, 2002). A possibilidade da notícia pressupõe uma continuidade demarcada pelo caráter potencial de produção de interpretantes. Os sistemas semióticos, entretanto, desenvolvem nichos de identidade ou afinidade, sugando essas potencialidades para determinados fins. Mesmo que uma ocorrência apenas fique na possibilidade da notícia, ganhando, no máximo, o estatuto de pauta, ela é potencialmente notícia e portadora de códigos que lhe dão essa condição. É o objeto que, em certa medida, determina o signo. Tem uma verdade inerente, cuja revelação potencial é a essência da causação final, que, no fundo, nunca se completa, dando o caráter infinito do processo. Salles (1990) garante que qualquer processo de interpretação sígnica, cujo objetivo pode ser estabelecido como revelação de algo é, forma um processo de causação final.

O processo de causação final é uma probabilidade e tem um comportamento estatístico, sujeito a uma boa dose de indeterminação (HENN, 2002). Ela aponta para uma espécie de futuro que comanda o passado e o presente. A incessante revelação de um objeto, potencialmente presente em qualquer semiose, pressupõe uma tendência, uma meta orientando ou organizando o processo. No caso da cobertura jornalística, por exemplo, é quando se trazem mais elementos, mais fatos à tona, até que estabeleça um esgotamento na

audiência. Mas o objeto, como meta, fica no mundo e pode voltar à cena quando eclodem novas convulsões do mesmo tipo. E como, para Peirce, o pensamento e o próprio homem são signos, o universo deve comportar-se como qualquer semiose e suas probabilidades, inclusive com leis e gramáticas. Salles (1992) estabelece a relação da ciência da realidade – a metafísica – com o pensamento humano, a partir da constatação de Peirce de que há uma harmonia ou sintonia da mente humana com as leis do universo. O processo da natureza e o processo do pensamento são similares.

Neste ambiente teórico, processo, em termos gerais, é descrito como movimento falível com tendência, sustentado pela lógica da incerteza, englobando a intervenção do acaso e abrindo espaço para o mecanismo de raciocínio responsável pela introdução de idéias novas. Um processo onde a regressão e a progressão são infinitas. Essa visão foge da busca ingênua pela origem e relativiza a noção de conclusão. Como cada versão contém, potencialmente, um objeto acabado e aquele considerado final representa, de forma potencial, também, apenas um dos momentos do processo, cai por terra a idéia do produto entregue ao público como sacralização da perfeição. Tudo, a qualquer momento, é perfectível. Aquilo que está sendo construído está sempre em estado de provável mutação, assim como já há produtos ditos finais nas metamorfoses que os documentos preservam. (SALLES, 2004:89).

2.3. A crítica genética no jornalismo

A crítica genética surgiu na França, em 1968, por iniciativa de Louis Hay que, junto com outros pesquisadores, criou o *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS), para organizar os manuscritos do poeta alemão Heinrich Heine. Mais tarde, foi instituído o *Institut des Textes et Manuscrits Moderns* (ITEM), reunindo também investigadores que já começavam a se interessar pelos manuscritos de Proust, Zola, Valéry e Flaubert. No Brasil, a crítica genética chegou em 1985, trazida por Philippe Willemart, quando da organização do I Colóquio de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições, realizado no Universidade de São Paulo. Com a proposta de Cecília Almeida Salles, o estudo dos processos criativos, antes restritos aos manuscritos literários, se ampliou para outras áreas. Hoje, além da literatura, abriga pesquisas de música, teatro, cinema, jornalismo, artes plásticas, hipermídias, entre outros.

A ênfase no receptor, o tempo de produção e a coletividade do processo são alguns dos aspectos que fazem o jornalismo ser jornalismo, condicionantes que funcionam como limitadores da atividade. Tais impedimentos, ao definirem rotinas, agem como materiais de trabalhos. Assim como um artista deve enfrentar os limites dados pela matéria com a qual ele lida, seja tinta, o seu corpo ou os meios digitais, o jornalista, além de enfrentar os limites da imagem, do som e da palavra (dependendo de seu meio de comunicação), dialoga também com aquilo que chamamos de restrições externas ou condicionantes do processo. Limite está sendo associado, aqui, ao enfrentamento de leis, presente na relação com a matéria-prima, em todos os processos de produção. (HENN, 2002).

Os trabalhos de crítica genética no campo do jornalismo buscam descrever com acuidade os documentos de processo encontrados. Todo documento coletado está inevitavelmente relacionado a outro e só se vislumbram possíveis significados a partir do estabelecimento de nexos. A interpretação depende das conexões estabelecidas pelo pesquisador. Só desta forma chegamos aos recursos de produção e às formas de raciocínio que levam à produção de determinada matéria. (SALLES, 2004).

Estas conexões só são possíveis através do mergulho nos códigos em que se processam as linguagens investigadas. A semiótica oferece um mapa lógico ou uma cartografia sistêmica através da qual se infere nexos e possibilidades de sentidos. A crítica genética propicia a sistematização dos materiais para a construção desses mapas. Entretanto, são as perspectivas teóricas de cada produção específica, respeitadas as aproximações epistemológicas possíveis, que darão diretrizes e prospecções para esses mapas. E no jornalismo isso se torna possível a partir das relações teóricas com a investigação do processo produtivo de determinado jornalista (HENN, 2005).

Assim como o artista – já mais estudado e desvendado sob o ponto de vista da crítica genética – o jornalista também deixa rastro em sua criação. E esses rastros podem ser seguidos, diagnosticados, analisados. São manuscritos, esquemas, roteiros, fotografias, apontamentos, onde o autor deixa implícito, após minuciosa análise, qual o caminho que a

obra deveria tomar, se seguiu esse caminho ou se partiu para outra definição. Tudo ali, para ser decifrado e catalogado. Um papel da crítica genética. Um dos pilares dessa crítica é a busca dos meandros da criação através dos rastros ou marcas deixadas pelos artistas durante o processo. Ou seja, estamos diante de uma proposta que enaltece uma espécie de materialidade da criação, cuja natureza é totalmente avessa aos postulados subjetivos ou movidos por epifanias que o senso comum alardeou sobre as obras de invenção (HENN, 2001). Essas marcas consubstanciadas em esboços, rasuras, ensaios ou processos variados que formam, no fundo, profundas camadas de semioses, estão presentes nas rotinas produtivas de qualquer mídia. A investigação desses meandros pode revelar dispositivos sistêmicos importantes na configuração dos textos midiáticos, sobretudo no fluxo dessas conexões.

Quando lidamos com registros que o artista faz ao longo do percurso de construção de sua obra – índices materiais do processo – estamos acompanhando o trabalho contínuo do artista e observando que o ato criador é resultado de um processo. Então, a obra não é mas vai se tornando, ao longo de um processo que envolve uma rede complexa de acontecimentos (SALLES, 2000:21). As interpretações da obra ou as análises que a obra é são o foco de atenção das críticas de arte: cinema, literatura, artes plásticas. A obra de arte é, com raras exceções, resultado de um trabalho que se caracteriza por transformação progressiva e que exige, por parte do artista, investimento de tempo, dedicação e disciplina. A obra é precedida por um complexo processo feito de correções infinitas, pesquisa, esboço, planos. Os rastros deixados transformam-se na concretização deste processo de profunda metamorfose. A definição “crítica genética”, portanto, deve-se ao fato de que estas pesquisas dedicam-se ao acompanhamento teórico-crítico do processo de gênese das obras de arte.

Ao mergulhar no universo do processo de criação, as camadas superpostas de uma mente em ebulição vão sendo lentamente reveladas e surpreendentemente compreendidas. Embora estejamos conscientes de que a crítica genética não tem acesso a todo o processo de criação mas apenas a alguns de seus índices, pode-se afirmar, com certa segurança, que

vivendo os meandros da criação, quando em contato com a materialidade desse processo, podemos conhecê-lo melhor (SALLES, 2001:23). A crítica genética analisa o documento autógrafo – vindo da própria mão do criador, não passando pelo processo de publicação – para compreender, no próprio movimento de criação, os mecanismos de produção, elucidar os caminhos seguidos pelo artista e entender o processo que presidiu o desenvolvimento da obra. É uma investigação que procura uma maior compreensão do processo ou dos princípios que caracterizam a criação. Ocupa-se da relação entre obra e gênese, mais especificamente, procura pelos mecanismos de produção artística. O crítico genético investiga a obra em seu vir-a-ser, daí deter-se, muitas vezes, na contemplação do provisório.

A crítica genética utiliza-se do percurso da criação para desmontá-lo e, em seguida, colocá-lo em ação novamente. O fascínio da obra entregue ao público não é suficiente, talvez, porque, desde que o homem se entende por homem, a questão da origem desperta uma curiosidade visceral: origem da vida, sua própria origem e, aqui, origem de uma criação que nasce de sua própria mente (SALLES, 2001). Ou ainda, como Bachelard (1990) discute a obra pela apreensão do descobrimento do fogo: a distância do fogo espetacular é abolida. Ao apreender o surgimento do fogo, o ser participa do fogo.

No estudo da gênese, de modo similar ao apreender o surgimento e o desenvolvimento da obra de arte, o pesquisador participa da obra, e surge, assim, uma nova perspectiva para observá-la. A crítica genética refaz, com o material que tem, os diferentes momentos da gênese da obra, com a intenção de reconstituir e compreender o processo criativo. Os estudos passam a incorporar um objeto para além dos limites da obra assim como é entregue ao público: seu processo de criação. É uma pesquisa baseada em documentos em processo, em oposição às pesquisas que se valem de produtos acabados ou produtos de forma já cristalizada. Os documentos, independente de sua materialidade, contêm sempre idéia de registro.

2.4. Gênese presente na obra jornalística

A documentação, a transcrição e os apontamentos são peças fundamentais na criação jornalística. Isso auxilia na fundamentação do tema de que tratará a reportagem, ou o livro-reportagem, sobretudo na matéria de profundidade e em especial a que focaliza mais a “situação” e a “questão”, do que o “fato” ou “acontecimento” isolado. Um exemplo foi o livro-reportagem *Olga*, onde o autor, Fernando Morais, realizou uma pesquisa documental recorrendo a instituições de seis países, consultando uma vasta bibliografia, além de depoimentos de mais de vinte fontes vivas. Esse processo de coleta é comumente utilizado no feitiço de livros-reportagem, como o levado a cabo por Dominique Lapierre e Larry Collins para escrever *Esta noite a liberdade* – obra histórica que trata do declínio do império britânico: quatro anos de pesquisa, dez mil páginas de anotações, arquivos, mapas e documentos, monografias e livros, seis mil metros de películas descrevendo ambientes e locais de ação, mil fotografias históricas, 800 horas de entrevistas, seis mil páginas de testemunhos.

Outro exemplo é o do jornalista brasileiro Caco Barcellos, em seu livro *Rota 66*, que denuncia crimes policiais em São Paulo. Foram sete anos de investigação, através de consultas de antecedentes criminais de 3.523 pessoas. O jornalista criou um banco de dados para contabilizar os crimes praticados pelo polícia em supostos tiroteios, entre abril de 1970 a junho de 1992. No arquivo de Barcellos, documentos diversos como cadernos de anotações, fichas, fotografias, recortes de jornais e revistas, cópias de processos judiciais, laudos de exame de cadáveres, papéis soltos com transcrições de entrevistas, pedaços de folhas com anotações de depoimentos, desenhos, livros, monografias, registros de consultas de antecedentes criminais, além de matérias jornalísticas – resenhas, reportagens, artigos, notas – que assinalam a repercussão de seu livro no Brasil e no exterior.

Esta pesquisa analisará diretamente os rastros deixados pelo jornalista Nilson Mariano, do periódico gaúcho *Zero Hora*, quando da confecção do livro *Operação Condor*, que desvendou para a América e para o mundo a operação militar conjunta entre países do

Cone Sul para exterminar líderes revolucionários de esquerda durante os regimes militares, particularmente em meados da década de 70. Mariano guarda um acervo riquíssimo de anotações em cadernos, listas de fontes, material de pesquisa catalogado, fotografias, rascunhos de roteiros e até apontamentos de entrevistas das mais de 50 fontes consultados para o livro – que foi publicado originalmente em língua espanhola e depois adaptado para o português, em virtude do maior interesse na história dos países vizinhos ao Brasil. A intenção é relacionar cada rascunho e apontamento, cada nota, cada rasura, como parte de um sistema que se foi organizando em direção à obra publicada. Esses diários, anotações, rascunhos e textos oferecem informações que se integram e se complementam no produto final livro. Os aparentes fragmentos se cruzam formando um único objeto e, ao mesmo tempo, um objeto único. Um percurso do artista e só dele. Um labirinto que ninguém mais, a não ser o autor, seguiu.

3. O método de Nilson Mariano

O jornalista Nilson Cezar Mariano nasceu na cidade gaúcha de Candelária, em 1958. Formado em jornalismo pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), foi repórter do jornal Folha da Tarde, da empresa jornalística Caldas Júnior e atualmente trabalha no jornal Zero Hora, do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). É um pesquisador em seu trabalho, com ênfase em investigações sobre os períodos totalitários na América do Sul. Pesquisa sobre a cooperação entre as ditaduras militares desde 1993. Por seus trabalhos, obteve alguns dos principais prêmios jornalísticos do Brasil, como o Esso (Regional Sul), Vladimir Herzog, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Libero Badaró, Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Sociedade Interamericana de Imprensa.

Mariano publicou dois livros sobre as ditaduras militares do Cone Sul, explicitando o tratado de cooperação entre os países: o primeiro, em espanhol, *Operação Condor – Terrorismo de Estado em el Cono Sur*. O segundo, em português, mas ampliado, *As garras do condor*. Ambos falam sobre as ditaduras militares que dominaram países da América do Sul nas décadas de 1970 e 1980. Trata de como a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, o Brasil e a Bolívia se uniram para caçar adversários políticos além das fronteiras. Como planejaram a Operação Condor para interligar os aparatos de repressão. Eram tempos sem lei, de fúria e insanidade, onde vigorava o terrorismo do Estado.

Esse período sombrio da história desses países teve três etapas: A primeira, as convulsões internas que resultaram na sucessão quase simultânea de golpes de Estado. A segunda, os governos armados que prenderam, torturaram e ocultaram cadáveres, além de forçar a expulsão de milhares de pessoas. A terceira - foco principal dos livros de Mariano – é a derrubada das fronteiras políticas e geográficas na perseguição aos que haviam se refugiado em outros países. O trabalho de investigação de Mariano se baseia,

principalmente, no testemunho de familiares das vítimas e dos sobreviventes dos porões de tortura.

O interesse do jornalista pelo tema surgiu por acaso, em 1993. Mariano foi designado pelo jornal *Zero Hora* para cobrir as eleições no Paraguai, as primeiras democráticas depois de um longo período ditatorial. Justamente durante o processo de eleição – que culminou com a eleição de Juan Carlos Wasmosy – foram abertos os arquivos secretos do governo do ditador Alfredo Stroessner. Seria o único arquivo que ainda estaria intacto na América do Sul, já que outros papéis ou documentos semelhantes haviam sido destruídos. A história chamou a atenção do repórter Mariano. Ele acabou realizando, paralelamente à reportagem sobre as eleições, uma matéria sobre a participação do Brasil na repressão paraguaia. Estava aberto o caminho para uma pesquisa mais profunda sobre o tema.

Dois anos depois, o repórter fotográfico Sílvio Ávila convidou Mariano para realizar uma reportagem sobre o deserto de Atacama. Pela experiência já adquirida no jornalismo, Mariano desaconselhou o companheiro. O jornal jamais, por restrições orçamentárias, iria investir em uma reportagem sobre o deserto. A vagueza inerente ao processo, no caso do jornalismo, submete-se a um intenso controle organizacional na medida em que aquilo que poderia ser meta específica da notícia (narração e construção da realidade cotidiana) faz interfaces muitas vezes tensas com metas de ordem econômica, política ou mesmo pessoal. O jornalismo, para se materializar em algum veículo, exige uma planificação que vai da relação pauta-ocorrência até a edição final. Esse planejamento, mesclado a uma cultura profissional que se instala com fortes raízes pelas redações, condiciona o trabalho do repórter, até mesmo no nível de percepção. Esse condicionamento esteve presente que Mariano admitiu a impossibilidade da realização da pauta mas, ao mesmo tempo, apontou para outros caminhos possíveis. Ele propôs, então, uma reportagem sobre a herança das ditaduras no Cone Sul, o que foi aceito pelo jornal. A viagem resultou na série de reportagem sobre a Operação Condor, entre os dias 11 e 14 de fevereiro de

1996. Mariano pesquisou no Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. A apuração demorou 30 dias.

Para convencer o jornal a fazer o investimento, Mariano utilizou técnicas que somente a experiência profissional pode trazer. O assunto, ditadura militar, não interessava muito à empresa e, mais, custaria caro. Para driblar esses obstáculos, Mariano se propôs a voltar ao Paraguai para cobrir uma reunião do Mercosul, entre os presidentes dos países, e ainda trazer algum material sobre o chamado “terrorismo de fronteira”. Nos intervalos da apuração para essas matérias obrigatórias exigidas pelo jornal, Mariano fazia a pesquisa sobre a Operação Condor nos arquivos secretos liberados. Esses mesmos arquivos pesquisados pelo jornalista abasteceram o juiz espanhol Baltazar Garzón que anos depois seria o responsável pela prisão do ditador do Chile Augusto Pinochet. Durante a pesquisa no arquivo, Mariano encontrou um argentino, que disse estar no Paraguai porque fugira da ditadura de seu País. Estava procurando sua ficha de preso político para entrar com um processo contra o governo argentino. Havia também pesquisadores de diversas partes do mundo. Esse trabalho de Mariano, que seria o embrião da série, durou uma semana.

De volta para o jornal e com muitas histórias debaixo do braço, Mariano convenceu a cúpula do jornal da importância do tema. Foi, então, aprovada a sua viagem para o Uruguai, Argentina e Chile. Para viabilizar as viagens, o jornalista comprometia-se em realizar outras pautas exigidas pelo jornal, sempre procurando retirar o máximo do trabalho do repórter. Nessa viagem, Mariano esteve acompanhado do fotógrafo Sílvio Ávila. Depois da série de reportagens, com grande repercussão no Rio Grande do Sul e no Brasil, surgiu o questionamento: por que não transformar aquele material em livro? Era um assunto relativamente novo e só teria um livro publicado, pela Editora Cartago, em 1983, de autoria de Valentin Mahskin. Entusiasmado com a idéia, Mariano começou a escrever aos poucos o que seria o livro, nas suas folgas, nas manhãs em que não estava a serviço do jornal. O embrião de tudo eram as reportagens publicadas, mas o jornalista procurava agregar documentos, ampliar o material já publicado.

Em 1997, já com o original pronto, Mariano procurou a Editora Vozes. A editora não se interessou por se tratar, segundo seus editores, de um assunto que diria mais respeito ao Cone Sul, e não propriamente ao Brasil. Mariano foi então encaminhado a um editor argentino, que poderia demonstrar interesse na publicação. A Editora Lohlé-Lumen, de Buenos Aires, gostou da idéia e encampou a publicação do livro *Operación Condor – terrorismo de Estado em el Cono Sur*, em 1998. Uma semana depois do lançamento do livro, o ex-ditador chileno Augusto Pinochet era preso. O livro entrou no centro das discussões sobre as ditaduras militares do Cone Sul. Mariano lançou o livro em Buenos Aires e em Montevideú, onde participou de diversos debates e entrevistas para os meios de comunicação locais. Mesmo após conseguir a publicação, o jornalista não estava satisfeito. Queria mais. Queria pesquisar e saber mais sobre o assunto. Mas sabia, que a partir de agora, o jornal em que trabalhava não seria o meio mais adequado para ajudá-lo.

Auxiliado por uma amiga jornalista, Clarinha Glock, Mariano entrou em contato com instituições estrangeiras que pudessem auxiliar financeiramente para o aprofundamento da pesquisa. Soube que uma fundação americana estaria disponibilizando bolsas para pesquisa. Fez a inscrição e enviou o currículo. Ainda em 1998, o projeto de pesquisa de Mariano foi aprovado. O jornalista recebeu do *The Fund for Investigative Journalism* (Fundo para o Jornalismo Investigativo), com sede em Washington e que congrega experimentados jornalistas norte-americanos, entre eles ganhadores do Prêmio Pulitzer e correspondentes de guerra, 2,5 mil dólares – metade da verba prevista - para a primeira parte da pesquisa. O restante seria enviado após o término da pesquisa.

Com o dinheiro em mãos, Mariano conseguiu a liberação, por um mês e com salários pagos, do jornal *Zero Hora*. A exigência: que as reportagens surgidas com a investigação fossem publicadas em primeira mão pelo jornal. Nesse período, Mariano viajou sem a presença de um repórter fotográfico. De 27 de junho a 1º de julho de 1999 era publicada mais uma série de reportagens sobre a operação Condor e os desaparecidos políticos do Cone Sul. Era um aprofundamento da pesquisa levada a cabo na primeira série de reportagens. Por exemplo: nessa segunda parte, Mariano encontrou uma médica legista

em Santiago, que estaria com o crânio de uma mulher que poderia ser brasileira, morta no sul do Chile. Ela estava enterrada em uma vala, em um campo santo. Foi encontrada porque um coveiro assinalou a sepultura. Em 1998, a sepultura foi localizada, mas a família da suposta brasileira não autorizou o exame de DNA, que poderia comprovar a identidade.

Com a segunda série de reportagens publicadas, Mariano iniciou o trabalho para a publicação da edição brasileira do livro. A rotina, era a mesma da primeira publicação. Trabalho aos sábados, à noite, às manhãs ou quando tivesse folga da rotina inabalável do jornal diário. Também utilizou todas as férias a que tinha direito escrevendo os originais e, ainda, solicitou mais 30 dias de afastamento não-remunerado do jornal para concluir o livro. Isso tudo foi feito ao longo dos anos de 1999 e 2000. Mariano criou um sistema próprio de armazenar as informações. Cada país receberia uma pasta onde eram armazenados os arquivos e as informações disponíveis. Ao finalizar o texto, Mariano enviou os originais para algumas editoras. Todas acharam o livro “grosso demais”, de alto custo. O jornalista não aceitou a redução do texto, mesmo que isso significasse o arquivamento do projeto livro-reportagem. Nesse episódio, se evidencia o que Roger Chartier (2001) qualificou de “imperativos dos editores tradicionais”. *“É ele (editor) que se encarrega de reunir o conjunto de seleções que devem ser feitas para publicar um livro: escolha do texto, escolha do formato, escolha em um certo sentido de um mercado”*.

Certo dia, Mariano recebeu a visita de uma de suas fontes, uma mulher argentina que estava a passeio em Porto Alegre e havia sido entrevistada para uma reportagem do jornalista. Seu marido havia desaparecido durante a ditadura militar na Argentina. Claudia Allegrini e sua filha Maria Paula Viñas, patrocinaram a edição do livro “As garras do condor”, através do recolhimento de verba junto a organizações não-governamentais da Itália. O livro foi publicado pela Editora Vozes em junho de 2003. Logo depois da publicação, Mariano recebia a outra parte do financiamento da pesquisa pela fundação americana. Até hoje, quase dois anos depois da publicação da edição brasileira, Mariano não considera seu trabalho concluído. Segundo ele mesmo diz, *“há muitas coisas a serem descobertas e ditas. Mas fiz o que estava ao meu alcance”*.

O momento de criação jornalística de Nilson Mariano pode ser comparado, em determinados momentos, à preparação para um texto literário. Em vários autores, há dois momentos dialéticos da criação: por um lado, uma preparação longínqua que consiste em anotar tudo o que interessa sem critérios aparentes: observações de viagens, trechos de livros, endereços de ruas, avenidas, bairros, cadernetas com números telefônicos de fontes, denotando uma ânsia de copiar uma verdadeira paixão pelo significante, visível em muitos autores tradicionais como Rabelais, Flaubert ou Guimarães Rosa. Mas também visível em jornalistas que mesclam a informação, com doses de literatura e rigor de pesquisa para checagem dos fatos averiguados.

Por outro lado, há uma interpretação imediata nos rascunhos, em que aos poucos o escritor deixa a iniciativa à instância narrativa e torna-se instrumento de sua cultura e de sua escritura. Segundo Willemart (1993), a gênese dos textos estabelecia o elo entre a velha crítica das fontes e a crítica textual. Para esta pesquisa, procuramos estudar a gênese do trabalho do jornalista Nilson Mariano que culminou na publicação de seu livro tentando estabelece o elo entre a reportagem feita para jornais e a reportagem feita para livros-reportagem. A crítica genética de uma obra pressupõe vários dados nem sempre reunidos.

O pesquisador precisa, em primeiro lugar, dispor do material (manuscrito, transcrições, anotações), o que nem sempre é evidente. Mario de Andrade os jogou fora; Michel Butor os entrega às filhas para desenharem. Esse material pode constituir o rastro para a definição e a caracterização do trabalho do autor da obra. No caso específico de nossa pesquisa, o jornalista formou um importante acervo de seus rastros ao longo da odisséia que gerou em suas séries de reportagens e livro. Material importante para estudar o elo entre a prática jornalística cotidiana, impregnada dentro das rotinas de produção de um periódico, e a prática de projetos que podem levar a outro gênero jornalístico, nesse caso o livro-reportagem. Na análise da gênese do trabalho jornalístico pesquisado, serão levados em conta mais do que a parte textual. O crítico da gênese além de extrair e de expor as riquezas encontradas, pretende tal qual um alquimista, discernir e entender o processo de

criação, isto é, aproximar-se desse mistério e desvendar a montagem narrativa, textual e de estilo de atuação do autor (WILLEMART, 1993).

Nessa linha, pretendemos a partir deste momento explicar os procedimentos utilizados por Nilson Mariano na investigação que resultou em suas séries de reportagem e, mais tarde, no livro-reportagem. Sabemos que acompanhar o percurso do jornalista não é tarefa fácil, talvez nem possível do ponto de vista científico, pelo menos por dois aspectos básicos: a grande quantidade de dados manipulados e as estratégias montadas na apuração do assunto. Neste momento, o que mais interessa a esta pesquisa não é a análise da estrutura narrativa da obra, mas o método que se encontra nos documentos utilizados pelo jornalista na investigação.

Ao seguir os passos investigativos de Mariano nos deparamos com a primeira dificuldade: a de detectar nos documentos processuais o momento inicial da pesquisa. Cecília Salles defende que, ao se trabalhar com pesquisa em crítica genética, é preciso estabelecer um ponto inicial e um ponto final do dossiê. Ela reconhece que, de certo modo, esses pontos são ficcionais, levando-se em conta a impossibilidade de se determinar um primeiro absoluto, assim como um último absoluto no processo criativo. Mas, mesmo diante dessa possibilidade, o jornalista Mariano dá algumas pistas de como surgiu a vontade, a curiosidade e a investigação que culminaram na série de reportagem sobre a Operação Condor.

Na verdade, o faro e a velha premissa de que o bom jornalista está no lugar certo e na hora certa foi o condutor do começo da investigação de Mariano. Em 1993, o jornalista foi designado pelo jornal *Zero Hora*, ao qual trabalha, para cobrir as eleições no Paraguai, as primeiras democráticas depois de um longo período ditatorial. Justamente durante o processo eleitoral – que culminou com a eleição de Juan Carlos Wasmosy para presidente – foram descobertos e revelados arquivos secretos do governo do ditador Alfredo Stroessner, na cidade de Lambaré (localizada a 20 quilômetros da capital, Assunção). A história atiçou o faro do repórter Mariano, que resolveu ir até a pequena cidade para levantar mais dados.

No local, encontrou material farto sobre o assunto, que incluía documentos sigilosos, fichas do exército paraguaio, pastas e até fotografias. Era a prova documental da existência de uma operação de cooperação entre as ditaduras do Cone Sul.

Mariano sabia que havia levantado o fio condutor de uma grande história. E esse raciocínio apresenta uma correspondência fundamental com o modelo de raciocínio abduativo peirciano. Neste momento, provavelmente alguma informação recolhida no local fez surgir suposições no jornalista que poderiam explicar o fenômeno que despertava sua curiosidade. Para Peirce, quando estamos diante de qualquer fato surpreendente, uma explicação é requerida, isto é, ocorre um movimento de efeitos para as causas, dos fatos para uma teoria explicativa. Um processo chamado de abdução.

Os cadernos em que Mariano registrou todas as suas anotações que depois se tornariam reportagens (são quatro cadernos manuscritos, dois em outubro de 1995 e dois em março de 1999) nos dão algumas pistas de como começou a busca do jornalista em levantar o maior número de informações possíveis sobre a Operação Condor e sobre as pessoas que de alguma forma, direta ou indiretamente, estiveram envolvidas com o assunto. Nos manuscritos, além de falas pontuais dos entrevistados, Mariano descreve endereços, indicações de como chegar a determinado ponto das cidades, horários, possível número de vítimas, telefones de fontes, sempre separados por países visitados pelo jornalista (Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile). Muitas dessas anotações são indicações ou lembranças de livros e documentos que posteriormente seriam pesquisados para o complemento do material jornalístico.

O objetivo do jornalista era tornar públicos acontecimentos recorrentes nos porões das ditaduras da América do Sul e que haviam sido incorporados à história apenas em forma de pílulas com reportagens pontuais sobre determinados casos ocorridos durante as ditaduras. Como explica no prefácio da edição do livro o coordenador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Jair Krischke, “Mariano, através de seu livro, nega-se a pactuar, na cumplicidade do silêncio, com os que cometeram crimes de

lesa-humanidade”. E segue: “O autor fala às nossas consciências, aos nossos sentimentos, relatando o que hoje já começa a ser passado, e o faz buscando nos dar uma sólida visão dos acontecimentos”. E concluiu dizendo que “a obra é um extraordinário esforço no propósito de evitar que o Estado terrorista volte a ser um sinistro presente em qualquer tempo”.

Uma das hipóteses verificadas pro Mariano em sua pesquisa foi determinar a similaridade dos casos ocorridos em diferentes países, mas que sempre seguiam a cartilha determinada pela Operação Condor. E, além disso, os diferentes *modus operandi* da Operação Condor nos países que a compuseram. Por exemplo: há similaridade entre a procura dos familiares, até hoje implementada, que tiveram parentes desaparecidos na repressão. Na sua investigação de campo, há um elemento forte na formulação da hipótese de similaridade: o depoimento de familiares e a pesquisa em arquivos do exército ou das polícias de repressão dos países, onde foi possível levantar as descrições de como ocorreu o processo de seqüestro, tortura e morte das vítimas.

Mariano percebe, em determinado momento da pesquisa, que o modo de operação em diferentes países é praticamente o mesmo: os seqüestrados ou presos são levados para locais discretos e considerados comuns (como uma oficina mecânica, por exemplo) e lá são torturados, violados até a morte ou desaparecimento dos corpos. Daí ele chegar à conclusão que essas características compõem o método da matança dos repressores. Tudo isso se torna ainda mais evidente quando podemos analisar as amostras de depoimentos contidos nos livros. Na impossibilidade de publicar todas as histórias dos milhares de desaparecidos políticos, Mariano recorre a um recorte que possa caracterizar com precisão o grupo atingido diretamente pela repressão e que serviram de comprovação para suas hipóteses iniciais: mães que perderam filhos (mães da praça de maio), brasileiros assassinados nos países do Cone Sul, avós que buscam crianças seqüestradas, o clamor das famílias enlutadas, os métodos de execução. Trata de compartilhar exemplos de uma classe de fatos que possam representar os crimes da repressão como um todo.

Em síntese, o processo investigativo de Nilson Mariano pode ser descrito a seguinte forma: a partir dos documentos pesquisados ele chega a generalizações e depois volta a esses eventos para exemplificar os assassinatos e as violações dos repressores na sua totalidade. Ele busca uma explicação geral com exemplos específicos para determinadas linhas de hipóteses. Uma estrutura de raciocínio indutivo. A comprovação das conjecturas é um dos pontos centrais de sua abordagem. O jornalista sabia que adentrava em um campo perigoso, onde seria praticamente impossível levantar depoimentos dos próprios repressores admitindo os crimes. Mesmo assim, Mariano conseguiu encontrar documentos e depoimentos de repressores envolvidos nos seqüestros e desaparecimentos dos presos políticos, desmontando assim algumas premissas encampadas pelos militares como justificativa para a repressão contra grupos de oposição organizados ou não.

Com base nos depoimentos e documentações adquiridas – e nas evidências do fato – o jornalista parte para a adoção, modificação ou mesmo rejeição de certas conjecturas. E também tecendo a colcha de retalhos que levam a descobertas até então escondidas pelo silêncio de familiares e fontes militares. Como exemplo disso, Mariano mostra no livro uma fotografia de um corpo em estado de decomposição encontrado na costa sul do Rio Grande do Sul, em abril de 1978. A costa gaúcha é um prolongamento da borda retilínea do Uruguai. Dois corpos foram encontrados na região. Um deles, na praia do povoado de Hermenegildo, município de Santa Vitória do Palmar, na fronteira uruguaia. Dois moradores da região encontraram o corpo nas areias desertas. Inicialmente, pensaram tratar de algum animal marinho, já que havia ocorrência na época do fenômeno chamado “maré vermelha” – suposta deterioração massiva de algas, que provocaram um desastre ecológico sem precedentes na região.

O então fotógrafo da Companhia Jornalística Caldas Júnior, Jurandir Silveira, que cobria o fenômeno “maré vermelha”, registrou o encontro do corpo e notou que faltava a parte superior da cabeça, restando apenas a mandíbula. O cadáver foi enterrado como indigente no cemitério de Santa Vitória do Palmar. Outro corpo foi localizado no município de São José do Norte, também na praia, no mesmo mês e ano. Até hoje não foram

identificados. O aparecimento dos dois cadáveres no extremo sul do litoral brasileiro não foi divulgado pela imprensa, na época sob censura. As fotografias ficaram no arquivo. Com a publicação do livro-reportagem, Mariano não só escolheu a foto como também fez um relato sobre o fato, trazendo finalmente à tona uma história camuflada pelos regimes ditatoriais do Brasil e do Uruguai.

Com a divulgação do fato no livro-reportagem, Mariano de certa forma confirmou uma de suas conjecturas colhidas nos depoimentos e documentos pesquisados: a de que presos eram descartados no mar pelos regimes militares. Através da seleção da fotografia do cadáver, Mariano fez uma escolha para confirmar um dos fatos citados no livro. “*Quando estava fechando o livro, entrei em contato com o Jurandir (Jurandir Silveira, fotógrafo que registrou o corpo) para que ele fornecesse a foto para publicação*”, relembra Mariano. Assim, como levantamos nesta pesquisa, a indução conserva uma posição importante dentro da metodologia de Mariano. As hipóteses levantadas precisam de uma confirmação, algo que se realiza pelo método indutivo.

O acesso de Mariano às informações ocorre sem meio de percepção direta, ou seja, sempre em cima de depoimentos e pesquisas em livros, documentos e ambientes, alguns deles carregados com marcas indiciais muito densas. Mesmo assim, o jornalista reconstituiu fatos ocorridos sem o seu testemunho, a partir de depoimentos das pessoas envolvidas. E muitas vezes retornando com a testemunha até os locais dos acontecimentos. Foi o caso do capítulo onde Mariano descreve o movimento Mães da Praça de Maio. Desde 1977, sempre às 15h30 das quintas-feiras, um grupo de mães enlutadas caminha ao redor do obelisco da Praça de Maio, no coração de Buenos Aires. Elas buscam 30 mil filhos desaparecidos durante o regime militar. Lenços brancos amarrados à cabeça, também procuram os criminosos que cometeram o maior extermínio da história Argentina. Mariano acompanhou uma dessas caminhadas. “*Por mais que eu tenha andado, nunca obtive notícias dele*”, revelou Carmen Roselo, nascida em 1923 e mãe de Alberto Arenas, seqüestrado – que era denominado, pelos militares, de “chupar”, em alusão ao sangue que haveria, mais tarde, de jorrar nas sessões de torturas – em agosto de 1977.

Mas a revelação mais contundente dessa ida a campo do investigador Mariano foi a descoberta de como duas líderes das mães, Maria Eugenia Ponce de Bianco e Maria Esther Ballestrino de Careaga. Ambas foram delatadas por um agente infiltrado no grupo, o tenente-de-fragata da Marinha Alfredo Ignacio Astiz, conhecido como o “Corvo”, ou “Anjo Loiro”. Astiz conquistou a confiança das Mães da Praça de Maio, justamente no momento da fundação do grupo. Ele sempre estava acompanhado de uma presa política, Silvina Labairu, que apresentava como sua esposa, para não levantar suspeitas. Para ganhar a confiança, Astiz certo dia enfrentou um grupo de policiais que tentava reprimir uma manifestação.

Em 8 de dezembro de 1977, Astiz saiu mais cedo da reunião com as mães na igreja Santa Cruz, no bairro San Cristóbal. Na saída da igreja, sete pessoas foram seqüestradas, entre elas as duas líderes do grupo. Nos encontros e nas despedidas, Astiz tinha o hábito de beijar a face das mães. Elas se enterneciam mas, na verdade, estavam sendo assinaladas para morrer. Esses fatos foram levantados por Mariano através de depoimentos colhidos junto às mães da Praça de Maio, que até hoje repetem o ritual de todas as quintas-feiras caminharem, silenciosas, em torno do obelisco da praça. Uma revelação que veio à tona a partir de entrevistas. Mas, na grande maioria dos levantamentos, especialmente para traçar o perfil psicológico dos torturados e os militares mais sangrentos, Mariano recorreu a processos judiciais, arquivos secretos do exército, jornais, livros já publicados.

3.1. Procedimentos investigativos

No processo de busca da verdade, o jornalista adota na sua investigação técnicas e estratégias próprias. Algumas delas serão mencionadas nesta pesquisa. Interessa-nos ver como esses mecanismos podem se manifestar. Para a semiótica, só se tem acesso à realidade via signos, o que implica dizer que ela é inacessível diretamente. Rodriguez (1994) apresenta, entre as estratégias do trabalho de investigação a que se refere à infiltração do jornalista no centro dos acontecimentos. O recurso envolve, por exemplo, o

repórter adotar durante um período, um personagem e omitir sua identidade e seus objetivos. Essa estratégia, por exemplo, marca o trabalho do alemão Günther Wallraff, que se utilizou, entre outros artifícios, do disfarce de turco para contar como vive o imigrante na Alemanha. O método de trabalho desse jornalista incluiu uma documentação alheia, um intenso treinamento para falar alemão como um turco, lentes de contato escuras, peruca de cabelos pretos e bigode.

Caracterizado no personagem Ali Sinirlioglu, ele sujeitou-se aos trabalhos mais pesados, empregando-se em fábricas e canteiros de obras. Assim, Wallraff, disfarçado, pôde vivenciar humilhações e o desprezo da sociedade alemã pelas minorias étnicas, em particular, os turcos. Os relatos transformaram-se no livro *Cabeça de Turco*. O repórter, nesse caso, passou pelas mesmas sensações e experiências dos seus personagens. Ouviu insultos, viu de perto a humilhação pela qual passa o imigrante turco na Alemanha e até sentiu a dor física por ter se sujeitado aos trabalhos mais árduos. E mesmo tendo vivenciado essas experiências, o repórter ainda recorreu a fotografias e relatos de terceiros para composição de sua obra. O acesso ao acontecimento, portanto, também se deu através de testemunhos de terceiros, isto é, das fontes. Sem falar que, ao se transformar em outro, o autor assume-se concretamente como signo.

O jornalista investigador é o que, utilizando técnicas habituais da profissão e outras específicas habitualmente atribuídas a outras profissões (detetive, policial, advogado, historiador), elabora uma informação produto de um número indeterminado de fontes e de uma análise pessoal dos dados, contrastados com maior ou menos eficácia, que lhe conduzem a comunicar uma notícia sobre uma realidade que, por sua própria configuração e natureza, estava destinada a permanecer oculta durante um período de tempo indefinido. Assim, o jornalista investigador comunica uma informação que, sem sua explícita intervenção, nunca ou muito dificilmente se tornaria pública. Ou seja, o jornalista investigador, com seu processo comunicador, cria notícias ao publicar fatos que não seriam do conhecimento público e que desencadeiam, após isso, processos sociais e/ou informativos derivados dos mesmos.

A investigação jornalística se concentra sempre a partir de um processo, mais ou menos trabalhoso, e, que o jornalista se esforça para conseguir pistas, caminhos, relações, pedaços de realidade condizentes a demonstrar o objetivo maior da investigação empreendida. Esse processo, por sua vez, se concentrará mediante o uso de uma série de técnicas e estratégias – genéricas ou específicas, ortodoxas ou heterodoxas -, que permitirá buscar a realidade escondida que o jornalista pretende tornar pública com seu trabalho. (RODRÍGUEZ, 1994:101)

As fontes, antes de serem utilizadas, são cuidadosamente selecionadas e analisadas pelo jornalista para retirar delas o máximo de rentabilidade informativa. Na definição de Rodriguez, essas fontes são divididas em três classificações: favoráveis, desfavoráveis e técnicas. Fontes favoráveis são as que apresentam uma atitude favorável ou positiva a respeito do objeto investigado. São fontes que se deve pressupor características que podem definir a valorização de suas informações e que ficam entre a verdade estrita e a mentira ou intoxicação mais flagrante. Jamais devem ser tomadas como fontes únicas para realizar um trabalho jornalístico e muitas vezes tendem a ser abordadas com procedimentos indiretos, matizados ou camuflados, para retirar delas a informação de um modo que filtre o máximo possível sua natural tendência a mesclar desejos e realidades.

As fontes neutras são aquelas que não apresentam nenhuma atitude pré-determinada ou interessada com respeito ao objeto em vias de investigação. Ainda que dificilmente exista total neutralidade (todo mundo se posiciona mais ou menos frente a qualquer circunstância), há fontes que ao menos chegam próximo à neutralidade. Já as fontes desfavoráveis são as que adotam uma atitude prévia desfavorável ou negativa a respeito do objeto investigado. As fontes técnicas serão aquelas que se busca quando são necessárias opiniões técnicas qualificadas que, na maioria dos casos, se dá de uma forma independente ao objeto que está sendo investigado. Uma boa fonte técnica será básica, ao menos, para chegar à valorização de alguma informação ou rumor e, em conseqüência, decidir ou não o início de um processo investigativo.

Quando um jornalista investigador se decide a trabalhar sobre um tema concreto, será razoável pensar que se faça a partir de um procedimento prévio que o tenha levado à conclusão de que o assunto merece ser tirado da superficialidade e trazido à tona realidades antes não mostradas. Mas qualquer tema, por si só, é demasiadamente amplo para permitir que seja trabalhado com facilidade e coerência. Surge então a necessidade de delimitação de campos de ação. Se não definir muito estreitamente o objetivo a ser investigado, será muito difícil chegar a um final razoável. Há que se definir um âmbito reduzido e um fio condutor. E, mediante sucessivas investigações pontuais, chegue à possibilidade de delimitação de um marco bem mais amplo. Todo o tema de investigação que um jornalista possa definir como objetivo apresenta uma gama de zonas de qualidade informativa e estrutura operativa variada e diferenciada entre si.

A checagem dos dados obtidos também é outro aspecto relevante na investigação jornalística. Quando um jornalista obtém um dado, antes que o publique – logicamente – sempre é aconselhável que dedique um tempo para confirmá-la, checá-la. Para confirmar um dado de procedência oral, o primeiro passo será chegar a uma validação da fonte. Se não é confiável (e cada um deverá definir seus critérios de confiabilidade) será recomendável descartar a informação ou, ao menos, mantê-la em reserva, até que obtenha algum outro dado de apoio procedente de alguma outra fonte, oral ou documental, que traga a confiança necessária para a publicação. Depois de validar a fonte, é preciso validar o conteúdo. Em seguida, buscar fontes concordantes. Confrontar os fatos em, por exemplo, três fontes distintas. Ao introduzir uma terceira fonte as possibilidades de que o dado esteja certo são muito altas. O último passo desse processo de confirmação é a busca de uma prova documental.

Para esta pesquisa uma das principais estratégias investigativas analisadas é a consulta de documentos e arquivos. Uma estratégia, diga-se, fundamental para os que trabalham com jornalismo de investigação. Rodríguez utiliza-se de metáfora para dizer que o arquivo é, para o repórter investigativo, como um coração. E acrescenta que, sem ele, o

sangue informativo não circula, perde, assim, “*su objetivo de aportar el oxigeno vital y depurar los desechos funcionales que mantienen vivo y activo el cuerpo de la noticia*” (1994:110).

Podem ser citados todos e quaisquer documentos que carreguem consigo vestígios do fato. São fotografias, laudos periciais, registros de som, imagens, comprovantes de compra e venda e, principalmente a ser analisado neste trabalho, cadernos de anotações. A pesquisa também envolve busca a arquivos, públicos e particulares, leituras de livros, depoimentos de testemunhas dos fatos e consultas a especialistas que possam ajudar na formulação ou compreensão do que está sendo objeto de investigação.

O acesso à documentação também pode funcionar como uma medida preventiva para o repórter se defender perante tribunais, em casos específicos. Como geralmente trabalha com acusações envolvendo pessoas e/ou instituições, há casos em que não apenas as palavras das fontes e do autor das denúncias são suficientes como provas.

3.2. O espaço

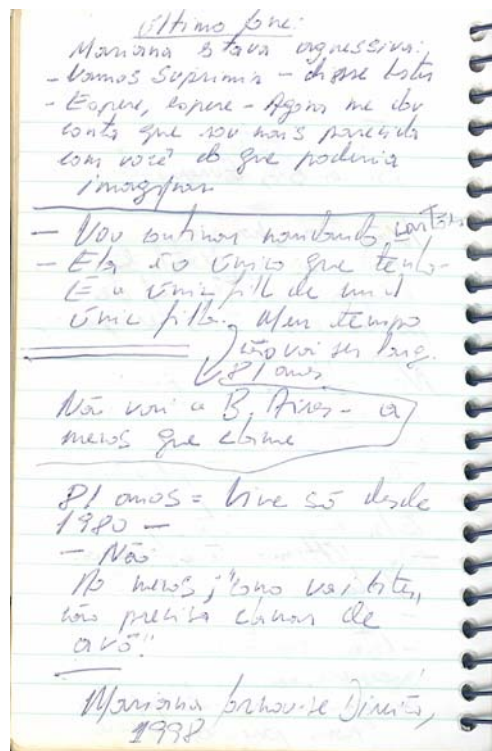
O espaço é um dos elementos importantes do jornalista Nilson Mariano. O termo é entendido não apenas como espaço físico por onde transita o jornalista em busca de informações, como, por exemplo, os arquivos onde se encontram os documentos liberados pela repressão, arquivos da justiça, arquivos de familiares, etc. Além desse sentido, nos referimos a espaço como esfera de significação social, que vai além da demarcação do espaço físico.

Essa configuração vai estabelecer uma relação estreita com a construção do perfil das vítimas da Operação Condor, delineado ao longo da investigação. E também servem para a composição do perfil dos torturadores e repressores, muitos deles ainda nem julgados ou acusados de crimes pela Justiça. Essa acusação parte, essencialmente, de documentos que o incriminam e de depoimentos dos familiares das vítimas.

Nos levantamentos preliminares realizados por Mariano, os endereços das vítimas estão delineados a partir dos países onde a Operação Condor efetivamente funcionou. Ou seja, os familiares dos militantes políticos que foram perseguidos e seqüestrados pelos regimes militares. As fontes para a localização dos endereços desses familiares são, invariavelmente, os grupos que ainda lutam contra a repressão e organizam as buscas de pessoas desaparecidas durante os regimes nesses países. E, ainda, em organizações que ainda hoje figuram como de esquerda e, que em anos anteriores, foram entidades filiadoras dos perseguidos políticos. Nesse aspecto, Mariano já começou a traçar um perfil do desaparecido político que povoa grande parte das páginas de seu livro-reportagem.

Embora a Operação Condor tenha atingido indivíduos de diferentes ramos sociais dos países, as vítimas são, na grande maioria das vezes, militantes de organizações que combateram de alguma forma a repressão. Entidades estudantis, organizações não-governamentais, partidos políticos, grupos políticos, igrejas, grupos de amparo a familiares desaparecidos políticos.

É importante lembrar que o espaço dos personagens também cresce com a investigação de Nilson Mariano. O jornalista transforma a história e a vida do personagem bem além do espaço determinado em jornais sobre os casos. Ou seja, o personagem ganha vida no livro, tem sentimentos, tem expectativas, bem mais do que foi ou será escrito dessas mesmas pessoas nos jornais. No espaço do jornal, o discurso é constituído pela fala oficial, ou de fontes oficiais, especialmente na época em que os desaparecimentos ocorreram, com a imprensa sob censura. Como foi o caso de uma das anotações do jornalista.



Transcrição

Último fone:

Mariana estava agressiva:

- Vamos suprimir – disse Éster

- Espere, espere – agora me dou conta que sou mais parecida com você do que poderia imaginar

- Vou continuar mandando cartões

- Ela é o único que tenho

E é a única filha de meu único filho

Meu tempo não vai ser long.

81 anos

Não vai a B. Aires – a menos que ela chame

81 anos – vive só desde 1980 –

Não

Ao menos, “como vai Ester, não precisa chamar de avó.”⁵

⁵ O texto que foi publicado no livro: Num dos telefonemas de 1999, Mariana mostrou-se agressiva. Ultimamente, estava irritada com entrevistas que Ester concedera lembrando o crime. Para familiares de vítimas, rememorar o passado era percorrer novamente o calvário, remexer em ferida que jamais cicatrizava. Eles se submetiam ao sofrimento psicológico de contar novamente, quando podiam e eram solicitados, como recurso para evitar o esquecimento. No caso de Dona Ester, ela se aferrou a detalhes – citava datas, frases, nomes e locais sem hesitar – para testemunhar o genocídio que ceifou jovens brilhantes e decompôs famílias. Mariana agastou-se com uma dessas entrevistas, sentiu-se exposta à opinião pública. Por isso, estava intolerante ao telefone. Éster lembrou que propôs “suprimir” a conversa telefônica. Então, ouviu algo que pareceu alentador.

Mariana formou-se Direito
1998

Uma das passagens importantes no livro de Mariano refere-se à busca de mães e avós que tiveram filhos e netos seqüestrados por militares durante as ditaduras. Foi um momento em que o jornalista pôde acrescentar vida aos personagens, mostrando suas angustias e seus medos diante das conseqüências daqueles tempos. Ao traçar um breve perfil da uruguaia Éster Gatti, que teve a neta seqüestrada, Mariano demonstra esse crescimento e essa possibilidade de reviver o personagem, o que dificilmente conseguiria fazer em sua rotina diária no jornal. “*Ester Gatti mostrava-se uma legítima senhora de cepa uruguaia, que encantava à primeira vista, por combinar polidez, suavidade e firmeza em doses generosas. Ela teria motivos para sucumbir ao peso dos infortúnios, mas se mantinha digna e serena*” (Página 134). É a personagem ganhando vida no livro, com sentimentos expectativas, tristezas, alegrias.

A filha de Éster, Maria Emilia, então com 20 anos, moradora de Montevidéu, era militante de esquerda, ideóloga do Partido pela Vitória do Povo (PVP). Ela e o marido, Jorge Zaffaroni, se alinharam junto com estudantes, intelectuais e trabalhadores alimentando o sonho de construir uma “sociedade igualitária”. Quando os policiais bateram na casa da família Gatti, Maria Emilia e Jorge estavam clandestinos, em algum lugar na capital do Uruguai. O casal, apoiado pela família, fugiu para Buenos Aires, separadamente.

Primeiro, foi María Emilia. Depois Jorge. Éster, acompanhada do marido, Ramón, passou a viajar com freqüência para a Argentina para visitar a filha e o genro. Em 22 de março de 1975, nasceu a filha do casal, Mariana Zaffaroni Islãs. María Emilia trabalhava como datilógrafa, enquanto Jorge fazia artesanato em couro. Em setembro de 1976, Ester

- Espere, espere...Agora me dou conta de que sou mais parecida com você do que poderia imaginar, disse Mariana, prolongando o telefonema.

A reação de Mariana levou Éster a intuir que ainda havia um fio de esperança ligando avó e neta. Talvez os ditadores não tivessem conseguido apagar totalmente a verdadeira identidade de Mariana Zaffaroni Islãs, a filha de Jorge e María Emilia. A professora decidiu que continuaria enviando cartões.

- Ela é a única pessoa que eu tenho, e o meu tempo não vai ser longo. É a única filha de minha única filha. Ela não precisa me chamar de avó. Basta, ao menos, que pergunte como eu vou... (página 139)

recebeu o telefonema da nora Lucía, aflita, comunicando que havia dois dias não tinha notícias do irmão, de María Emilia e de Mariana.

Os três haviam sido seqüestrados. Durante duas semanas Ramón e Ester procuram a filha, o genro e a neta. Pediram ajuda na sede da ONU e na embaixada do Uruguai em Buenos Aires. Recorreram a hospitais, orfanatos, albergues. Publicaram anúncios em jornais. Nenhuma pista. As buscas continuaram em Montevideú. Ester manteve penosas entrevistas com oficiais do serviço de inteligência. E como as gestões com os órgãos oficiais eram infrutíferas, os avós de Mariana começaram a se articular com os grupos de mães de desaparecidos, que recém se formavam, no Uruguai e Argentina. Em janeiro de 1983 surgiram as primeiras pistas do paradeiro de Mariana. Em 1984, a avó confirmou a localização da neta desaparecida.

Mariano descreve como foi a descoberta. *“Mas o encanto inicial de rever a neta se converteu em horror. Depois de matar María Emilia e Jorge, os verdugos entregaram Mariana para um comparsa, o agente de inteligência Argentina Miguel Angel Furci e sua mulher, María Gonzáles. Utilizando documentos falsos, eles a rebatizaram de Daneila Romina”* (Página 137). Dona Ester foi se aproximando da família adotiva. O casal Furci, com a descoberta do crime, fugiu para Assunção, no Paraguai. Na época com 66 anos e viúva, Ester foi atrás, investigando por conta própria. O casal foi preso em 1992, quando voltaram à Argentina. Foram condenados por subtração de criança e falsificação de identidade. Um exame de sangue comprovou a verdadeira identidade de Mariana. A avó Ester localizou a neta, mas Mariana escolheu os pais adotivos. Nem a história e as fotos dos pais verdadeiros, María Emilia e Jorge, comoveram Mariana.

Um dos últimos telefonemas de Ester à neta foi apanhado no caderno de anotações de Mariano. Ele descreve em algumas frases como foi a agressividade de Mariana ao receber a ligação de Ester e como, aos poucos, a moça foi se acalmando até, no final da conversa, admitir que precisava da avó. Em 13 linhas escritas, Mariano colheu a matéria-prima para descrever, depois, no livro, em uma página a angústia do diálogo. No texto final

publicado no livro, ao contrário do registrado nas anotações, Mariano diz que o telefonema deu novas esperanças à avó de reatar com a neta. O texto publicado mostra também a possibilidade de o jornalista descrever com detalhes todos os aspectos que envolveram a história. Possibilitou, inclusive, traçar um perfil psicológico dos personagens, coisa que, nem sempre, é possível fazer no jornalismo diário cotidiano. O jornalista, então, transformou a história e a vida dos personagens bem além do espaço determinado em jornais.

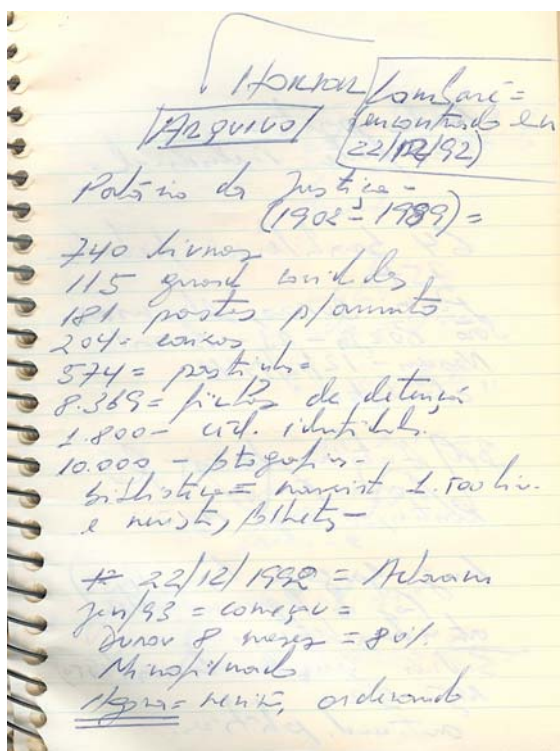
3.3.O tempo

Na obra de Mariano e no próprio processo de investigação, são colocados diferentes momentos temporais. Nilson Mariano apurou casos que se passaram há mais de 20 anos. A pesquisa compreende os anos de 1968 – data do endurecimento de alguns regimes militares na região do Cone Sul – até meados da década de 80 e foi realizada entre 1995 e 2002. Assim, vários momentos estão envolvidos na investigação. Nesse espaço entre os acontecimentos, 1968 em diante, até o processo investigatório, a partir do ano 2000, há um grande intervalo de tempo. Amplie-se a dificuldade de apuração pelo fato de que muitos desses dados ainda não estavam públicos e muito pouco havia sido publicado em jornais ou mesmo em livros sobre o assunto. Entre os acontecimentos e a investigação muito tempo pode decorrer. A vinculação temporal da notícia é dada pelo imediato. Ela está condicionada a fixar o aqui e o já. No caso, o aqui é o que aconteceu há mais de 20 anos, muito tempo em se tratando de jornalismo impresso, por exemplo. Os documentos investigados por Mariano, entretanto, já delimitam um outro estágio temporal. Meses ou anos depois de se passar os assassinatos e os desaparecimentos. E mais os processos judiciais ou formulação de denúncias de familiares dos desaparecidos, em um espaço temporal ainda maior.

A investigação de Mariano, portanto, aciona temporalidades outras que perpassam as notícias de jornais e a redação de documentos oficiais ou de denúncias dos familiares. A questão da atualidade assume, então, um significado diferenciado na investigação. E

mesmo enquanto investigou o caso para o jornal em que trabalha, Mariano precisou lidar com a temporalidade de forma diferenciada. Enquanto publicava matérias sobre os casos no jornal, e que precisavam ser anunciadas de imediato, trabalha também nos acontecimentos ou informações que pudessem sobreviver por mais tempo, no caso, no livro-reportagem. A apuração do jornalista se volta para estágios temporais anteriores e, muitas vezes, posteriores ao fato já publicado pelos jornais, mesmo que em espaços insignificantes.

A temporalidade passada, o jornalista recupera via documentos oficiais ou processos de investigação militares, que abrigam depoimentos de militares, de vítimas, laudos, versões oficiais, relatórios e pareceres. Em certos momentos a recuperação dessa temporalidade ocorre também diretamente por meio de conversas do jornalista com familiares ou amigos das vítimas, recuperando cenários e histórias dos personagens retratados no livro. Lembranças que ajudam a compor a vida das pessoas selecionadas para constarem na publicação.



Transcrição

Horror

Arquivo/Lambaré + encontrado em 22/12/92

Palácio da Justiça – (1902-1989)

740 livros

115 gavetas

181 pastas

204 = caixas

574 = pastinhas

8.369 = fichas de detenção

1.800 – céd. Identidades

10.000 – fotografias

Biblioteca = 1.500 livros e revistas, folhetos

22/12/1992 = acharam

Jan/93 = começou =

Durou 8 meses = 80%

Microfilmado⁶

Outra incursão ao passado chega à investigação via consultas de arquivos militares – principal matéria-prima de composição da situação do perseguido político ou mesmo de operações militares durante os regimes ditatoriais. Como foi o caso do momento em que o jornalista, descreve no livro, a descoberta dos documentos que comprovaram a realização da Operação Condor pelas ditaduras do Cone Sul. Na relação Mariano especifica toda a

⁶ Publicado no livro: Em 22 de dezembro de 1992, surgiram provas documentais da aliança entre as ditaduras militares do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Brasil, do Paraguai e da Bolívia – as mantenedoras da Operação Condor. Por volta das 11h daquele dia, foram descobertas, no Departamento de Produções da Polícia da Capital (em Lambaré, a 20 quilômetros de Assunção), toneladas de documentos, pastas, fitas, fotos e fichas acumuladas ao longo de 35 anos. Na montanha de papel, batizada de “Arquivo do Terror”, encontrava-se evidências da cooperação governamental para caçar adversários políticos além-fronteiras. Foi a confirmação de denúncias dos familiares de vítimas e dos que sobreviveram ao terrorismo continental. A descoberta do “Arquivo do Terror” começou quando o advogado e educador Martín Almada, ex-prisioneiro político, solicitou um hábeas data (instrumento judicial que permite o acesso e a consulta de dados pessoais em registros públicos), com o apoio de dois advogados do Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência, Pedro Darío Portillo e Rodolfo Aseretto. Em 1º de dezembro de 1992, diante do silêncio de autoridades, a Justiça intimou o então chefe de investigações da Polícia da Capital, Santiago Flores Torres, para que respondesse. Seis dias depois, veio a resposta de que todos os documentos haviam desaparecidos “com os acontecimentos” de 2 e 3 de fevereiro de 1989 (o golpe que derrubou Stroessner). Inconformado, Martín Almada pediu uma investigação. No dia 22, uma comissão, liderada e o Juiz José Agustín Fernández, teve permissão judicial para entrar no Departamento de Produções da Polícia. Depois de romperem o cadeado de uma habitação, acharam o arquivo secreto. Parte estava enterrada em um pátio, dentro de sacos plásticos, desses para acondicionar lixo. No mesmo dia, os documentos foram levados para o gabinete do Juiz Fernández, no Palácio de Justiça, em Assunção, e guardados sob custódia. O acervo totalizou 700 mil fôlios. A distribuição: 740 livros, 115 gavetas, 181 pastas, 204 caixas, 574 pastinhas, 8.369 fichas de detenção (64 de brasileiros), 1.888 cédulas de identidade, não menos de 10 mil fotografias e 543 fitas cassetes. Juntos, 1.500 livros, revistas e folhetos apreendidos de grupos de esquerda. (páginas 237/238)

documentação separando o acervo por países, quais sejam, Brasil, Argentina, Chile Uruguai e Bolívia. Os documentos possibilitaram a reconstituição de formas de torturas e adequação para a temporalidade exposta no livro-reportagem, trazendo os acontecimentos de um passado recente para a memória e o imaginário do leitor do século 21.

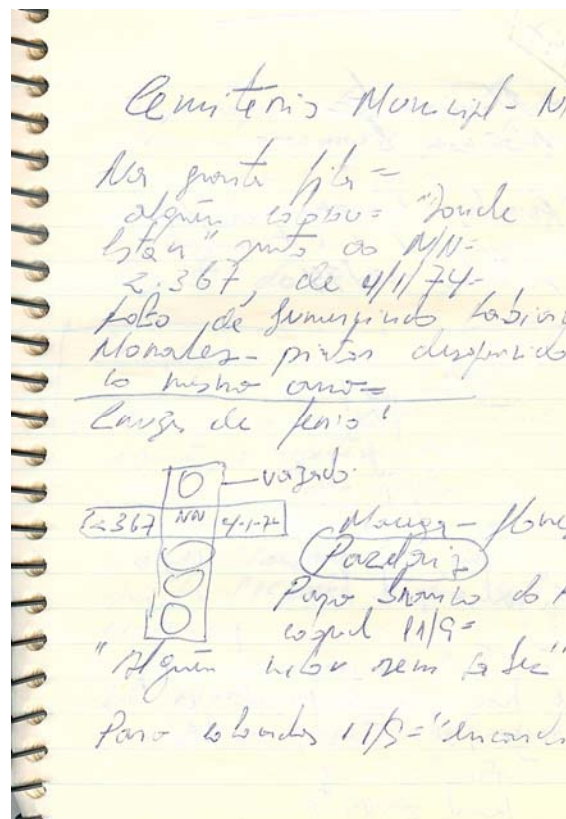
3.4. Interlocução com si mesmo

No trânsito de falas que estruturam uma produção jornalística, há diversas trocas entre repórteres, pauteiros, chefes de reportagem. Mas há, nos cadernos de anotações de Nilson Mariano, um claro trabalho de investigação solitário, onde o jornalista dialoga com as fontes e com si próprio. Não há presença de outras interlocuções. Em muitos momentos, nas transcrições das entrevistas, o jornalista mistura sua própria fala com a fala dos entrevistados, jogando para primeira pessoa a informação recebida da fonte, como se ela mesma estivesse escrevendo – ou falando – para o jornalista em seu caderno. É a palavra de outro inserido na investigação jornalística de Mariano, como se a fonte pudesse ser o referente no levantamento de dados para a reportagem que será realizada.

O processo de indicação da palavra de outrem na investigação está também na relação entre Nilson Mariano e suas fontes de informação que não apenas as que indicam depoimentos pessoais sobre familiares e/ou amigos mortos ou desaparecidos. No contato com as fontes judiciárias, ou com as fontes bibliográficas de pesquisa, fica claro que o jornalista checkou cada detalhe levantado nos depoimentos.

As anotações são vagas em detalhes, mostrando apenas a fala básica dos entrevistados, sempre exigindo complemento ou aprofundamento no tema, que fatalmente seria feito em um trabalho pós-entrevista. O processo mostra também que o jornalista utilizou outro componente importante na confecção final do texto: a observação. Há detalhes no texto final, do livro-reportagem, que não estão explícitos nas anotações dos cadernos.

A relação de Mariano com suas fontes revela a cada instante tratar-se de um ato comunicativo. Todo o processo de semiose – isto é, todo o percurso que envolve a ação do signo – já é em si um fenômeno comunicativo. De certo modo, a comunicação, entendida aqui como transporte de informação, aquilo que vai de um lugar a outro, pode ser aplicado e exemplificado na comunicação que o jornalista manteve consigo mesmo no momento em que desencadeava o jogo investigativo. Existe na semiótica a manifestação de diálogos internos e externos. Peirce em sua teoria faz remissões a esse ponto. Para ele, todo pensamento é dialógico na forma, seja quando se manifesta externamente, isto é, entre dois ou mais indivíduos, ou internamente, através do pensamento de uma mesma pessoa.



Transcrição

Cemitério municipal N/N
 na ponta fita =

alguém colocou = “donde estan” junto ao N/N
 2.367, de 4/1/74
 foto de Gumercindo Fabian Morales – pintor desaparecido
 no mesmo ano
 cruz de ferro – vazado
 2367 NN 4-1-74
 Macega - flores
 Pardais
 Pano branco do PC
 “Alguém levou sem saber”
 Pano colocados 11/9 = “encardido”⁷

Nas anotações acima, Nilson Mariano dialogou consigo mesmo ao descrever, mentalmente, a cena que encontrou no cemitério. Através de imagens que depois passou para o papel, o jornalista explicitou a agonia e a indiferença dos pássaros em relação às covas dos desaparecidos políticos. Peirce explica que, na mente de um mesmo indivíduo, aquilo que se processa é o diálogo entre diferentes fases do ego. Daí compreende que os pensamentos de uma pessoa são o que ela diz a si mesma. Quando isso ocorre, diz-se que ela está falando para seu outro eu, aquele que apenas aparece no fluxo do tempo. “Quando raciocinamos, é aquele eu crítico que tentamos persuadir; e segundo todo pensamento, qualquer que seja, é um signo, e é, na maior parte das vezes, da natureza da linguagem” (PEIRCE, 1977). De todo modo, estamos cientes de que parte da conversa do repórter restringiu-se a seus processos mentais. Portanto, com estes dados não poderemos mais contar, visto que nem todo o pensamento do autor foi registrado no momento de sua

⁷ Publicado no livro: Impossível camuflar as marcas do terror que convulsionou o Chile. Na capital Santiago, o Pátio 29 do cemitério geral era testemunha – silenciosa e tétrica – da guerra de extermínio. Despidas e ásperas, cruces de ferro se erguiam em meio à macega do local para assinalar os túmulos dos que foram eliminados pela ditadura. As sepulturas rasas não tinham lápides nem campas. Os mortos não jaziam, foram escondidos. No centro da cruz, apenas a inscrição “N.N.” (nenhum nome) (página 215). Em algumas cruces de ferro, havia sinais (uma flor de plástico ou uma vela apagada pela metade) de que visitantes em luto tentaram reverenciar seus mortos. Na sepultura 2.367, alguém colocara o cartaz com a inscrição *Donde están?* e a foto do desaparecido Gumercindo Fabian Morales. O autor do gesto imaginava que a ossada de Gumercindo estivesse nessa tumba, porque as datas do desaparecimento e do enterro coincidiam. A cada 11 de setembro, nas manifestações contra o golpe, os comunistas costumavam amarrar tiras de pano nos braços das cruces de ferro. No mês seguinte, os panos começavam a desfiar e a encardir com a ação do vento, das chuvas e da poeira. Passadas as datas de protesto e as raras aparições de familiares desesperados, apenas os pardais habitavam o Pátio 29. Esses pássaros urbanos embalavam-se nos arbustos, evitando o metal frio das cruces, como se entendessem o mal que representavam (página 217).

elaboração. Mariano, ao longo de suas anotações e especialmente nesta, dá vazão a um pensamento metafórico, que se reflete em seu texto publicado.

3.5. Linguagens inter cruzadas

Uma constatação relativa ao caderno de anotações do jornalista revela a necessidade do autor na busca da checagem das informações recebidas nas entrevistas. Ou a ampliação do universo contado pelos entrevistados. No processo jornalístico, de um modo geral, o jornalista pode retornar à fonte para confirmar ou não determinada informação. A intenção é tentar reduzir o risco de erros de interpretação, que eventualmente possam ocorrer entre a fala do entrevistado – no momento da entrevista – e a redação do texto do repórter. Tais consultas podem ser desde a aferição de nomes, datas, valores e até outras declarações mais fortes do entrevistados, ou mesmo revelações que necessitem de checagem. Mariano recorreu, a julgar pelas anotações, a muitas checagens em bibliografias sobre o tema, indicadas e anotadas entremeadas com as declarações dos entrevistados, visualizando a checagem posterior, utilizando-se da observação ou experiência colateral⁸.

Mas a condenação é um
 passo importante. A
 respeito de verdades
FAMILIA
 Juan Pablo 15 de agosto
 Jte Ignacio, 17 - agosto
 Francisco, 19 - pinto EVA
 Christian, 203
 1º EVA - Bishop: tanto. Galibini
 Juan Pablo - deput. PS.
 Mãe - Isabel MOREL -
 no CH.

⁸ Ver primeiro ponto (2.1) do segundo capítulo, Jornalismo e semiose.

Transcrição

FAMILIA

Juan Pablo 15

Jose Ignacio, 17 – arquit.

Francisco, 19 – pintor EUA

Cristian, 20

EUA – biolog teatro

Juan Juan Pablo – departl PS

Mãe – Isabel Morel – no CH.

O material analisado do jornalista Nilson Mariano é indicativo de que a investigação se apresenta como um complexo mecanismo que funciona não apenas como espaço para mera adoção de linguagens, em que códigos específicos de uma são tomados emprestados à outra. Mas, fundamentalmente de intercruzamento de linguagens, a partir do próprio diálogo do autor com suas fontes. Como na entrevista com a irmã do ex-chanceler chileno Orlando Letelier – assassinado em setembro de 1976, nos Estados Unidos, por agentes norte-americanos –, Fabíola Letelier Del Solar. Nas anotações Mariano limitou-se a transcrever palavras-chave para a composição posterior do texto, com pesquisa ampliada.

Sobre a família, ele escreve, nas anotações: Juan Pablo, 15; Jose Ignacio, 17, arquiteto; Francisco, 19, pintor EUA; Cristian, teatrólogo. No texto final, publicado na página 210 da edição brasileira, o autor descreve: “*A família de Orlando Letelier tentou retomar a vida depois do atentado. O filho mais novo, Juan Pablo, elegeu-se deputado pelo partido socialista. A viúva, Isabel Morel, morava no Chile, com o filho Jose Ignacio, arquiteto. Os outros filhos, o pintor artístico Francisco e o teatrólogo Cristian, continuaram nos Estados Unidos*” (página 211). Não apenas neste exemplo, mas em muitas partes das anotações, Mariano escreveu mais do que havia anotado. E isso veio através de pesquisa ampliada, seja na bibliografia da família ou mesmo em publicações sobre sua vida. Um intercruzamento de linguagens entre o jornalista, a fonte e a pesquisa. A experiência colateral desenvolveu o papel de complemento na busca de objetos e interpretantes ideais, tentando suprir carências colocadas pela generalidade apresentada pelo signo, que consegue representar apenas uma parte, um aspecto do objeto.

3.6. Diálogo interno no processo comunicativo

Todo o percurso que envolve a ação do signo, ou o processo de semiose, é em si um fenômeno comunicativo. “*O que é a comunicação senão a produção de signos para serem interpretados?*”, disse Ransdell (SALLES, 1990). A comunicação, entendida aqui como transporte de informação, o que vai de um lugar a outro, teve muito de seu processo a partir do estudo do método investigativo do jornalista, já demonstrado em páginas anteriores. Mas há um esquema comunicacional que o repórter com sua pesquisa estabeleceu ao longo do percurso.

Há, por certo, uma comunicação interna que o jornalista manteve consigo mesmo no momento do desencadeamento do jogo investigativo. Na semiótica, há a manifestação de diálogos internos e externos. Peirce faz remissões a esse ponto. Para ele, todo pensamento é dialógico na forma, seja quando se manifesta externamente, isto é, entre dois ou mais indivíduos, ou internamente, através do pensamento de uma só pessoa.

Na mente de um mesmo indivíduo, aquilo que se processa é o diálogo entre diferentes fases do ego. Daí compreende que os pensamentos de uma pessoa são o que ela diz a si mesmo. Quando isso ocorre, diz-se que ela está falando para o seu outro eu, aquele que apenas aparece no fluxo do tempo. Ou seja, quando raciocinamos, é aquele eu crítico que tentamos persuadir e, segundo todo pensamento, qualquer que seja, é um signo, e é, na maior parte das vezes, da natureza da linguagem. (PEIRCE, 1977).

Comprovamos, através das anotações de Mariano, que grande parte da conversa do repórter restringiu-se aos seus processos mentais. E, com esses dados, não podemos contar, visto que nem todo o pensamento do autor foi registrado no momento de sua elaboração. Outros fragmentos do diálogo, entretanto, foram captados e anotados durante a investigação que o levou ao livro sobre a Operação Condor.

Para Jakobson (1975), quando falamos que a linguagem ou qualquer outro sistema de signos serve de meio de comunicação, devemos nos prevenir ao mesmo tempo contra qualquer concepção restritiva dos meios e fins comunicativos. Nesse sentido, ele observa que o caráter intrapessoal da comunicação é tão importante quanto ao seu aspecto interpessoal. “A fala interior, penetrantemente concebida por Peirce como ‘diálogo interno’, é um fator cardeal na rede de linguagem e serve de conexão com o passado e o futuro da pessoa” (1975).

14h = Juan Pelagosa, 33⁰⁰
 ante puerta de la luz e
 J. L. Cantos -
 Alppm'g. ~~10 40~~
 Cons. Portugal = ~~10 40~~
 -78 4061=
 79 6456=
 Poca, 1128-701
 Av. Amíl e la Senda
 9h - 14h30m.
 063-8214659
 Paulo

6m d's, - ¹⁰⁵
 864-3475
 32 & 4
 4 e ad.
 Lou Montin =
 L. H. T. Vander =
 381.7815 = fup de
 Antelope, fons n'es = 15h30m.
 Call. Combate de Povo = 764
 Ligo p. D. H. Homen =
 371.8067
 Comets, 1.785 - 2º piso - C
 Gula Zoroban.

Figura 1

Figura 2

Pelas anotações nos cadernos, percebe-se que o jornalista é um interlocutor de seu próprio processo (figura 1). A recepção de seu pensamento vem em forma de endereços, horários, pesquisas a serem feitas, etc. Na verdade, parte das anotações funciona como uma lista de controle do trabalho. As rasuras, por outro lado, mostram não apenas a projeção de entrevistas com as fontes, mas também contatos que possam ser feitos para checagem e complemento das informações posteriormente recebidas (figura 2), através de registros de telefones e outras fontes a serem consultadas. O jornalista lembra a si a necessidade consulta de outros documentos oficiais (figura 3), como o do Instituto de Ciências Alejandro Lipschutz (Ical), citando o nome do diretor, Oscar Azócar, e a consulta do Relatório Rettig, onde ele presumivelmente encontraria informações de testemunhas dos países envolvidos na Operação Condor. É o jornalista dirigindo-se a si mesmo, definindo métodos e disciplinas. Um diálogo interno. O repórter exige de si o cumprimento daquelas tarefas, ou seja, ele mesmo atuando como emissor e receptor daquilo que escreve. Lotmann (1978) denomina esse processo de autocomunicação, observando que essas duas instâncias (emissão e recepção) podem se unir numa só pessoa. Nesse caso, entende-se que um indivíduo que fala consigo representa dois, isto é, reúne nele “o locutor e o auditório”.

Instituto Ciencias
Alejandro Lipschutz
(ICAL)
Oscar Azócar
director

Estadys Marin -
mi. j. PL Chile =
emb. j. marini =
"Regimen de Espionaje" - de 1976
en OG

El Siglo =
otro

1976 - o uno non duró.

Com. Rettig = omisión de
testimonios de personas en
otras partes - finis e
iniciación -

Figura 3

3.6. Observação real e crítica

O repórter-investigador Mariano preocupa-se na contextualização dos fatos. E detém-se a detalhes via uma observação real e crítica que depois são reproduzidos em sua obra. Como nas anotações sobre o desaparecimento no Chile da brasileira Jane Vanini. Ela foi morta em 6 de dezembro de 1974, aos 29 anos, na cidade balneária de Concepción, ao sul de Santiago, e depois sepultada clandestinamente num campo-santo, como indigente. Mariano retoma a história a partir de 26 de agosto de 1998, quando a médica legista Patricia Hernandez e técnicos do Serviço Médico Legal (SML) de Santiago escavaram o cemitério número dois de Talcahuano, o campo-santo, achando restos mortais que poderiam ser de Jane Vanini. Foram descobertos fragmentos ósseos como a mandíbula, com parte dos dentes intacta.

JANE VANINI - MIA

Dra. PATRICIA HERNANDEZ
 Identificación Médico Legal
 Servicio Médico Legal de Chile
 Chile Unidad Identificación

Partes de ela - Braço esquerdo -
 O Mos esquerdo - Fíbula
 O crânio, restos de osso -
 Talvez parte dos dentes -
 Ensim parte = parte de
 mandíbula superior e inferior.
 Não possível exame de
 ADN -
 Dos ossos grandes - como o
 fêmur - E não há o fêmur.
 Se pode conseguir ADN de
 crânio e partes dentárias

Pode pensar que outros ossos

Transcrição

JANE VANINI – MIR

Dra. PATRICIA HERNANDEZ

Identificacion Medico Legal

Servicio Medico Legal de Chile

Chefe Unidad Identificacion

Pátio de la remonido

O Mir esqueceram = FICOU O CRANIO

Talvez possa ser dela

Crânio parte = parte de

Maxilar superior e inferior

Já pedido exame de

ADN –

Dos ossos grandes – como o

Fêmur – e não há o fêmur

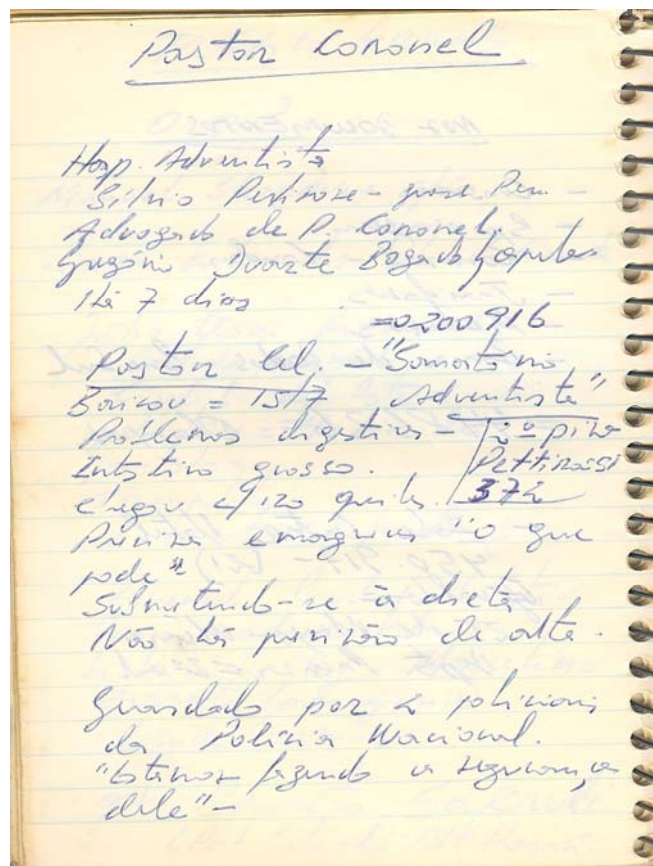
Ele pode conseguir ADN de

Crânio e peças dentários

Pode pensar que outros ossos

Mas a acidez das palavras que não são explicitadas nas anotações surge depois nas páginas do livro. Com o título “A mandíbula e as gaiotas”, Mariano traça um panorama sombrio, trazendo imagens da descoberta dos ossos. “*Os pedaços de ossos estavam num terreno úmido, perto de sólidas tumbas em formas de casa, encimadas por cruces inclinadas, rigorosamente na mesma posição diagonal, como se estivessem caindo todas ao mesmo tempo e para o mesmo lado*” (Página 316). Nas anotações, Mariano descreve o estado do crânio encontrado, mas não dá detalhes. Na página 318, define a descoberta com uma indignação contida e, ao mesmo tempo, poética. “*Na virada do milênio, os pedaços de osso e dentes frontais – incrivelmente alvos e intactos – permaneciam sobre a mesa da doutora Patrícia à espera de uma gota de sangue para a elaboração do teste de DNA. Os*

vestígios que poderiam ser de Jane Vanini foram descobertos no inverno de 1998: bajo de um céu flanqueado de gaivotas (sob um céu repleto de gaivotas)". Novamente, Mariano faz emergir um pensamento metafórico, característico de sua escritura.



Transcrição

Pastor Coronel

Hosp. Adventista

Sílvia Peritone

Advogado de P. Coronel

Gregório Duarte

Há 7 dias

= 0200916

Pastor Cel. “somatório
 Baixou = 15/7 Adventista”
 Problemas digestivos 2º piso Petirossi 372
 Chegou c/ 120 quilos
 Precisa emagrecer “o que pode”
 Não há previsão de alta
 Guardado por dois policiais
 Da Polícia Nacional
 “Estamos fazendo a segurança dele”

Outro exemplo da crítica está expressa quando da escritura dos perfis de personagens da ditadura militar. Um deles, o burocrata do Ministério da Educação do Paraguai, Pastor Milciades Coronel, que comandou a polícia política do País na segunda fase do regime militar. “O corpanzil que se esparramava sobre a cadeira acolchoada do gabinete se transformou em fúria. Foi mais abnegado, o mais violento, o mais inclemente dos torturadores”, descreve Mariano (Página 256). Nas anotações da figura acima, Mariano relata a chegada do Pastor Coronel ao Hospital Adventista, já nos tempos atuais, quando ele sofre de problemas digestivos. Mariano relata que foi até o hospital para tentar uma entrevista com o torturador. Era a segunda tentativa – na primeira, Coronel mandou dizer que só conversaria com seu advogado e com sua mulher (estava já preso no presídio da Guarda de Segurança do Exército, em Assunção). Uma enfermeira comunicou que Coronel precisava emagrecer e não poderia ser importunado.

Implacável, a descrição do “carrasco” Coronel foi minuciosa. “*Se as prisões de Stroessner eram o inferno, Pastor coronel encarnava o demônio. Recepcionava os prisioneiros empunhando barras de ferro, o corpo de aproximadamente 120 quilos crescendo avassalador, bradando o refrão: ‘você é um bandido! Um comunista! Vamos mata-lo!’*”. E continua: “*Pastor Coronel odiava comunistas, especialmente os altivos. Imobilizado contra a parede, amarrado e amordaçado, o preso político Angel Soler foi espancado brutalmente (...). Utilizando barras de ferro, os torturadores começaram*

golpeando as mãos e, gradativamente, metodicamente, pedaço por pedaço, amassando carnes, quebrando ossos". Para concluir, em seguida: *"Em certo momento, tiraram a mordaca da vítima. Talvez juntando as últimas gotas de energia, Soler teria aproveitado para cuspir no rosto redondo de Pastor Coronel. Enlouquecido, o torturador desferiu um soco no peito de Angel Soler, tão violento que teria provocado a morte, por parada cardíaca"*. (Página 259). O texto, ao aproximar-se da literatura, torna-se icônico (raciocínio por semelhança). Mariano também repete a fórmula de utilização de seu pensamento metafórico, que vai povoar a maior parte de suas escrituras no livro.

Conclusão

Uma investigação como a do jornalista Nilson Mariano se configura em um percurso aberto a leituras de diversos níveis. Nesta pesquisa abordamos alguns aspectos que serão aqui retomados, descartando, entretanto, qualquer pretensão de uma conclusão definitiva sobre o significado do processo investigativo do pesquisado. A presente pesquisa também se orientou na possibilidade de que este trabalho possa contribuir para a expansão da análise dos processos jornalísticos, na contramão da tendência de estudos que abordam, tradicionalmente, o jornalismo sob o ponto de vista de seus produtos ou de material já editado.

Na primeira parte do trabalho, a pesquisa procurou demonstrar, via teorias e histórias do jornalismo, as limitações impostas na esfera jornalística. O contar histórias do jornalismo dentro de critérios estabelecidos na profissão, nos processos, nas suas rotinas. Essas histórias, ou notícias, são influenciadas por fatores que podem ser vistos como construções amparadas em critérios como noticiabilidade, características tecnológicas dos meios noticiosos, logísticas de produção jornalística, constrangimentos orçamentários, inibições legais, disponibilidade de informação de fontes, narrativas utilizadas para contar histórias e formas de aparência dos próprios acontecimentos.

E, a partir, desse histórico, relacionar o jornalismo com a semiótica. A partir da análise do real do ponto de vista semiótico. O jornalismo ainda se ancora na idéia de lidar com a realidade como uma matéria-prima virtual, localizando no relato idôneo e objetivo dessa realidade sua função. Objetividade no sentido de que o repórter, ao produzir o relato de uma ocorrência, deve libertar-se de qualquer interferência de cunho subjetivo e ser o mais fidedigno possível aos fatos. Sua mediação seria neutra, como se os fatos pudessem falar por si próprios a despeito de qualquer interferência. Com a mescla do ponto de vista semiótico, podemos afirmar de que essa noção de objetividade perde força, mostrando que a possibilidade de interação dos diferentes gêneros no jornalismo (opinião e informação) pode perfeitamente conviver com trocas de significação.

A partir daí, procuramos mostrar um pouco do jornalismo interpretativo e da investigação jornalística. O primeiro, ampliando o leque de possibilidades de textos jornalísticos, trazendo mais ângulos, mais visões de um acontecimento antes espremido entre a necessidade da objetividade, de um lado, e o cumprimento de regras impostas pelo jornalismo convencional, como o lide e a pirâmide invertida – com as linhas de tempo e espaço se definindo num circuito mais amplo. Em contrapartida do jornalismo como negócio, mercadoria, rotinizando o trabalho permitindo ao repórter trabalhar com maior eficácia empresarial. O profissionalismo, visto como método de controle do trabalho, consiste em dominar as técnicas da escrita, mas também o domínio de saber quem contatar e que perguntas fazer, ou seja, ter o saber de procedimento.

As empresas jornalísticas tentam impor uma estrutura sobre o tempo, que permita levar a cabo o seu trabalho diário. Tal como se espera que acontecimentos julgados com valor-notícia ocorram em alguns locais institucionais, mas não em outros locais, também se espera que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. O ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas. Os acontecimentos estão enterrados na teia da faticidade, ou seja, o tradicional quem, o que, quando, onde, como e por que do lide tradicional.

Os acontecimentos são mais facilmente observáveis porque estão definidos no espaço e no tempo. No espaço, através de reportagens pré-determinadas, com tamanhos definidos, tornando-se uma camisa de força à criatividade profissional. No tempo, pela tirania do relógio, do prazo de fechamento, pressões por produção em determinado período, práticas levadas a cabo para responder à estrutura criada pelo fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa e, às vezes, do próprio dono, pelos imperativos do jornalismo como negócio, pela insaciável competitividade, pelas ações de agentes sociais que fazem a

“promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite.

Uma das alternativas, mostradas na primeira parte desta pesquisa, seria o viés mais literário do jornalismo. Com isso, o repórter poderia encontrar mais liberdade para veicular as informações obtidas, através de um relato mais completo e amplo, o que não é possível no jornalismo cotidiano diário. Isso através de uma forma narrativa diferenciada. Embora as notícias não sejam ficção, são histórias sobre a realidade. Devido ao seu estatuto privilegiado como representação da realidade e da verdade, os poderes sedutores de sua narrativa são particularmente significantes. As formas narrativas são mais do que construções literárias. O registro situa e ordena o dia-a-dia, garantindo harmonia e normalidade continuadas. Os jornalistas sabem que os acontecimentos parecem mais reais aos leitores quando são relatados em forma de histórias. A preparação dos jornalistas, sempre enlevados com a realidade objetiva, leva-os a exprimir uma voz narrativa. Há uma forma de apropriação do fazer literário, ao contar uma história.

Dessa forma, há o inter cruzamento do jornalismo literário com o jornalismo investigativo. O jornalismo investigativo é uma variável do jornalismo que implica em maiores esforços e capacitação do profissional, assim como o literário. Aliado aos problemas internos das redações – falta de tempo para complementar as matérias, falta de espaço para a publicação e interferências externas como ligações econômicas e políticas do veículo –, o repórter ainda precisa conviver com a ausência de interesse de grandes jornais, principalmente, em investir em uma reportagem de fôlego mas que, por um motivo ou outro, poderá trazer dores de cabeça à organização empresarial. O jornalista Nilson Mariano enfrentou esses problemas quando decidiu mergulhar na investigação sobre a Operação Condor. Precisou, para tocar a investigação, de muita paciência e jogo de cintura, intercalando suas atividades diárias no jornal *Zero Hora* com os levantamentos que iriam desembocar no livro-reportagem, muitos anos depois.

No autêntico trabalho de investigação jornalística, o meio de comunicação precisa ter, segundo dizem especialistas, total independência na relação com as fontes e com possíveis implicações que o tema da investigação possa trazer à empresa. No jornalismo investigativo, a exigência de que o jornalista investigue por conta própria é imperativa. Assim, através de seu trabalho, seu esforço, suas fontes e seu plano de investigação, ele chegará às suas descobertas.

O livro-reportagem prolonga ainda mais esse ciclo de existência dos acontecimentos e se transforma em extensão do jornalismo cotidiano. No calor dos acontecimentos, nem sempre é possível perceber os contornos mais completos de suas implicações. O livro-reportagem permite esse retorno ao que já foi para reposicionar o leitor em termos do acontecimento representa hoje, transformado, ampliado sob vários outros aspectos. Por isso, é comum às grandes reportagens que se transformam em livro, uma ampliação de seu conteúdo, com mais aprofundamento nas questões, mais entrevistas, mais informações, que certamente não seria possível de ser feito pela corrosão do tempo de um jornal diário.

O trabalho investigativo do jornalista Nilson Mariano foi um processo que trouxe – e mostrou – uma concepção de jornalismo voltado não apenas para a pesquisa documental, mas para a investigação do espírito e estado dos personagens, de suas ações, de seu comportamento. A sua apuração se assemelha a um trabalho de escavação, esmiuçando e perseguindo cada fase, perseguindo cada detalhe, possibilitando ao leitor conhecer de perto a história e o universo de seus personagens. Tudo isso começa a ser delineado no capítulo dois, quando introduzimos os conceitos de crítica genética e de semiótica para relacionar com o processo investigativo do jornalista. Os documentos analisados nesta pesquisa revelam o rigor que Mariano impôs à sua investigação. O jornalista fez questão de ser exaustivo nas provas e nas checagens.

Ao analisar os quatro cadernos de anotações do jornalista, pudemos verificar que Nilson Mariano não se apoiou apenas nas informações obtidas das fontes e escritas nos cadernos. Tomou, sim, essas declarações, como pontos de partida para uma investigação

mais ampla, que possibilitou a ampliação do universo buscado para descrever a Operação Condor. Pode-se dizer, por isso, que os signos indiciais foram de grande relevância. Uma outra característica é que Mariano não trabalhou com fatos isolados. A sua investigação se construiu mediante relações estabelecidas entre diversos casos e personagens estudados. A partir dessas conexões é que ele partiu para a generalização de que os países participantes da Operação Condor, todos do Cone Sul, cometeram crimes de torturas, assassinatos e seqüestros.

O material analisado, e isso está explicitado na terceira parte do trabalho, revelou também que, nesse processo de organização e de seleção de informações, o jornalista acionou múltiplas linguagens. O processo de consecução do livro *As garras do Condor* se deu num movimento intersemiótico. A investigação se alimentou dos mais diferentes códigos. Nesse processo recursos criativos foram acionados. O jornalista diversas vezes recorreu a recursos literários para traçar o perfil de seus personagens, vítimas ou não, para flagrar gestos, comportamentos, ações, trazendo ao leitor um quadro capaz de revelar o estado de espírito dos personagens. Um exemplo, foi a parte dedicada, no livro e nas anotações, ao torturador Pastor Coronel. Enxergamos, em muitos aspectos, o lado escritor do jornalista Nilson Mariano.

As investigações conduzidas por Mariano mostraram também, como podemos perceber, ao lado mais indignado do jornalista. Incapaz de expor com amplitude necessário o seu trabalho no jornalismo diário, Mariano utilizou-se de um mecanismo de extensão para levar sua crítica ao sistema. E não faltam passagens, tanto nas anotações quanto no livro, onde o jornalista transforma essa indignação e um componente a mais para traçar o perfil de seus entrevistados. Mas não implica em dizer que o tom utilizado pelo jornalista foi acusatório. Houve equilíbrio nas informações e na apuração dos fatos relatados no livro.

Por fim, cabe salientar que todo o processo investigado nesta pesquisa revelou um repórter apaixonado pelo trabalho, pela apuração, pela checagem, pela boa informação ao leitor. Uma paixão pautada pelo o que move um jornalismo digno e ético: a aproximação da

verdade. E para Mariano não importou se essa revelação fosse representar um ou dez anos. O que importou, é que a sua verdade chegou um dia, em forma de livro.

Bibliografia

ALBERTOS, José Luiz Martinez. *Curso general de redacción periodístico*. Madrid, Paraninfo, 1992.

ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona, Paidós, 1989.

ARMAÑANZAS, Emy; NOCI, Javier Díaz. *Periodismo y argumentación – géneros de opinión*. Bilbao, Universidad del País Vasco.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

BREED, W. “Social control in the newsroom: a functional analysis”. *Social forces*, Vol. 33. In: *Jornalismo, questões, teorias e estórias*. Nelson Traquina (org). Lisboa, Veja, 1993.

CEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém, Jortejo Edições, 2000.

COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa*. São Paulo, Ática, 1993.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. São Paulo, Martin Claret, 2003.

DERRIDA, Jacques. “The law of genre”. In: *Critical inquiry*. The Johns Hopkins University Press. Vol. 7, nº 8.1, Autum, 1980.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo, Summus, 1986.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário*. Petrópolis, Vozes, 1979.

FARO, J.S. *Revista Realidade 1966-1968 – Tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, Ulbra, 1999.

GALENO, Alex; CASTRO, Gustavo (Orgs.). *Jornalismo e literatura – a sedução da palavra*. São Paulo, Escrituras, 2002.

GARGUREVICH, Juan. *Gênero periodísticos*. Quito, Ciespal, 1982.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo, Ática, 1990.

HENN, Ronaldo. *Fluxos da notícia*. São Leopoldo, Unisinos, 2002.

_____ *Pauta e notícia*. Canoas, Ulbra, 1996.

_____ *Perspectivas metodológicas da aplicação da Crítica Genética na investigação de semioses jornalísticas*. Porto Alegre, 2005.

_____ *Apontamentos para uma semiótica sistêmica*. Campo Grande, Intercom, 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1975.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo, Ática, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas*. São Paulo, Manole, 2004.

LINZ, Aline M. Grego. *A experiência colateral e sua importância para a semiose telejornalística*. Belo Horizonte, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 2003.

MACHADO, Irene A. Texto e gêneros: fronteiras. In: *Espaços da linguagem na educação* (org. Mary Julia Martins Dietzsch). São Paulo, Humanita, 1999.

MEDINA, Cremilda. *Notícia – um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

MELO, José Marques de Melo (org.). *Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja*. São Paulo, Universidade Metodista, XXI Intercom, Recife, PE, 1998.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal – da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.

MOURA, Sandra Regina. *O processo de investigação do jornalista Caco Barcellos*. Tese - de doutorado, Pontifícia Universidade Católica, 2002.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. São Paulo, Ática, 1989.

MARQUES, Gabriel Garcia. *Cheiro de Goiaba: conversas com Plínio Apuleyo Mendoza*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985.

NETTO, J. Teixeira Coelho. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo, Perspectiva, 1996.

- PAILLET, M. *Jornalismo, o quarto poder*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PEIRCE, Charles. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- RODRIGUEZ, Pepe. *Periodismo de investigación: técnicas y estrategias*. Barcelona, Piados, 1994.
- RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Simões, 1951.
- SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética – uma (nova) introdução*. São Paulo, Educ, 2000.
- _____. *Crítica genética e semiótica: uma interface possível*. In: *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. Org. Roberto Zular. São Paulo, Iluminuras, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. *A teoria geral dos signos*. São Paulo, Pioneira, 2004.
- SCHUDSON, Michael. *The politics of narrative form: emergence of news conventions in print and television*. Daedalus, Vol 11. In Traquina, N. (op.cit.)
- SEBEOK, Thomas; SEBEOK, Jean Umiker. “Você Conhece meu método: uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes”. In: ECO, Humberto; SEBEOK, Thomas (Orgs.). *O signo de três*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- SERSON, Breno. *Introdução à semiótica*. São Paulo, Cadernos de Leituras e Bibliografias do Curso de Semiótica Peirceana, COS-PUC, 1997.
- SMITT, A. *Goodbye Gutenberg: the newspaper revolution of the 1980's*. Oxford, Oxford University Press, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Histórias da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Unisinos, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 2004.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Veja, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Barcelona, Gustavo Gili, 1983.
- VIVALDI, Gonzalo Martin. *Géneros periodísticos – reportaje, crónica, artículo – análisis diferencial*. Madri, Paraninfo, 1987.

WILLEMART, Philippe. *Universo da criação literária*. São Paulo, Editora da USP, 1993.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1995.

WOLFE, Tom. *The new journalism*. Nova York, Harper & Row, 1973.